

## **II Comissão Parlamentar de Inquérito à Recapitalização da Caixa Geral de Depósitos e à Gestão do Banco**

[Projeto de Resolução n.º 1965/XIII/4.<sup>a</sup> (CDS-PP, PSD, PS e BE)]

### **Reunião n.º 29**

(Sem revisão final)

5 de junho de 2019

(17h18 – 22h08)

**Ordem do dia:** Audição do Sr. Dr. Francisco Bandeira (Ex-administrador da Caixa Geral de Depósitos)

**Presidente da Comissão:** Luís Leite Ramos

**Deputados oradores:**

Duarte Marques (PSD)

Constança Urbano de Sousa (PS)

Mariana Mortágua (BE)

Cecília Meireles (CDS-PP)

Paulo Sá (PCP)

Conceição Bessa Ruão (PSD)

O Sr. **Presidente** (Luís Leite Ramos): — Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, muito boa tarde a todas e a todos.

*Eram 17 horas e 18 minutos.*

Vamos dar início a mais uma audição desta II Comissão Parlamentar de Inquérito à Recapitalização da Caixa Geral de Depósitos e à Gestão do Banco. Hoje, temos connosco o Dr. Francisco Bandeira, a quem agradeço a presença nesta Comissão.

Aproveito para relembrar que o objeto desta Comissão visa, entre outros, o apuramento das práticas de gestão de crédito e outras modalidades de financiamento da Caixa Geral de Depósitos desde o ano 2000, a apreciação da atuação dos seus órgãos societários, incluindo os de administração, de fiscalização e de auditoria, dos diretores, dos auditores externos, dos governos, bem como dos supervisores financeiros.

Lembro ainda que, à luz do seu regime jurídico, as Comissões Parlamentares de Inquérito têm poderes de investigação próprios das autoridades judiciais e são um instrumento qualificado de controlo parlamentar, recolha de informação e esclarecimento de factos, através dos quais o Parlamento exerce as suas funções gerais de fiscalização e controlo do Governo e da Administração Pública em defesa do cumprimento da Constituição e das leis.

Ainda segundo o regime jurídico aplicável e o Regulamento desta Comissão Parlamentar de Inquérito, a Comissão pode convocar qualquer cidadão para depor sobre os factos relativos ao inquérito. A forma dos depoimentos rege-se pelas normas aplicáveis do Código de Processo Penal sobre prova testemunhal. O depoimento e a inquirição seguirão a grelha de tempos habitual, isto é, uma primeira ronda de 8 minutos de pergunta e resposta, uma segunda ronda de 5 minutos nos mesmos moldes e,

finalmente, uma terceira ronda em que as Sr.<sup>as</sup> e os Srs. Deputados podem, individualmente, colocar questões, até 2 minutos, sendo que a resposta será global no final destas intervenções.

A audição será pública, a não ser que, como tem sido dito, haja razões que justifiquem uma ronda final para perguntas específicas que remetam para qualquer reserva ou sigilo bancário ou outro.

Portanto, o nosso entendimento é que a exigência da transparência e a prevalência do interesse público não podem prejudicar os objetivos e trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito, sendo, por isso mesmo, a audição preferencialmente pública.

Assim sendo, para uma intervenção inicial, pelo tempo de 15 minutos, tem a palavra o Dr. Francisco Bandeira.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira** (Ex-administrador da Caixa Geral de Depósitos): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Permitam-me que, muito sucintamente, me apresente como sendo um bancário reformado, ao fim de mais de 37 anos de atividade, que tem a presunção de que cada lugar que ocupou na longa hierarquia bancária foi corolário da apreciação que, a cada momento, se fez do desempenho no lugar imediatamente anterior.

Passei por todos os níveis existentes, tendo atingido o topo por volta de 1993. Neste meu percurso, sempre estive ligado às áreas comerciais.

Fui admitido na Caixa Geral de Depósitos (CGD), em 2000, com a categoria de Diretor. Em agosto de 2005, por convite do então Ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, assumi o lugar de Administrador no Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos, para onde transitei, oriundo do conselho de administração das áreas do crédito especializado do grupo.

No período 2005-2007, exerci a função de Administrador, primeiro apenas com os pelouros das quatro Direções de Particulares (a do Norte, a

do Centro, a de Lisboa e a do Sul e ilhas). Mais tarde, assumi as direções do norte da banca de retalho, isto é, para além das Direções de Particulares do Norte e do Centro, também a Direção de Empresas Norte (DEN). Na fase final deste período, assumi ainda a Direção de Pessoal.

No período 2008-2011, como Vice-Presidente fiquei responsável por toda a área de retalho, isto é, as duas Direções de Empresas Norte e Sul e as quatro de Particulares ou, dito de outra forma, pela Rede de Agências e pela Rede de Gabinetes de Empresas.

Os meus anos de trabalho continuado na banca, onde fui evoluindo de Técnico grau IV (o mais baixo) até ao de Diretor Coordenador e, depois, Administrador e Vice-Presidente da Caixa Geral de Depósitos, permitem-me afirmar, sem qualquer receio de ser contraditado, que o processo de decisão na CGD assenta em propostas, técnica e comercialmente, bem elaboradas e fundamentadas, sujeitas a profundas discussões muito participadas por administradores e diretores, o que faz com que seja um processo de decisão muitíssimo transparente, constituindo, seguramente, um bom *benchmark* do setor. Já aqui foi amplamente referido, todo o processo de elaboração, apresentação e discussão das propostas de crédito.

Também nesta Comissão de Inquérito já vários depoentes atestaram como as decisões são tomadas em grande consenso, sempre que possível obtido entre as direções. O número de casos em que os administradores intervêm para procurar o consenso, é muito diminuto. Contudo, a decisão não se toma sem esgrimir argumentos, na procura do consenso que quase sempre se atinge.

Penso que também já será claro para todos os presentes que as decisões incorporam o cumprimento de todo o normativo vigente à data em que são tomadas, contrariando o que são algumas das conclusões do relatório da EY.

Nem podia ser de outra forma este cumprimento do normativo. Já aqui foi referido o elevado número de participantes no Conselho Alargado de Crédito (CAC) e no Conselho de Crédito (CC), sempre mais (às vezes bastante mais) do que 10.

Todos os presentes (diretores, administradores e Secretaria Geral) conhecem, ou melhor, têm que conhecer, o normativo em vigor.

Cada um dos presentes é, sem dúvida, um «verificador» do cumprimento das regras estabelecidas e aplicáveis a cada caso. Dado o processo de decisão já conhecido e totalmente transparente, pode dizer-se que todos «fiscalizam» todos, em matéria de cumprimento do normativo.

Esta situação é replicável em todos os órgãos de decisão, já que, em qualquer escalão de decisão, há pelo menos dois intervenientes, o que também obriga a que se obtenha consenso entre estes dois decisores. A falta de consenso obriga, como já é do vosso conhecimento, a que a operação tenha de ser apresentada ao escalão imediatamente superior. Este é um aspeto que aqui não vi ainda tratado e que me parece digno de referir, e certamente ajudará a afastar algumas suspeitas que parecem, por vezes, transparecer pelo teor e forma das perguntas efetuadas.

No período em que servi a CGD como Administrador e Vice-Presidente — isto é, de 2005 até ao primeiro semestre de 2011 —, as direções da CGD responsáveis pela apresentação das operações de crédito a clientes residentes, isto é, as quatro de Particulares, as duas de Empresas, a de Grandes Empresas (DGE) e a de Banca Institucional (DBI), mantiveram, durante este período, os mesmos responsáveis que transitaram do Conselho de Administração anterior, presidido pelo Dr. Vítor Martins. Houve apenas uma exceção, a de um diretor que foi nomeado para presidente de um banco no exterior, tendo sido substituído pelo seu número dois.

Sintetizando, o processo de decisão da CGD, no meu do ponto de vista, atua em termos bem informados, livre de qualquer interesse pessoal, utilizando critérios de racionalidade e seguindo os procedimentos e normas, ao tempo, em vigor.

Sr. Presidente e Srs. Deputados: Permitam-me que dedique alguns minutos ao relatório da EY. Já aqui se disse, e permitam-me que o repita, que se trata de um relatório inconsistente e pouco rigoroso, que não identifica, não enquadra, não compara e não evidencia adequadamente as razões de fundo que terão estado também associadas a este período em que fui membro do Conselho de Administração da CGD e de que destaco, entre outras: uma recessão económica profunda; as debilidades estruturais da economia portuguesa; e as políticas económicas e setoriais e o modelo de crescimento até 2011, com enormíssima dependência do recurso ao crédito bancário.

Lembro aqui aos Srs. Deputados a pressão, as sugestões e a oferta sistemática pelo BEI (Banco Europeu de Investimento), pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico), pelo BCE (Banco Central Europeu), enfim, por todos os *players* europeus no sentido de fomentar o crédito.

Por outro lado, é um relatório enviesado, desde logo porque assenta numa amostra de créditos que não é minimamente representativa dos créditos e da atividade da CGD — tendo sido constituída pelos créditos que geraram maiores imparidades.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Claro!

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — É um relatório limitado porque «absolutiviza» o risco de crédito como se não houvesse outros riscos ou fatores a considerar no processo de concessão de crédito.

É ainda um relatório muito pouco profissional, ou melhor, tendencioso, pois não evidencia que o normativo interno era adequado e de acordo com as boas práticas vigentes, nem tão pouco refere que foi cumprido o normativo interno, em vigor à data.

É também um relatório descuidado, dado que são identificáveis inúmeros erros e incoerências, de que me permito salientar: em primeiro lugar, quatro situações em que se referem factos que não são verdadeiros ou não ocorreram, das quais dou apenas um exemplo que foi a ideia de que a participação da CGD no aumento de capital do BCP foi feita contra o parecer da Direção de Participações Financeiras;

Em segundo lugar, em seis situações a apresentação de alguns itens induz a conclusões erróneas, como, por exemplo, ocorre nos anos de originação dos créditos;

Em terceiro lugar, a Ernst & Young não resistiu à tentação de avaliar o enquadramento regulatório com textos de enquadramento publicados muito posteriormente. Identificámos ao longo do relatório da Ernst & Young seis situações;

Em quarto lugar, a Ernst & Young refere sete supostas exceções ao cumprimento do normativo interno e ao enquadramento legal e não é apresentada qualquer justificação;

Em quinto lugar, identificámos cinco situações em que há inconsistência de informação, afirmando-se uma coisa em determinada página e o seu contrário numa das páginas à frente;

Em sexto lugar, identificámos ainda 19 situações em que há informações estatística e numérica com erros e inconsistências.

Poderão VV. Ex.<sup>as</sup> encontrar todas estas incorreções num documento já apresentado ao Sr. Presidente do Conselho de Administração, creio que pelo Presidente do Conselho de Administração Faria de Oliveira.

Sr. Presidente e Srs. Deputados: Também importa referir que a constituição de imparidades foi sempre uma das preocupações principais das equipas onde estive inserido, tendo sido sempre utilizados os métodos mais prudenciais em vigor em cada momento, e resultantes do conhecimento dos clientes e da previsão que se fazia da sua evolução, bem como dos colaterais a eles associados. O que se tem referido como deficiência da imparização, em 2011, deveu-se a uma alteração no processo de avaliação do valor das ações, conforme certamente melhor explicará, amanhã, o meu colega Dr. Norberto Rosa.

Tudo isto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, torna previsível o pré-juízo que VV. Ex.<sup>as</sup> parecem fazer acerca do processo de concessão de crédito e seus resultados, no período mais difícil e desafiante da gestão de um banco.

É um facto que um conjunto de créditos demasiado elevados correram mal. A razão de terem corrido mal não pode ficar confinada ao ato de concessão, não se podendo ignorar o que foi, ou melhor, o que foram, as crises do *subprime*, de liquidez e da dívida soberana, e o efeito que tiveram: primeiro, na tremenda desvalorização dos títulos cotados, afetando ainda mais profundamente a cotação dos bancos; segundo, no impacto brutal no setor imobiliário e da construção e obras públicas; terceiro, na redução drástica dos *cash flows* das empresas, o que provocou dificuldades e até impossibilidades de servirem o serviço da dívida a que estavam contratualmente obrigados.

Toda esta envolvente, nomeadamente a passagem brusca do tempo de euforia para a brutal recessão de 2008 e seguintes, fez-se sentir em toda a Europa e, de forma não menos significativa, na nossa vizinha Espanha, nosso principal parceiro comercial.

A banca, de uma forma geral, e a CGD, em particular, tiveram de assumir elevadíssimas imparidades que levaram a resultados líquidos muito

negativos e a uma elevada destruição de capital. Esta situação verificou-se na CGD, mais intensamente a partir do segundo semestre de 2011.

Toda esta situação provocou, como já aqui se viu, uma alteração muito significativa do paradigma da regulação, através do reforço das ações de supervisão e exigência de rácios prudenciais de capital, que a todos os bancos vieram mostrar a necessidade de reforço dos seus capitais próprios.

Foi assim que a Europa assistiu a um processo de fusões e de concentração, acompanhado quase sempre por injeção de capital, muitas vezes a cargo do Estado.

Assistimos, também, a um conjunto de diversas falências de bancos um pouco por toda essa Europa. Portugal não foi exceção e a Caixa, sendo o maior banco do sistema, foi um dos afetados.

Sem querer escamotear o que correu mal, sobretudo os créditos concedidos tendo como principal colateral ações cotadas, operações correntes à época, importa fazer uma análise comparada dos resultados obtidos, dos aumentos de capital efetuados e a constituição de imparidades ocorridas até finais de 2016, para, sim, também englobar a discutível opção tomada pelo critério *gone concern*.

Permitam-me que comece pelo capital, limitando esta análise para que se possa ter uma leitura comparada aos três maiores bancos do sistema: a Caixa Geral de Depósitos, o BCP e o BES, depois Novo Banco.

Uma nota prévia relativamente à Caixa Geral de Depósitos: em 2011, a Caixa, não obstante ter apresentado resultados líquidos negativos de 488 milhões de euros, cumpriu os requisitos de capital com um rácio de *Core Tier 1* de 9%.

Em 2012, com base na recomendação da EBA (*European Banking Authority*) — a EBA é a autoridade europeia para a banca —, no final de 2011, a Caixa Geral de Depósitos apurou uma insuficiência de capital de 1650 milhões, dos quais cerca de 1000 milhões eram destinados à cobertura

das menos-valias associadas à dívida soberana portuguesa e o restante a uma alteração de critério do cálculo dos fundos próprios.

Dado que esta insuficiência de capital tinha resultado de um facto superveniente, em que, pela primeira vez, era exigida uma almofada de capital para a exposição à dívida soberana, e por ter sido alterado o critério de cálculo de fundos próprios, a administração da Caixa solicitou ao acionista o aumento de capital de 1650 milhões.

As necessidades de capital foram cobertas por 750 milhões de ações ordinárias e 900 milhões de capital contingente, ambos subscritos pelo Estado.

A remuneração deste capital contingente, vulgo CoCo (*contingent convertible bonds*), custou à Caixa, nos cinco anos, 411 milhões, que foram receita do Estado, contribuindo, anualmente, com cerca de 80 milhões para a redução do então défice público.

Este aumento de capital foi considerado ajuda de Estado, estando assim o Grupo Caixa Geral de Depósitos sujeito, ou sob a análise da Direção-Geral da Concorrência, que impôs um processo de reestruturação, 2013-2017, que assentava, basicamente, em duas áreas, a reestruturação da Caixa Sede e a reestruturação da operação em Espanha.

O forte desvio, nos pressupostos do *business plan* que serviu de base ao plano de reestruturação da Caixa Sede 2013-2017, levou a que o Estado português tivesse de renegociar com o Banco Central Europeu e a DG Comp nova reestruturação com base num novo plano de negócios, a ser implementado no mandato 2016-2019, que previa um aumento de capital social, agora a não ser considerado ajuda de Estado, se cumpridas as exigências impostas pela Direção-Geral da Concorrência.

Para isso, a administração da Caixa efetuou uma revisão da valorização das principais classes de ativos e disposições de maior risco,

seguindo os princípios de avaliação de um investidor privado significativo, como era a exigência da DG Comp.

Foi, ainda, assumida uma estratégia de desinvestimento mais acelerada para exposições não produtivas (NPE), que teve impactos na valorização de colaterais de crédito e na determinação de imparidades em que foi adotada uma perspectiva de venda forçada.

Em 2017, o Estado concretizou o aumento de capital de 3 944 milhões de euros da seguinte forma: conversão dos CoCo com os juros devidos e ainda não pagos, no valor de 945 milhões, pelo que o aumento de capital, em 2012, deixou de ser 1 650 000 para ser 750 milhões; transferência para a Caixa Geral de Depósitos de 49% da participação da ParCaixa, com um valor contabilístico de 499 milhões; e o aumento de capital de 2,5 mil milhões de euros, mediante a aquisição de novas ações ordinárias da Caixa.

Concluo dizendo que este processo de capitalização da Caixa serviu: 1,3 milhões para o pagamento da devolução dos CoCo, mais os 400 milhões de juros dos 5 anos que daí resultaram; entre 1,3 e 1,5 mil milhões para fazer face ao acréscimo das imparidades que resultaram do critério *gone concern*; e 1,3 milhões para a criação de almofada adicional, destinada a fazer face a eventuais crises futuras, que fez com que, em 2018, o *Core Tier 1* da Caixa atingisse o valor de cerca de 14,8%, muito superior ao exigido de 8,875. O BCP tinha, então, 12%.

Se se quisesse, apenas, uma almofada generosa, igual à do BCP, não necessitaríamos desta parcela de capital. Isto é, este valor representa, hoje, um capital ocioso.

Mesmo assim, e considerando o aumento de capital de 3,944, se analisarmos o período 2008-2017, a Caixa Geral de Depósitos aumentou capital em menos de 250 milhões do que o BCP e em menos 2,4 mil milhões do que o BES/Novo Banco.

Este processo, nomeadamente o que decorre da reversão de imparidades — ou que decorrerá da reversão de imparidades —, permitirá, no futuro, a obtenção de resultados elevados, com a consequente devolução ao Estado, através de dividendos.

Relativamente às imparidades, o total de crédito concedido em 2011 pelos três bancos maiores era o seguinte: Caixa — vou arredondar —, 81,6; BCP, 71,5 mil milhões de euros; BES, 51,2, dos quais o financiamento a empresas era o seguinte — Caixa, 41,4; BCP, 36,7 e BES, 36,8.

Se o comportamento fosse idêntico nos três bancos, expectar-se-ia que quanto mais crédito concedido maior o valor bruto de imparidades constituídas.

Vejamos como ocorreu: no período 2008-2018, isto é, já com o *gone concern*, a Caixa Geral de Depósitos constituiu 7,9 de imparidades; o BCP, 9,8; e o BES/Novo Banco, 9,007, pelo que a Caixa Geral de Depósitos criou cerca de 80,6% das imparidades criadas pelo segundo maior banco, e 87,7% das criadas pelo terceiro banco, enquanto concedeu de crédito mais 14% do que o segundo e mais 59,3% do que o terceiro, até final de 2011.

Falta-nos, para terminar esta análise, avaliar qual o custo médio do risco de crédito. Para não contaminar a comparação, avaliamos o período 2008-2015, para não contemplar o aumento de imparidades decorrente do *gone concern* e, no período de 2008-2018, onde já se inclui o aumento de imparidades em 2016, a Caixa Geral de Depósitos teve um custo médio de risco de crédito, neste período 2008-2015, de 0,85; o BCP teve 1,4 e o BES teve 1,79. O custo total do risco de crédito neste período foi de 6,8% para a Caixa, 11,2% para o BCP e 13,9% para o BES.

No período 2008-2018, a Caixa teve 0,98, o BCP teve 1,41 e o BES teve 1,89.

Parece-me que, nesta matéria, uma conclusão é possível tirar, que é a de que, em termos gerais, a qualidade do crédito na Caixa Geral de

Depósitos não é inferior às dos seus *peers*, bem antes pelo contrário. Outra conclusão é a de que existindo uma forte concentração das imparidades num conjunto de casos que aqui têm vindo a ser debatidos, o crédito restante é de bastante melhor qualidade do que os seus *peers*. Ou, então, o fenómeno que aqui tem vindo a ser escrutinado também existiu nos diferentes bancos.

Evitarei, nos resultados e dividendos, a comparação com os *peers*, dada a natureza privada dos seus capitais e, portanto, com políticas de resultados e outros dividendos, dependentes de outros fatores.

Apenas apresentarei os dados referentes à Caixa. Resultados: 2005, 537,7 milhões; 2006, 733,8 milhões — estou a falar em resultados líquidos —; 2007, 856,3; 2008, 459 milhões, 2009, 278,9 milhões; 2010, 254,9; e, 2011, -488. Soma, neste período, 2,6 bi de resultados líquidos, dos quais foram distribuídos, através de dividendos, 1,26; em 2005, 195; 2006, 260 milhões; 2007, 340; 2008, 300; e, 2009, 170.

Podemos todos entender que podia ter sido melhor, é um facto. Mas também é um facto que, neste período, nenhum dos *peers* teve *performance* semelhante.

Os resultados aqui apresentados, e que são já do conhecimento dos Srs. Deputados, podem não evidenciar, sobretudo para os mais céticos, a boa qualidade da gestão pública, mas, para todos evidenciará, estou certo, que, em circunstâncias idênticas, operando junto dos mesmos clientes, e numa conjuntura igualmente adversa, o banco público, em termos gerais, foi o mais resiliente e menos destruidor de valor que os seus parceiros.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, vai longa esta exposição.

Concluo dizendo que o período em que exerci funções no Conselho de Administração da Caixa foi muito complexo e exigente para todos os seus administradores e quadros.

Não podemos ignorar o papel da Caixa Geral de Depósitos na prestação de liquidez a alguns dos seus concorrentes, no incremento do crédito às empresas públicas, por incapacidade de financiamento do Estado e por outros bancos, na gestão que teve de aportar, transitoriamente, mais do que o previsto, aos dois bancos nacionalizados em 2008, no apoio às empresas e em período de profunda crise, foi necessário apoiar, reestruturando os seus créditos ou financiando as suas necessidades, o que permitiu que muitos milhares dos seus trabalhadores pudessem continuar a laborar e, desta forma, também eles, terem capacidade para liquidar os seus compromissos.

Também importa lembrar o papel da Caixa Geral de Depósitos no financiamento ao Estado através da aquisição de obrigações, numa altura em que o Estado não conseguia financiar-se. Estas obrigações, de resto, vieram a ser altamente consumidoras de capital e determinantes na necessidade de aumento de capital em 2012.

Foi um tempo muito, muito, difícil, mesmo para os mais experientes, completamente novo e pleno de desafios, que teve sempre, mas sempre, o apoio, encorajamento e reconhecimento do acionista Estado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, em 2007, nenhum gestor, empresário, decisor de crédito, analista de risco, governante, político ou jornalista antecipou, previu ou diagnosticou uma crise tão profunda, abrangente e duradoura como a que tivemos.

O Sr. **Presidente**: — Vamos dar início às inquirições. A primeira intervenção cabe ao Grupo Parlamentar do PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Marques.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Dr. Francisco Bandeira, a sua intervenção aqui é muito

importante. Foi longa, mas o seu papel na Caixa e a experiência que tem, quer como bancário, quer, depois, como administrador, banqueiro, dentro da Caixa, é muito importante para percebermos o que aconteceu na Caixa Geral de Depósitos, que viu por dentro e por fora. Até porque a sua experiência como administrador nos conselhos de crédito que tomaram as decisões mais danosas para a Caixa Geral de Depósitos é a de um totalista, ou seja, o Sr. Doutor faz o pleno dos conselhos de crédito em que se produziram os piores resultados e imparidades para a Caixa, quer da concessão, quer da monitorização.

O Sr. Doutor é muito crítico, tal como os seus colegas...

O senhor é muito crítico, tal como os seus colegas administradores que aqui vieram, do relatório da EY. São muito exigentes com o relatório e nós percebemos. Mas porque é que não foram igualmente exigentes quando analisaram os processos dos créditos que atribuíram à Investifino, à La Seda, ao Grupo Berardo, a Vale do Lobo, ao Grupo Lena, à Quinta do Lago, à Finpro ou à Opway? O senhor esteve em todas. Como é que explica isto?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Sr. Deputado, se me permite, antes de responder diretamente à sua pergunta, o que farei com muito gosto, deixe-me ensaiar uma resposta global.

Estive, de facto, em todas e nem poderia ser de forma diferente porque eu era administrador com os pelouros comerciais — num tempo com determinados pelouros, noutra tempo com mais responsabilidade num outro conjunto de pelouros, mas sempre comerciais. E como as «minhas» direções, ou seja, as direções de que era peloureiro tinham operações, era quase obrigatório que estivesse em todas, o contrário é que seria estranho. De qualquer forma, penso que não fiz o pleno, houve cinco em que não estive, se quiser relato-as. Mas foi por acaso.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Nestas esteve!

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Das que disse é verdade, mas das 25 não é verdade. O senhor começou por citar a Ernst & Young e depois desceu ao pormenor e eu pensava que estava a englobar todas.

Deixe-me que lhe diga uma primeira coisa: nenhuma das operações do *top 25* — felizmente para mim, deixa-me um bocadinho mais à-vontade numas coisas e menos noutras — foi proposta por alguma direção que dependesse de mim. Isto é, eu não fui peloureiro de nenhuma direção que tenha apresentado alguma destas propostas.

E tento responder-lhe com a máxima clareza possível: não é possível exigir a todos os administradores igual conhecimento, independentemente se têm ou não o pelouro. Estamos, aliás, a falar de coisas que se passaram há 8, 10, 14 anos e, portanto, isso é impossível. A memória que retenho destes casos, de que, ainda por cima, não era peloureiro, é uma memória ténue da decisão ou porque consultei, no período imediatamente anterior à minha vinda aqui, um conjunto de informação que a Caixa Geral de Depósitos preparou relativamente a operações em que cada administrador participou.

De qualquer forma, é uma informação qualitativa muito menos abrangente do que a que foi disponibilizada aos Srs. Deputados e, sobretudo, uma informação que tem a ver com a operação. E ter informação 10 anos depois da operação e não ter informação global do contexto do cliente não permite o afloramento à memória e uma maior capacidade de responder, como eu gostaria, às perguntas que o Sr. Deputado fez.

Já que esta é a minha primeira intervenção...

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Esta já é a segunda!

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Ah, está bem, intervim nas perguntas-respostas, mas não foi uma intervenção da minha iniciativa.

Queria dizer aos Srs. Deputados que, enquanto vice-presidente e responsável, como eu disse na exposição, pelas áreas de retalho da Caixa, isto é, pela banca de empresas norte e sul e pelos particulares, tinha a meu cargo o controlo e gestão de 106 000 milhões de euros de negócio, dos quais 45,5 mil milhões de euros de crédito. Portanto, antevejo que seja difícil responder — repito, como gostaria e como certamente os Srs. Deputados também gostariam que eu respondesse, se calhar até mais do que eu — cabalmente a todas as perguntas que possam fazer-me neste âmbito.

Repito, este é o contexto. Seria de admirar que eu não fosse totalista e, embora o não seja, sou quase totalista.

Espero ter respondido ao Sr. Deputado.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Só deu o contexto, não deu as respostas!

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Mas a quais? Perguntou e eu respondi!

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — O Sr. Doutor disse, há bocado, na sua intervenção inicial, que isto poderia ter corrido melhor, e eu digo-lhe que pior seria impossível, porque correu mal.

O senhor veio aqui dizer que era o peloureiro de várias áreas. Eu diria que o Conselho de Administração que decidiu estas matérias foi o coveiro do dinheiro dos portugueses, porque, há pouco, também nos dizia

aqui, e tenho de recordar-lhe isso, que estava preocupado com o nosso pré-juízo sobre esta matéria.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Eu disse isso?! Disse que entendia o...

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Disse, disse. Disse que havia um pré-juízo da Assembleia. E o que nós temos é um problema com o prejuízo que tudo isto causou aos contribuintes e aos portugueses. Por isso, gostaria, de facto, de lhe perguntar como é possível que a Caixa tenha alterado... Conselho de Administração, em 18 de outubro de 2006: o Sr. Doutor disse há bocado que se lembrava de algumas coisas. Recorda-se da alteração do processo de concessão de crédito, que foi até apoiado pela McKinsey, e que fez uma diferenciação entre o departamento de risco e o papel da direção de crédito? Recorda-se disto?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Recordo-me do trabalho da McKinsey numa encomenda do Conselho de Administração para que se encontrasse um modelo que fosse mais ágil. Aliás, depois até acabámos por ter um processo, digamos, um *workflow*, que se chamava mesmo AGILE e que «despapelarizava» as coisas, um modelo ajustado ao risco de crédito. Esse foi o trabalho da McKinsey, que o fez em coordenação, ou sob a coordenação, do então diretor central da Direção de Gestão Risco, o Prof. Vasco Orey. Este é o recordatório que tenho.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — A ideia que temos é que foram separadas algumas operações mais complicadas, de maior dimensão, que teriam, sim, o parecer do risco, teriam sempre o parecer do risco, de outras operações mais rápidas, que seriam agilizadas pela direção comercial.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Não é verdade!

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Então, quer explicar o que aconteceu?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Foi o que acabei de dizer. Esse trabalho da McKinsey não retirou nenhuma... Parece que posso interpretar que o Sr. Deputado acha que com esse trabalho da McKinsey se retirou importância ao risco, que o risco deixou de intervir...

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Sr. Presidente, posso repetir? Peço é que não contem o tempo!

O que eu tentei dizer, Sr. Presidente, Sr. Doutor, é que se separaram as operações. Em algumas, a direção comercial decidia com maior rapidez e naquelas mais importantes, aí sim, o Risco tinha um papel decisivo.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Não, nem vejo nenhuma lógica que pudesse conduzir a essa justificação. Primeiro, porque a rapidez na decisão de uma operação, que é sempre muito importante no ato de concessão de crédito, estaria associada, em princípio, às operações mais importantes, que exigem maior rapidez e, portanto, são essas que...

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — E maior cautela, imagino!

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Claro, mas o Sr. Deputado estava a falar-me em rapidez e eu só estava a utilizar isso.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Ágil é semelhante a rápido!

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Está bem, mas não tem a ver com isso, tem a ver com o processo, o *workflow*.

Se me permitem — e até para descomprimirmos um bocadinho, não é fácil estar aqui —, lembro-me que o meu primeiro diretor, quando comecei a trabalhar, disse algo do género: «O senhor vem trabalhar para uma instituição que dá crédito, o que tem uma vantagem, os papéis só têm validade de três dias. Se ao fim de três dias mantiver esse papel de um crédito em cima da sua secretária, pode atirá-lo fora, porque se era uma operação boa, alguém já a fez; se não o fez, é porque não era boa e, portanto, não a faça também».

Portanto, eu acho que maior rapidez e maior qualidade de serviço são hoje, cada vez mais, razões que levam os clientes a decidir, a optar, por um banco ou por outro. Por isso digo-lhe, Sr. Deputado, que não tenho memória de que esse processo, tal como o senhor o apresentou, tivesse ocorrido na Caixa Geral de Depósitos.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Então, de que processo tem memória que tenha ocorrido? Que transformação ocorreu?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Acabei de dizer-lhe que era um primeiro ensaio, um primeiro trabalho — penso que é isso, que a McKinsey entrou só nesse trabalho —, do preço ajustado ao risco, com modelos econométricos que, enfim, nos permitissem, de forma mais ágil, mais rápida, chegar a níveis de rendibilidade, a intervalos de preço, etc.. Não tinha a ver com isso, que me recorde.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Mas, infelizmente, recorda-se mal. Vou deixar esta parte para a segunda ronda, mas não é nada disso que

está a dizer. Esta alteração veio facilitar um conjunto de créditos, veio agilizar os processos e deixou a direção de risco para aquilo que era mais complexo.

Então, faço-lhe uma pergunta: se era para aquilo que era mais complexo, porque é que na maior parte destes processos em que o senhor participou e que deram grandes prejuízos à Caixa Geral de Depósitos os pareceres da direção de risco foram ignorados?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Sr. Deputado, eu entendo a sua pergunta, mas já me custa compreendê-la. Acho que já foi aqui amplamente debatido que a direção de risco não era ignorada, não era subalternizada e que era um contribuinte para a discussão de cada operação.

Mais: não me recordo de que tenha havido operações em que fosse obrigatório o parecer do risco e que o parecer não existisse. Acho que essa afirmação que o Sr. Deputado faz é baseada na informação a que teve direito. Não estou a pôr isso em causa, o que não sei é se teve acesso a toda a informação, porque não acho que o que afirmou seja possível, porque todos fiscalizam. Então, não havia parecer de risco? Não estava lá o diretor de risco? Claro que estava!

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Com certeza, mas, ao que nos parece, muitos desses pareceres não foram respeitados.

A pergunta que lhe faço é muito simples: o Sr. Doutor disse aqui que não era o responsável por propor os créditos que foram ao Conselho de Crédito. Disse-nos que era o responsável, o peloureiro das grandes empresas sul e norte. Nós já ouvimos aqui Faria de Oliveira, Celeste Cardona, Santos Ferreira e nenhum propôs nada nem nenhum defendeu nada. Então, pergunto: afinal, quem é que defendeu estas propostas em Conselho de Crédito? Não foi a direção de risco!

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Eu consumirei todo o tempo que o Sr. Presidente me permitir e os senhores estiverem na disposição de me ouvir para reexplicar o processo de decisão.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Sr. Doutor, até pode falar de muitos normativos, de cumprir os normativos.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Eu estou a falar na prática!

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Os normativos são decididos por pessoas. Se as pessoas não respeitarem as regras, não ouvirem o que o Risco diz e não tomarem decisões em função dos dados, como, por exemplo, em vários processos em que é aconselhado um determinado tipo de garantias e que o próprio Conselho de Crédito, em que o senhor participou, baixa essas garantias!... Nós temos aqui vários casos e vamos já a eles.

Não vale a pena dizer que cumpriu os normativos.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — O que vale a pena ou não vale a pena dizer é uma outra questão. O que lhe posso dizer, reafirmar — e, enfim, estando certo, como eu disse também na minha intervenção, que não tenho medo de ser rebatido —, é que o processo de decisão da Caixa seria um bom *benchmark* para o setor. Eu decidi noutros bancos, noutros lados e, na banca, a carreira profissional de alguém que aí decide fazer carreira profissional é mais marcada pelo que faz mal do que pelo que faz bem.

Portanto, Sr. Deputado, as operações são sempre apresentadas pela direção que gere o cliente. A seguir a essa apresentação é dada a palavra ao

diretor central de risco, ou a quem o substitui, que confirma, infirma, mostra a concordância ou a discordância.

Dessa discordância — vamos partir do princípio de que há discordância, porque será, certamente, o caso que está a abranger — gera-se um discussão entre diretores, administradores, «porquê, não deve, não dá, não pode, não quer, mas era melhor assim, não era, é possível, não é possível» e dessa discussão nasce uma decisão, que pode ir ao encontro do Risco, pode ficar a meio entre o que o Comercial propõe e o que o Risco propunha, pode ser de um lado ou do outro. É a decisão do Conselho. E nas decisões do Conselho, Sr. Deputado, eu não me excluí da responsabilidade. Eu excluí-me de ter o pelouro das operações que constam...

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Sr. Doutor, isso é importante...

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Mas o senhor começou por dizer isso. Não sei se retém isso, enfim, haverá a gravação, mas disse que eu me excluí da responsabilidade das operações...

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — De ter apresentado!

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Ah, de ter apresentado! Os administradores não apresentam operações.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Muito bem, mas não tem de defender aquilo que o seu pelouro apresenta!

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Nunca!

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Já lá vamos.

Então, vamos a casos, porque o senhor é dos poucos que aqui vieram que assume as decisões do Conselho de Administração ou que, pelo menos, diz que participou nas discussões, porque até agora não havia grande discussão. É só para ter noção disso.

Vale do Lobo: o parecer do risco recomendava que se indicasse esta operação e a Caixa terá dito — há declarações de Armando Vara — que era importante garantir esta operação para a Caixa, porque fazia parte dos seus objetivos.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Sim.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Como explica isto?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Como explico?

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — A Caixa acabou por ir sozinha.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Sim, e foi...

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — E foi o que se viu! Explique lá!

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Estamos a fazer o totobola à segunda-feira e assim acertaremos todos nos resultados!

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Já ouvi esse argumento, Sr. Doutor!

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Está bem, mas eu não...

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Há aqui dados. Tenho um parecer do risco que recomenda uma outra coisa. Portanto, o Sr. Doutor responda à pergunta!

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Está bem, é o que eu vou fazer!

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Os papéis existem...

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Sim, mas, Sr. Deputado, compreenda que depois de se ter ficado claro que os pareceres do risco não obrigam a decisão onde está o Conselho de Administração representado, bater sistematicamente nisso, é, enfim... Penso que o que esteve na base dessa decisão, o *rationale*, à altura, na entrada — e não foi só nesses — em empreendimentos de construção ou de desenvolvimento tinha que ver com a importância de entrar a seguir no crédito à habitação.

Nós desenvolvemos um produto — penso que terá sido em princípios de 2005 ou finais de 2004, não sei bem, sei que, depois, ainda no meu tempo, na minha primeira administração se desenvolveu alguma coisa — chamado «Live in Portugal». O Live in Portugal era um produto essencialmente desenhado...

A Sr.<sup>a</sup> **Conceição Bessa Ruão** (PSD): — *(Por não ter ficado registado na gravação, não foi possível transcrever as palavras da oradora.)*

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Como? Não percebi.

O Sr. **Presidente**: — Peço desculpa. A inquirição está a ser feita pelo Sr. Deputado Duarte Marques, portanto peço que não responda aos apartes, caso contrário não saímos daqui.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Sr. Presidente, não será por mim. Peça à vontade!

Estava a falar do Live in Portugal, que era um produto que tinha que ver com o financiamento para a aquisição de não residentes e, sobretudo, vocacionado para o que era, na altura, o principal mercado do Algarve.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Aquela campanha do *Allgarve*? Foi nessa altura?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Não, não. Isso foi muito depois. Essa foi para o turismo, não era essa a minha preocupação.

A minha preocupação era captar o financiamento dos compradores estrangeiros, sobretudo os irlandeses e os ingleses. Porquê? Porque tínhamos duas unidades de negócio em Inglaterra: tínhamos um escritório de representação e uma sucursal. Portanto, tínhamos todas as vantagens em ser capazes de ser competitivos internamente com os nossos parceiros, em promover um produto dirigido. Esse é que era o foco!

Portanto, dadas as garantias obtidas, reais, superiores ao valor do empréstimo — não sei se em 30 ou 40%, não me recordo — não nos preocupou. Na altura, havia um excesso de liquidez no sistema. Portanto, com essa questão achámos... Eu, Sr. Deputado, confesso, para que não fique nenhuma dúvida: hoje, apenas com a informação que tinha no dia em que foi tomada aquela decisão, não vejo nenhuma razão para que se pusesse essa questão, sindicato ou não sindicato. Aliás, o nosso rácio de transformação era bastante abaixo da média do setor — esse é que era o

nosso problema sério! Tínhamos dinheiro connosco, não conseguíamos traduzir ou fazer com que gerasse proveitos, que não fosse na sala de mercado, nos *overnights*, etc., etc.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Foi o senhor que mediou este investimento?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Qual?

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Vale do Lobo?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Eu? Não, nem nunca ouvi ninguém a dizer uma coisa dessas.

Mas o senhor tem essa convicção para estar a fazer-me essa pergunta?

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Estou a perguntar-lhe, sim.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Está a perguntar-me se mediei. Tem alguma indicação de que eu tenha mediado? Não conheço ninguém de Vale do Lobo. Nunca fui a Vale do Lobo!

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Como é que explica que o Conselho de Crédito tenha aprovado a possibilidade de um administrador decidir aumentar em seis milhões de euros o financiamento? É um caso único? Como explica isto? Foi o administrador Armando Vara. Participou nessa reunião?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Como lhe digo, não tive acesso a essa informação recente, mas tenho memória e é essa que quero partilhar convosco. Não tenho essa memória do negócio, nem esse *rationale* que o Sr. Deputado acabou de expressar.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Se me permite, nós temos essa informação...

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Posso continuar?

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Claro, com certeza.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Eu vou tentar e se, depois, no fim, não quadrar com a sua pergunta, estarei disponível para reformular a resposta dentro desse parâmetro.

Estou a falar de como eu vi essa operação, de como participei nessa decisão. Recordo que Vale do Lobo tinha um conjunto enormíssimo de terrenos que foram dados para constituição de hipoteca. Mais: essa constituição de hipoteca previa que fosse um chapéu global. A Caixa exigiu, na altura, que a hipoteca fosse terreno a terreno, lote a lote. A informação que se teve daí é que isso tinha um custo bastante mais elevado e alguém disse — não sei se foram os comerciais, não sou capaz de precisar — que isso custaria mais 6 milhões. Então, a operação, que era de 194 milhões... Acrescentam, também, que não tinham dinheiro para fazer esse...

Confesso, vejo a operação assim e não pode ser de outra maneira. A operação passou a ser aprovada por 200 milhões — 194 mais 6 — sendo que o correspondente à autorização, cujo valor não sabíamos ao certo qual era, de 6 milhões, ficava dependente, pela apresentação do diretor

responsável ao administrador do pelouro, para aprovar até 6 milhões. Nem faz sentido de outra maneira, Sr. Deputado. Quer dizer, se, no momento zero, se prevê que um administrador possa ir para além do valor aprovado, de 6 milhões ou  $X$  milhões, significa que a operação aprovada, foi a operação inicial mais os  $X$  milhões.

Portanto, se quer que lhe diga, tenho ouvido, também como o Sr. Deputado, explicações em que fico um pouco... Enfim, que me questiono. Se estive lá, se estava bem de cabeça e se tenho esta recordação! Mas esta recordação é não só o facto de se aprovar uma operação pelo valor global de 200 milhões, como o *rationale* de defesa da Caixa por não se saber exatamente como. Essa proposta dos 6 milhões seria sempre proposta pelo diretor ao seu administrador do pelouro. A operação era de 200 milhões, o administrador do pelouro era Armando Vara e, por isso... Se fosse eu, seria eu. Não vejo isso de outra forma, não consigo ver...

Não sei se fui suficientemente claro na explicação, no *rationale*, que não seja o da operação, pelo qual estive presente.

Outra coisa é a forma como foi escrita que, como disse, não vi e, portanto, admito que induza em alguma...

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Obrigado pela explicação.

A pergunta, agora, é a seguinte: se isso é assim, então nunca houve outro caso na Caixa semelhante? Dizem-nos que este é um caso único.

Em segundo lugar, tendo em conta que o Conselho de Crédito reúne todas as semanas, qual é a vantagem de deixar este processo na mão de um único administrador, tendo em conta o valor que é?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Não fui eu quem disse que é um caso único. Não me estou a recordar de nenhum, mas como o Sr. Deputado

me pôs a questão, digo-lhe: se foi assim como disse, não me parece, então, que seria caso único.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Vamos ao caso Berardo. Quer falar sobre isso um pouco antes ou quer que eu comece já com as perguntas?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Se quiser, posso antecipar. Vi a utilização do nome relativamente ao envolvimento... Estava a ver se a Sr.<sup>a</sup> Deputada olhava para mim. Peço desculpa, não sei o nome.

Era só porque ia referir-me a algo que disse. O meu nome foi envolvido relativamente a essa operação e eu quero esclarecê-la o mais claramente possível.

O primeiro esclarecimento, e era por isso que estava a pedir à Sr.<sup>a</sup> Deputada que olhasse para mim...

A Sr.<sup>a</sup> **Conceição Bessa Ruão** (PSD): — Na segunda ronda!

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Não, eu antecipo-me, Sr.<sup>a</sup> Deputada. Olhe bem para mim!

O Sr. **Presidente**: — Dr. Francisco, peço desculpa, mas está a responder às perguntas do Deputado Duarte Marques e deve concentrar-se...

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Estava a antecipar-me e a aceitar o desafio de me antecipar.

O Sr. **Presidente**: — Terá tempo de responder à Sr.<sup>a</sup> Deputada a seguir.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Nem isso se justifica, por amor de Deus! Não é isso! A Sr.<sup>a</sup> Deputada, na última pergunta sobre isso, na última audição, disse que eu tinha dito ao Dr. Cabral dos Santos para dar uma força, uma pressão, uma cunha para a aprovação da operação do Berardo. Não, Srs. Deputados, penso que isto é claro e estará gravado. O que o Dr. Cabral dos Santos disse — repito e confirmo — é que eu lhe disse para ele fazer a proposta. E só isso.

Perguntar-me-á: «Então, você que não tem nada que ver com isso, por que razão manda fazer a proposta?». Quer a carta que o Sr. Presidente do Conselho de Administração do meu tempo, quer a própria exposição que fez aqui clarifica completamente esta situação.

A Fundação Berardo tinha contratado com a Caixa Geral de Depósitos uma operação em conta-corrente de 350 milhões de euros. A conta-corrente tem, relativamente a um mútuo, a vantagem de poder ser utilizada, reutilizada, a crédito, a débito, dentro do montante inicialmente contratado. A Fundação teria — não sei o número de memória — algo à volta de 270 ou 280 milhões de utilização, isto é, teria 60 ou 70 ou 80 milhões de euros para utilizar. E informa a Caixa, em 2008, que vai utilizar para acorrer ao aumento de capital do BCP. A primeira tirada da Caixa, porque se vinha a deteriorar a valorização dos títulos, foi dizer que não, só com fiança.

Recordo ao Sr. Deputado que a operação, inicialmente, foi aprovada com fiança e disse, na altura, que se ia evitar-se a fiança se as contas, devidamente auditadas da Fundação, dessem garantias à Caixa — porque era melhor para a Caixa — de que podia fazer o financiamento àquela entidade. O que ocorreu e ocorreu de tal forma que até se incluiu um

*covenant* de uma autonomia financeira não inferior a 20%, quando, na altura, presumo, teria à volta de 30%.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — São operações diferentes.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Está bem. Só estava a falar dessa, dos 300 milhões.

Portanto, a nossa primeira tentação, como não havia fiança, foi dizer ao senhor: «Com fiança. Não utiliza sem fiança». O Sr. Berardo terá — enfim, não me compete aqui dizer se com justificação ou sem justificação — evidenciado que o contrato que tinha lhe permitia utilizar o remanescente. Isso foi conversado, até naquela fase antes de começarmos formalmente o conselho, e os meus colegas de conselho disseram: «Há que chamar o homem, há que falar com ele numa vertente muito institucional e dizer-lhe ou... ou — ou dá fiança ou não dá fiança». Fui designado, sendo um interlocutor novo, que não conhecia o Berardo...

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Deixe-me só fazer uma pergunta: disse «ou... ou», ou dá fiança ou não dá fiança, ou seja...

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Ou dá fiança ou não fazemos o crédito.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Ah! É que, depois, fizeram na mesma...

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Deixe-me continuar.

Portanto, sou eu quem é indigitado para ter uma conversa com o Sr. José Berardo e ele fez comigo o que qualquer empresário faria, ou seja,

tenho na minha posse um contrato que me permite utilizar e tal. E eu disse-lhe que sim, mas que as condições tinham mudado. Enfim, não vale a pena estar aqui a dizer quais foram os argumentos, pois provavelmente nem eu me lembrarei já de todos ou correria o risco de não ser totalmente correto.

O que sei é que o Sr. Berardo, às tantas, disse: «Então, o senhor está a ver eu dar-lhe a fiança agora para um valor que já utilizei há um ano?» Não sei se era um ano ou há quanto tempo. E eu disse-lhe: «Não há problema! Fazemos um novo contrato cruzado com aquele, que impeça qualquer utilização na conta-corrente, isto é, tomamos como última utilização a que está. Não mexe mais na conta-corrente! E fazemos-lhe este novo contrato, o senhor dá a fiança e, quando pagar totalmente este contrato, nós equacionaremos, dentro do período de vigência e se estiver como estava na altura, ou seja, totalmente em dia — esse é que era o problema quer em relação ao rácio quer em relação aos juros... Foi esse o negócio que se fez. Foi fazer uma operação captando a fiança só para aquele valor... Se a memória não me atraiçoa... Como digo, não tenho... Enfim, foi um dia que não esquecerei com facilidade, foi a vez que o conheci. Ele é uma pessoa como os senhores conhecem e, portanto, impacta qualquer primeira relação.

Mais, já agora, digo, Sr. Deputado: ficou claro ali logo que, se a trajetória dos títulos não invertesse, precisaríamos de um conforto de garantia real. E é aí que começa o trabalho interno da Caixa. Não por mim. A minha ação terminou quando saí da reunião com o Sr. José Berardo. Comuniquei ao meu colega administrador do pelouro, que, aliás, estava em reunião do Conselho de Administração, que tinha conseguido e ele próprio disse-me: «Eh pá, então, se faz favor, liga ao Cabral dos Santos e diz para fazer a proposta». Foi isso, e mais nada. Mas, como digo, foi aí que começou o desenvolvimento do trabalho que permitiu o penhor da Associação.

É por isso que, tendo nós 27%, se a memória não me traiçoa, de exposição, ficámos com 40% do valor dos títulos, porque já tínhamos esse trabalho feito, já estávamos à frente. O negócio foi tripartido, como saberá.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Foi tripartido como?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Foi repartido pelos três bancos. O BES ficou com 20%, o BCP com 40%..., ou ao contrário. Não sou capaz de lhe dizer agora. Sei que eram 40% e 20% e nós, que tínhamos menos exposição, ficámos em termos de garantia máxima, por essa razão.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Essa negociação foi feita por si, também?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Nenhuma. Não fui eu que fiz a negociação, estou a dizer que abri a porta... Sr. Deputado, sabe que eu não gosto muito... Eu venho aqui falar a verdade, não venho aqui esconder nada e gostaria que assim me entendesse.

O que eu disse, e repito — e esta é a minha posição e estou com alguma pressão... Até pode ocorrer que eu diga o que não queria dizer. Mas eu penso que disse que foi aí que se abriu a porta, porque eu terei dito ao Sr. Berardo que, se a trajetória dos títulos continuasse assim, precisávamos de uma garantia real. Eu não falei, nessa altura, nos títulos *A*, *B* ou *C*, até porque eu não os conhecia, confesso. Eu não os conhecia e, portanto, não podia falar do que não sabia. O que lhe disse foi o seguinte: «se a trajetória for esta, vamos precisar de um conforto de garantia real.»  
Ponto final!

A minha única intervenção, durante todo o período que estive na Caixa, com o Sr. José Berardo foi esta conversa. Calculará que não foi fácil, mas foi esta a conversa. Felizmente correu...

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Mas nessa altura já se tinham apercebido de que estava a haver uma trajetória descendente do valor do BCP?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Sr. Deputado, a gente não se apercebeu, sabia-se. Não é uma questão de perceção, é uma questão de ter a certeza, porque a cotação é uma coisa que todos os dias influi. Não é um problema de perceção. O que podia ser alguma perceção — eu não sei se houve — era que a crise estava para durar. O problema não foi a desvalorização dos títulos, Sr. Deputado, foi a duração dessa desvalorização e o que veio a seguir.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Mesmo assim, emprestaram mais dinheiro.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Ó Sr. Deputado, desculpe, mas não emprestámos mais dinheiro. Não, não; antes pelo contrário, reduzimos a possibilidade de ele ter mexido nos 350 que tinham sido aprovados, tendo mexido apenas nos 260 ou 270 que estavam utilizados, mais os 37 ou 38 que foram utilizados.

Portanto, não houve um aumento...

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Mas podia não ter dado o remanescente, certo?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Isso diz o senhor. Eu não posso não fazer fé nos contratos estabelecidos

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Deixe-me fazer-lhe mais duas perguntas sobre isso.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Faz favor.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Primeira: como é que se explica que, ao contrário do parecer do Risco, tenham aprovado garantias muito baixas, com rácios de cobertura de 100% e de 105%, onde o risco é apenas para a Caixa, não é para mais ninguém?

Segunda: quando houve essa negociação dos bancos todos com os títulos da Associação, tiveram noção de que estavam a ter os títulos da Associação e que tinham a coleção ou não?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Confesso que essa questão...

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — É que esta questão é importante.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Confesso que essa questão, tal qual me estar a pôr, que, aliás, tem relevância pelo que veio a seguir... Nem sequer me passou pela cabeça que o jurista, seja ele qual for, que estava a tratar disso, não acautelasse essa situação. E de certeza que acautelou. Eu não tenho a certeza de que é... Ainda hoje, é rigorosamente verdade que os títulos não cobrem... Isso eu não sei, não sou jurista. Não foi sequer um problema que eu tivesse posto a mim próprio.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — A sua convicção...

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — A minha convicção era a de que se era um reforço de garantias é porque valiam como garantias. Isso eu não tenho dúvida.

Desculpe, mas a outra pergunta era sobre...

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Rácios de cobertura de 100% ou de 105% quando o normal era de 130% e de 140%.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Sr. Deputado, mais uma vez, o que aqui está em causa, do meu ponto de vista, confesso... Isto é, estou a pôr — penso que é o meu principal ativo — a experiência que tenho de não sei quantos anos de ver economia com falta de liquidez, com a primeira entrada do FMI, foi necessária a redução do crédito... Vivi! Tive esse enriquecimento por viver essas situações e vou dizer-lhe o seguinte: então, e a situação patrimonial da Metalgest e da Fundação não tem valor?

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Pelos vistos, não tem valor nenhum.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Sr. Deputado, está a falar-me, e eu entendo a forma como está a falar, como se, naquela altura, o que o senhor está a dizer fosse do conhecimento de todos nós.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Peço desculpa, mas, então, como é a Caixa, que tem bons juristas, capacidade de investigação, empresta dinheiro a uma pessoa destas com base na perceção pública? Viu numa revista «Olhe, o Berardo estava lá como Goucha, aquilo deve ser dele».

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — O Goucha?

Não sei. Isso eu não sei.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — É com base da percepção pública de uma empresa?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Posso continuar?

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Pode. Mas é que essa justificação a nós não colhe. É um banco público que empresta dinheiro dos depositantes.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Vai desculpar-me, mas eu não estou a falar em alhos nem em bugalhos. Estou a dizer o seguinte: naquela altura, umas contas certificadas da Fundação mostravam que tinham uma autonomia financeira de 30%. Se para o senhor isso não vale...

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — De 20%.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Não, não, 20% foi o limite mínimo que impusemos como *covenant*. Portanto, 30%. Se a Metalgest que tinha um EBITDA negativo nesse ano, mas tinha uma situação de capital de duzentos e tal milhões, se isso não conta, então, o raciocínio que faz está à pele, porque era a única garantia. Sr. Deputado, não pode partir do princípio, do meu ponto de vista... Ficaria muito surpreendido se eu hoje conseguisse sair daqui com a ideia de que era o único bem de garantia dado nesses créditos. Noutros terá sido, nesse não.

Mas, dizia eu, contámos, quando fizemos esse financiamento, com a informação que tínhamos naquele momento e com a situação patrimonial

dos dois mutuários: a Metalgest e a Fundação, ao que acresceu, porque achámos que era insuficiente, um acréscimo de garantias. Só isso!

Para quem não geria o cliente acho que já percebeu que foi um dos casos, por aquilo que ouvi, que me preocupou. Provavelmente, faria a mesma interpretação, mas, felizmente, acho, com a informação que tenho hoje...

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Mas como explica os rácios de cobertura que são dados na operação BCP aos vários protagonistas, entre os quais o Sr. Berardo? O preço deste crédito não é sequer comparável, por exemplo, com clientes industriais, com muito menos risco do que o risco da Bolsa. Como é que explica isso? Como é que o senhor, com tanta experiência de banca... Qual é o racional de dar descontos destes para investimento especulativo que não são dados para investimentos industriais. É isso que nós não percebemos. A não ser que haja aqui uma prioridade política de assaltar o BCP.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Sobre prioridades políticas, eu não me pronuncio. Sr. Deputado, nunca senti nenhuma pressão política para dar prioridade pela direita ou pela esquerda a um cliente industrial, comercial ou especulador. Ponto final! Nunca!

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Então, a responsabilidade é mesmo vossa?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — A responsabilidade é de quem concede. Não é de certeza de quem não faz. É de quem faz.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Com certeza.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Como em todo o lado.

Sr. Deputado, deixe-me continuar na senda...

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Mas responda à minha pergunta: como é que explica o preço e estes rácios de cobertura numa operação especulativa destas no banco público? É que nem os bancos privados fizeram isto. Foi no banco público, o que ainda é mais estranho.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Neste momento, não sou capaz de encontrar o racional para... Posso arranjar e contar um facto ou uma «história» que me permitisse justificar isso, mas não isso que estou a dizer. Estamos a falar de mercado, primeiro ponto. E o mercado, quer goste mais ou menos de mercado, é soberano. O mercado é soberano.

Segunda questão, para mim evidente: não estava em causa naquela primeira decisão, pelo menos para mim, repito, pelo menos para mim, financiamento BCP. Não estava em causa. O que estava em causa nas primeiras decisões...

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Peço desculpa. Então, este empréstimo é para comprar ações do BCP que é dado como...

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — É para comprar títulos cotados do PSI20, com a concentração máxima de 75% e sujeito à aprovação da Caixa. Não me pergunte mais, porque não sei. Eu não geria o cliente. Não sei.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Então, quem é que geria este cliente? Quem é que sabia?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Não me pergunte quem sabia.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Quem é que defendeu esta operação?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Só lhe posso responder com sinceridade e honestidade quem não sabia, que era eu. Não sei quem sabia. Mas vou dizer-lhe, para que não fique...

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Desculpe. Acha credível que a administração da Caixa empreste várias centenas de milhões de euros a um cliente e não sabe que ações ele vai comprar?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — O senhor não ouviu ou não quis ouvir a minha questão.

A questão não era para comprar a ação *A* ou *B*, de acordo com o meu recordatório. Era para comprar um *basket*, que podia ser de ações cotadas pelo PSI20. Para evitar esse desconhecimento ou para evitar situações em que incorre que o seu raciocínio está a levar, e bem, impôs-se que a Caixa tivesse de dar o *okay* à compra. Esse é o racional que tenho disto.

Pergunta-me: e quem é que sabia isto? Certamente o diretor... Aliás, não quero ser injusto, a direção que conduzia o cliente, que é a Direção de Grandes Empresas, e o seu peloureiro com quem tinha de acertar essa situação.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Mas quem era o peloureiro nessa altura?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Já lhe foi dada a resposta, pelo menos, pelo Dr. Cabral dos Santos, que eu ouvi, e que era o Dr. António Maldonado Gonelha — era o homem que tinha as Grandes Empresas —, no tempo do Dr. Carlos Santos Ferreira, e era o Dr. Jorge Tomé, no tempo do Eng.º Faria de Oliveira.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Foi, então, o Conselho de Administração de Faria de Oliveira que esteve na fase de tentativa de recuperação desse dinheiro, certo?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Sr. Doutor, eu já lhe disse...

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — O Sr. Doutor é que, há pouco, disse que as discussões eram profundas e que os temas eram muito debatidos.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Sim. No processo de decisão. Repito, eu disse-lhe que era no processo de decisão.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — No Conselho de Administração ou no Conselho de Crédito?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Estas situações não vão ao Conselho de Administração, como compreende.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Vão ao Conselho de Crédito?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Nem sempre vão ao Conselho de Crédito. Quem recupera, como recupera, as propostas de recuperação...

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Isso é recuperação. Estou a falar dos créditos concedidos.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — O senhor não está a falar da recuperação, no meu tempo?

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Perguntei se, no seu tempo de recuperador dos créditos, também acompanhou esse processo.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Eu estava a tentar explicar que, habitualmente, como não é partilhado... A menos que haja uma proposta e, mesmo assim, é duvidoso que tenha de ir ao Risco uma proposta em que já há desençaixe... Mas ouvi algumas conversas sobre isso e não sou capaz de lhe dizer mais do que disse e penso que dificilmente alguém, ao fim de 11 anos — isto foi em 2007 ou 2008 —, sem ter o conhecimento pessoal das coisas... Eh, pá, mostrei interesse em estudar para, dentro dos poucos elementos que tinha à disposição, aqui poder servir a verdade, repito, poder servir a verdade.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Não explicou o valor da taxa de cobertura e do preço tão baixo do crédito a Berardo.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Eu julguei que tinha explicado.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Então, Sr. Doutor, deixe-me explicar a minha pergunta.

O senhor disse que era o mercado que funcionava e que temos de respeitar o mercado, mas estes valores que foram praticados com Berardo

não são os valores de mercado, são muito abaixo do valor de mercado. Como é que explica isso?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Porque é que o senhor diz isso, desculpe? Sabe o que se fazia, na altura? Eu não. Eu não sou capaz de dizer que não eram ou que não são de mercado. Eu parto do princípio...

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Então, dê-me outros exemplos de outros bancos que tenham emprestado dinheiro para comprar ações a rácios de cobertura de 105%.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Todos! Todos! Todos!

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — É isso que diz o parecer do conselho de risco?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Sr. Doutor, não me confronte com documentos que eu não conheço,...

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — São da Caixa!

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — ... nem tenho de conhecer.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Se não conhece, devia conhecer. O senhor, quando vai para o Conselho de Administração ou para o Conselho de Crédito, tem acesso aos pareceres do risco. É suposto conhecer!

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Acredite que a sua ânsia de saber é igualzinha à minha ânsia de responder. Eu queria responder-lhe

cabalmente a tudo o que envolva adjetivação à qualidade, à honestidade, ao profissionalismo de todos os quadros da Caixa. Acredite nisto! Eu queria muito poder responder.

O senhor disse que eu não respondi, mas eu penso que respondi, à questão sobre a cobertura das ações. Há cobertura das ações dos 105, dos 100 ou do 120, tem de adicionar as garantias ou o valor patrimonial do mutuário.

Sr. Deputado, não sou capaz de sair daqui.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Isso já percebemos.

Sobre a La Seda, como é que explica que, depois do principal investidor português ter renunciado irregularidades e saído do projeto, a Caixa tenha metido ainda mais o pescoço lá dentro? Era uma prioridade política?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Já é a segunda vez que o senhor fala em prioridade política e eu vou pela segunda vez dizer-lhe a mesma coisa: eu nunca senti nenhuma ação de prioridade política da esquerda, da direita, ou qual seja a prioridade, relativamente a uma operação.

Sobre a questão que me coloca da La Seda, não sei como é que essa fase de entrada foi identificada — o Dr. Jorge Tomé virá cá, penso, sexta-feira e certamente saberá isso como o nome dele —, sei que a determinada altura pusemos as fichas, se assim se pode dizer, num investidor, num industrial, num conhecedor de provas dadas no nosso País, que era o homem da Barbosa & Almeida, o Eng.º Carlos Moreira da Silva. Com ele se construiu um modelo alternativo de envolvimento, de financiamento, que permitisse, finalmente, que a Artlant, a empresa em Sines, pudesse ter início ou pudesse ter sido desenvolvida ou pudesse concluir-se. Penso que hoje podemos todos ficar relativamente mais tranquilos porque pelo que se

diz já estará a exportar muito perto de 400 milhões por ano, tão importantes para a nossa balança. Ora, isto significa que era um projeto bom, houve um conjunto de vicissitudes, mas não vos posso ajudar por não conhecer.

Já disse ao Sr. Deputado — acredite — que geria 106 biliões em negócios, dos quais quase 50 biliões de crédito. Não podia estar preocupado mais do que aquilo que devia, mais do que aquela informação que se tem e que um tipo mais ou menos experiente não precisa de muita mais para decidir num processo de decisão. Eu não andava a fazer o trabalho dos meus colegas, nem eles precisariam, nem eu provavelmente saberia.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Se a questão política não era importante, porque é que vários pareceres internos da Caixa sobre alguns investimentos referiam a presença do Primeiro-Ministro José Sócrates nos lançamentos de primeiras pedras?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Sr. Deputado, o senhor melhor do que eu sabe...

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Não, não!

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Não sabe? Não quer que eu esteja agora a elencar um conjunto de primeiras pedras ou de inaugurações que membros de outros governos asseguraram. Não vale a pena pensarmos nisso. Agora, vou-lhe dizer uma coisa...

Desculpe, eu não estive em nenhum evento de lançamento de alguma operação da La Seda.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Mas esse tipo de presenças eram relevantes para os processos de concessão de crédito?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Eu digo que da minha experiência, da minha vivência, eram absolutamente irrelevantes.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Então porque é que estavam?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Sr. Deputado, o senhor vai desculpar-me, mas se fizer a linha do tempo, a concessão de crédito é para aí dois ou três anos antes de um processo de lançamento ou de uma inauguração.

Não sei se é o mesmo governo ou não, mas por que razão há de isso estar indexado?

Confesso que não consigo ver, mas repito: se o Sr. Deputado fizer a linha do tempo, um processo é financiado hoje e é inaugurado daqui a dois anos.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — E as irregularidades denunciadas por Matos Gil? Não foram importantes?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Olhe, sobre isso não sei... São importantes...

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — O senhor tem uma vantagem: diz sempre «não sei». Há outros que dizem que não se lembram, mas o «não sei» já é melhor.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Sr. Deputado, certamente, não está a falar por aquilo que eu estou a dizer. Essa situação decorre do seu convencimento de que eu sei, senão não podia dizer isso.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Estava no Conselho de Administração. O senhor é o totalista das reuniões nos Conselhos de Crédito. Eu espero que saiba. Estava lá a fazer o quê?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Espero que perceba porque é que eu sou totalista dos Conselhos de Crédito. Primeiro, porque sou o único que estou nos dois Conselhos, 2005-2007 e 2008-2011. Esta é logo a primeira razão. Mais nenhum outro com pelouros comerciais poderia ter totalista e depois porque tenho direções que apresentam as operações.

Relativamente à questão sobre se eu sei ou não sei das irregularidades do Dr. Matos Gil que ele denunciou...

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Não são irregularidades. É o que ele denunciou, é o que a Caixa fez! Jorge Tomé, Matos Gil...

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Oiça uma coisa, se o senhor vai ter aqui o Dr. Jorge Tomé, como é que quer que eu lhe responda a uma coisa que só ele saberá?

Sei o que ouvi, sei que ele se demitiu conjuntamente com o Freire de Sousa e com o Nuno Gaioso. Isto é o que eu lhe posso dizer.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — O senhor é do Conselho de Administração, há estas denúncias, eles demitem-se, a Caixa continua a meter dinheiro. E acha que eu não lhe devo perguntar o que fizeram?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Eu não estou a dizer que o senhor não me deve perguntar, mas eu já lhe disse que não sei.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Então quem é que sabe? O senhor não estava no Conselho de Administração seguinte?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — O senhor fala factualmente na pessoa que se demitiu, que conhece ou não conhece as irregularidades. Como é que quer que seja eu a responder-lhe? Vai desculpar-me, mas por muito boa vontade... Percebi mal a pergunta?

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Percebeu!

Tendo em conta as denúncias de Matos Gil, o empresário que pede apoio à Caixa, e de Jorge Tomé, representante da Caixa, que denunciaram irregularidades, saíram da Caixa, saíram do consórcio e, mesmo assim, a Caixa, onde o senhor estava sentado no Conselho de Crédito, continua a meter lá dinheiro, pergunto-lhe: porque é que continuaram? O que é que fizeram ou o que é que não fizeram?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — E a resposta que eu lhe dou com muita... Se vai estar aqui o Sr. Dr. Jorge Tomé...

Não pode querer que eu responda a uma coisa que eu não sei ou, então, minto.

Não sei, não é da minha área, não houve uma decisão do Conselho que justificasse isso e que eu me lembre de ter estado presente.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Responda à pergunta que eu já lhe coloquei três vezes.

Vou repetir a pergunta outra vez: como é que justifica que, após a demissão de Jorge Tomé, que era representante da Caixa, da saída dos três portugueses que estavam envolvidos no negócio, da denúncia de irregularidades por parte do seu colega Jorge Tomé e destes empresários, o senhor tenha continuado na administração da Caixa e, com o Sr. Doutor nessa administração, a Caixa tenha metido lá mais dinheiro?

Tendo em conta que um colega seu denunciou irregularidades e, ainda assim, a Caixa voltou a pôr lá dinheiro e tendo em conta a linha do tempo que o senhor citou, o que é que fez ou porque é que meteu lá o dinheiro sem se questionar porque é que houve essas demissões?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Quer dizer-me a data disso?

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Foi no final de 2008, foi após as decisões...

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — No final de 2008 executámos a Selenis, a Jupiter... Não foi?

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — A Jupiter foi em 2007.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Não, não, 2008.

Sr. Deputado, afinal, está a fazer-me a pergunta... Eu preciso só de contextualizar. O que é que a Caixa fez? Por um lado, foi executar e, por outro, foi arranjar uma solução alternativa — e eu acho que já tinha dito — que permitisse o racional do negócio. Um negócio que era importante para a economia portuguesa.

Com o conhecimento que tenho, não sou capaz de lhe dizer mais do que isto. Não sou capaz! É que não sou!

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Há uma decisão de 30 de dezembro de 2008, uma de 23 de abril de 2009, há várias.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Sr. Deputado, se me permite que eu possa dizer isto, eu sei que não posso, mas vou dizer tudo o que sei sobre... Portanto, qualquer pergunta que sobrevenha a isto vou dizer que não sei ou que não me lembro. Aliás, prefiro dizer que não sei do que dizer que não me lembro.

Eu ouvi o Sr. Matos Gil dizer que tinha dado garantias para não sei o quê e que nós é que não quisemos as garantias.

Quero dizer-lhe também que conheço a Neoplástica de trabalhar há 25 anos com ela noutra banco onde eu era diretor e conheço algumas envolventes que não vale a pena aqui declinar. Conheço e conheço de tal maneira que pedi que me dissessem, alguém que soubesse, que garantias eram essas. Cheguei até a pensar que seriam garantias que feriam o Sepblac em Espanha, seriam garantias... Não cheguei a essa conclusão. A conclusão a que cheguei, Srs. Deputados, foi a de que a Caixa interpelou, várias vezes, para obtenção de garantias, posso dar-lhe as datas, e umas vezes por uma razão, umas vezes por outra, na hora da verdade ou porque o fundo não sei quê tinha 10% não estava disponível para dar a fiança ou porque a família afinal não dava a fiança ou por uma outra razão que eu não sei, nunca chegou essa ocasião.

Portanto, será que as pessoas da Caixa vêm aqui mentir? Será que as pessoas que têm uma vida de trabalho avaliado continuamente chegam aqui e vêm dizer o que não é verdade? Será que se valoriza mais quem não serviu o Estado mas, provavelmente, quem se serviu do Estado?

Sr. Deputado, esta é a questão que a mim me dói nessa perspetiva...

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Imagine os bolsos dos portugueses!

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Também por isso é que tive ocasião de poder citar os resultados da Caixa, os dividendos e as necessidades de capital que foram inferiores às da...

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Sr. Presidente,...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, pode concluir.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Sr. Presidente, é mesmo para concluir, porque repeti a mesma pergunta três vezes.

Vou fazer três coisas. Vou entregar-lhe esta lista de decisões do Conselho de Crédito da Caixa sobre a La Seda, pelo que poderá confirmar as datas e o que foi feito, para sua própria informação.

Depois, vou fazer-lhe uma última pergunta que para nós é importante. Nós já conhecemos a narrativa e a cartilha sobre os bons resultados da Caixa face aos outros bancos e a crise que veio em 2008. A única coisa que nós ainda não percebemos é como é que é possível que a crise justifique tudo aquilo que correu mal, que os resultados da Caixa desse período, os resultados desses resultados são as maiores imparidades de sempre da Caixa Geral de Depósitos, que o Risco tenha alertado, na maioria destes casos, para o facto de esses negócios não deverem avançar daquela forma e esse Conselho de Administração, onde o senhor estava presente, o tenha feito, constituindo estas perdas, e depois, mesmo assim, pagaram-se prémios em 2008 e 2009 a essas administrações.

Sr. Doutor, a última pergunta que lhe faço é a seguinte: não acha estranho que três colegas seus da administração da Caixa que decidiram os créditos para o assalto ao BCP tenham ido para o BCP a seguir?

O senhor não foi convidado para ir, recusou, recusou porque achou que era eticamente reprovável passar para o BCP depois de tanto dinheiro que lá puseram, ou, como alguns jornais já escreveram, ficou a guardar a retaguarda aos que tinham saído?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Esta é aquela pergunta em que é «preso por ter cão e preso por não ter.»

O senhor formulou a pergunta e deu logo alguma resposta. Vou-me permitir utilizar, já que estou na casa-mãe da política...

O Sr. **Presidente**. — Na casa-mãe da democracia!

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Sim, da democracia. Serei insuspeito nessa matéria, Sr. Presidente.

Vou responder, provavelmente, da única forma como sou capaz. Acho que um convite não aceite ou um não convite responde-se da mesma maneira. Certo?

Um convite não aceite ou um não convite responde-se da mesma maneira.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Foi convidado ou não?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Estou a responder-lhe.

Agora, relativamente ao conjunto de perguntas sobre as imparidades que formulei, vai desculpar-me,...

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Afirmações!

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Afirmações. Poderia contestá-las mas só vou contestar uma.

Obviamente que na Caixa, provavelmente todos nós reconhecemos, não podia ser de outra maneira. Naquele período tinha de fazer as imparidades recorde. Aliás, imparidades é um conceito relativamente recente, não existia muito, era mais as provisões.

Segunda questão: era expectável que a Caixa Geral de Depósitos fizesse mais imparidades do que os outros — mais crédito, logo mais imparidades. Acho que tentei demonstrar que a Caixa Geral de Depósitos fez bastante menos imparidades do que os seus *peers*.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Tentou mas não conseguiu.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Então, eu repito. Quer que fale nos valores globais das imparidades? 7 bi na Caixa, durante o período já incluindo 2016 — repito, já incluindo 2016. Para ser rigoroso, como gosto de ser, são 7,9 bi da Caixa que comparam com 9,8 do BCP e 9,0 do BES.

Portanto, estou a dizer...

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Belos exemplos que escolheu! E a Caixa foi lá pôr o dinheiro!

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Sr. Deputado, desculpe mas eu só posso comparar com os *peers*, não posso comparar com o BPI, que tinha...

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Com Santander.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Mas compare com o Santander.

Para sua informação, em termos ibéricos, o Santander, do ponto de vista do custo médio do risco, que é aí que se alisa...

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Não respondeu foi à pergunta concreta. Sim ou não?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Eu respondi-lhe!

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Não respondeu. Sim ou não? Convidaram ou não convidaram?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Não respondo a essa pergunta.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Então, não quer responder?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Não respondo, não tenho de responder.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Recordo que está numa Comissão de Inquérito e é obrigado a responder às perguntas...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, peço desculpa mas já ultrapassou largamente o seu tempo e já concluiu a sua intervenção.

É agora a vez do Grupo parlamentar do PS. Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada **Constança Urbano de Sousa**.

A Sr.<sup>a</sup> **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Sr. Presidente, aproveito para cumprimentar o Sr. Dr. Francisco Bandeira.

Sr. Doutor, é um facto que esteve em praticamente em todas as reuniões do Conselho Alargado de Crédito onde estas operações ditas ruinosas foram decididas e penso que tem essa consciência. Gostaria que à luz de um elementar dever de diligência, que é um dever legal de qualquer administrador ou gestor criterioso e ordenador, explicasse como, das 25 operações identificadas pela EY como tendo gerado as maiores perdas, 7 tenham sido para a aquisição de ações cotadas em bolsa que foram colateralizadas apenas com as próprias ações, o que, grosso modo, é como me emprestarem dinheiro para eu ir jogar no casino, dando eu as fichas como garantia. Se as perder, perdi; se ganhar, devolvo o que perdi emprestado.

Ou seja, muitos destes créditos tinham pareceres da Direção de Gestão de Risco altamente condicionados, tinham rácios de cobertura de perto de 100%, isto é, à mínima variação da cotação entravam em incumprimento no que diz respeito ao rácio de cobertura, em que, de acordo com a auditoria de 2011 do Banco de Portugal, o próprio método de valorização das ações estava desadequado e, mais, muitas vezes sem garantias pessoais dos titulares das empresas ou, mesmo quando estes as davam, o seu património não estava avaliado. Desculpe mas eu ter um aval de alguém que, depois, não tem património, não vale rigorosamente nada.

Um destes créditos foi precisamente à Fundação Berardo e aquilo que mais me intriga é que, sendo uma fundação, por natureza, uma pessoa coletiva sem fins lucrativos, por que carga de água — passe a expressão — um banco vai emprestar 350 milhões de euros a uma fundação para ela ir jogar em bolsa, que é uma atividade altamente especulativa, lucrativa ou não, — tem, pelo menos, um elevado potencial lucrativo mas também tem um risco muito elevado.

Pergunto: à luz do dever de um gestor diligente, qual é o racional desta operação?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, sobre essa operação, eu diria o seguinte: ...

A Sr.<sup>a</sup> **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Esta e outras! De Manuel Fino, por exemplo.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Acho que já tive a oportunidade de dizer que não achava que este fosse o caso, porque havia património que respondeu e respondeu durante algum tempo.

O Sr. Berardo foi chamado à Caixa Geral de Depósitos 11 vezes, até novembro de 2008, para repor o rácio. Se trazia de fora ações era porque não estavam penhoradas noutro lado, era porque, provavelmente, faziam parte do tal património que agora nos escusamos de ver.

Por outro lado, à luz do que ocorreu entretanto, hoje era capaz de estar de acordo com a Sr.<sup>a</sup> Deputada, mas a Sr.<sup>a</sup> Deputada, tão bem como eu ou melhor, sabe também que há casos supervenientes que põem a nu coisas que pensávamos estar absolutamente blindadas. A vida não é assim!

Já disse que vivi durante muitos anos no sistema financeiro português, vi ações a desvalorizar-se e a valorizar-se e acho que nunca vi nenhum banco a desvalorizar-se mais de 40%, e este desvalorizou-se 98%! Qualquer que fosse o valor de garantia que lá estivesse de ações era tudo comido! Pode estudar qual foi a dimensão da perda e a perda, aí, era abatida pela forma como eu acho que se podia fazer: obter garantias adicionais não ligadas ao setor financeiro. Esse é um aspeto. Até porque o Sr. Berardo, é justo que se diga, a determinada altura, vendeu umas participações que tinha para liquidar o empréstimo — Bragatel, 25 ou 20 milhões, não tenho o pormenor.

Portanto, tenho a dizer que à luz do que se sabia e podia saber naquela altura, e imaginando até que havia uma desvalorização de 20 ou 30% de um banco, o que seria muito, acho que a liquidação daquelas operações não estaria posta em causa da forma como hoje vemos isso. Mas ocorreu.

Agora, acho também que era, e foi, importante durante um período de vida da nossa história mais recente a ideia de que, primeiro, todos os bancos faziam isto, e faziam-no na Europa e em Portugal. Sabemos isso tudo e, portanto, a Caixa não viveu numa ilha, não viveu no sítio imune à crise ou aos efeitos colaterais da crise, viveu no olho do furacão.

Agora perdi-me, Sr.<sup>a</sup> Deputada. Ia responder mas perdi-me.

A Sr.<sup>a</sup> **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Aquilo que lhe perguntei foi se à luz dos critérios de um gestor diligente emprestar... Não percebo o racional do empréstimo a uma fundação, que, por natureza, tem um fim social e não lucrativo, para ir jogar na bolsa.

Mas vamos ao negócio de La Seda. La Seda declina-se em quatro operações. Não vou perguntar sobre todas elas nem vou misturar. A primeira operação é um crédito sindicato da Caixa à La Seda Barcelona; a segunda operação é a entrada da Caixa no capital social, a terceira operação é o empréstimo à Selenis e a quarta operação é a de financiamento à Artenius e depois à Artlant para a construção da fábrica em Sines.

Portanto, são quatro operações, mais ou menos por esta ordem temporal. É no âmbito da segunda, ou seja, da entrada da Caixa no capital social da La Seda Barcelona, que a Caixa tem um administrador não executivo, que depois pede a demissão.

Mas vamos à terceira operação, em que a Caixa era sócia da La Seda, como era a Imatosgil. É precisamente o empréstimo à Selenis do Grupo Imatosgil, um empréstimo de 115 milhões de euros, que entrou

rapidamente em incumprimento, passado pouco mais de um ano. E o Sr. Doutor esteve precisamente nas reuniões de concessão de crédito, na reunião que declarou o incumprimento, e depois daí avançou-se para a execução.

Este empréstimo foi concedido apesar de existir um parecer da Direção de Gestão de Risco absolutamente condicionado e que deveria alertar qualquer gestor criterioso. Em primeiro lugar, a Selenis não tinha sequer contas consolidadas, era uma sociedade recém-constituída, cujo património não se sabia exatamente qual era. A única coisa que se sabia era que tinha ou ia adquirir ações da La Seda, que naquele momento já tinham uma excessiva volatilidade no mercado. A La Seda estava altamente endividada, tanto que, passado em pouco tempo, entrou num processo de falência.

Apesar de tudo isto, a verdade é que se concedeu um empréstimo de 115 milhões de euros à Imatosgil sem garantias pessoais nenhuma. O aval dos acionistas foi dispensado e foi substituído por um aval de uma coisa que se chamava Casa Agrícola, sem nunca se ter...

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Isso não é na La Seda, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Isto é tudo na La Seda.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — A Casa Agrícola não. A Casa Agrícola é do Lena.

A Sr.<sup>a</sup> **Constança Urbano de Sousa** (PS): — É da Abrantina, é verdade! Já estou a confundir. São tantos os casos deste género. Desculpe, tem razão.

Mas a verdade é que as ações da La Seda caíem e eram a única coisa que estava a colateralizar este empréstimo, ele nunca foi pago e gerou um enorme prejuízo para a Caixa Geral de Depósitos. Pergunto: como é que isto é possível à luz do critério de um gestor criterioso?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, receio não contribuir para o enriquecimento da informação sobre esta matéria pelas razões que lhe disse.

De qualquer forma, encontro um racional, do que a minha memória retém. Já disse aqui que conhecia o envolvimento do Sr. Matos Gil no setor petroquímico, através de uma empresa que detinha em Matosinhos ou na Maia — agora não me recordo, mas era para aí —, que era um profundo conhecedor do setor, e o racional era este: apoio à internacionalização de uma empresa portuguesa, de um empresário português, permitindo que tivesse uma posição de algum relevo no mercado ibérico, como *player* mundial. Portanto, era uma empresa ibérica, detida ou em que uma empresa portuguesa tinha muita força.

Para lhe ser sincero, não conheço os números e por isso disse isto, mas penso que o racional foi esse.

A operação era de noventa e tal milhões e só ... Aliás, era de 115 milhões mas só utilizou 92 milhões.

A Sr.<sup>a</sup> **Constança Urbano de Sousa** (PS): — E nunca pagou juros!

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Pois, correu mal logo à partida.

O que pude verificar foi o que disse há pouco: em função disso, o CaixaBI, logo no princípio, em março ou junho — essa é uma operação gerada na banca de investimento —, começou a pressionar para a obtenção

de garantias adicionais, que nunca... Mas não fiz parte disso, nem esse era um assunto de Conselho.

O racional — era aí que queria chegar — do que posso recordar desse financiamento, no momento em que foi dado, no momento zero, na minha presença, pelo que pude entender do que era aquela operação... Eh pá, fazia... Quer dizer, hoje, se calhar, tomava a mesma decisão, só confinado àquela informação, até porque...

Não sei agora graduar a área de capital da Caixa, que tinha uma estrutura decisória própria de que eu não fazia parte. Lembro a Sr.<sup>a</sup> Deputada de que, nessa altura, eu apenas tinha ou os particulares ou a zona Norte.

Portanto, não sou capaz de explicar, mas tinha decidido o aumento de capital. Isto é, conjugava-se ali, para quem está a assistir, com a experiência que se tem, para tirar a bisetritz, chamemos-lhe assim, do que é aquela operação: tem autonomia financeira, tem estas condições, fatura 2 bi ou 3 bi — não sei quanto é que é, não me recordo...

Quer dizer, fazia sentido, ou não me feria como me fere, hoje, saber que se fez uma operação de 100 milhões que, ao fim de um ano, estava em incumprimento, ou menos... Fere-me, mas, na altura em que participei na decisão... E, aqui, participar na decisão pode ser de duas formas: ou dizer «sim senhor, isto é que é uma boa operação e destas é que deviam vir muitas» ou concordar pelo silêncio, quer dizer, «não tenho nada a perguntar», e provavelmente até foi isso que ocorreu.

A Sr.<sup>a</sup> **Constança Urbano de Sousa** (PS): — É assim, Dr. Francisco Bandeira, há um bocadinho misturei as duas operações. Então, vamos ver o racional que também teve sempre nesta operação, que foi o negócio da Abrantina, portanto, do Lena.

Este foi um negócio em que a única vez que me recordo de ter lido nas atas do Conselho Alargado de Crédito... É a única vez em que o Conselho Alargado de Crédito justifica que tenha decidido a aprovação de um crédito contra o parecer da Direção de Gestão de Risco, que era desfavorável, e era-o por boas razões.

Porquê? Este negócio de cerca de 80 milhões de euros com uma *holding* adquirida pelo Grupo Lena para reestruturar o passivo da Abrantina veio três vezes consecutivas às reuniões, sempre no sentido de degradar garantias. É aí que entra a substituição dos avais da família Barroca por um aval de uma coisa chamada «Casa Agrícola», e nunca percebi o que é que ela fazia nem porque é que estava na *holding*. Mas pronto, é o que é.

Foi sempre no sentido de uma degradação das garantias; e mais: ao degradar as garantias, naturalmente, o negócio será mais arriscado para a Caixa e também — pame-se! —, a cada passo, a Caixa descia a sua margem de lucro. Ou seja, qual é o racional desta operação, à luz de um elementar dever de um qualquer gestor criterioso e ordenado?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Vou ensaiar um bocadinho a resposta. Aqui, não tendo a responsabilidade, chamemos-lhe assim, de quem propôs esta operação, como disse há pouco, não posso ignorar que é uma empresa do centro do País e que eu a acompanhava nas suas mais diversas atividades, que são muitas — que são muitas! Portanto, vou tentar recordar o racional da Abrantina, à luz deste conhecimento.

Primeira questão: a compra da Abrantina. Este foi um negócio proposto para estudo à banca de investimento, que fez o seu trabalho. Para o sistema financeiro, tínhamos a vantagem de o trabalho de análise de investimento ter sido feito por uma reputada instituição, que ainda por cima era nossa. Recordo que o Banco de Investimento foi, provavelmente, o

ganhador de prémios, ao longo destes anos, de melhor casa de banca de investimento, em Portugal.

Portanto, a questão era... Aliás, havia duas. Uma era dar escala ao Lena, porque eles eram complementares ou até, às vezes, se calhar, se sobrepunham, mas o outro tinha uma vocação em mercados geograficamente distintos daqueles em que o Lena estava, por um lado, isto é, no sentido de aportar um alvará com estas condições. E tinha um outro, que tinha a ver com uma dívida que a Caixa tinha diretamente à Abrantina...

**A Sr.<sup>a</sup> Constança Urbano de Sousa (PS):** — Ao contrário!

**O Sr. Dr. Francisco Bandeira:** — Aliás, era uma dívida que a Abrantina tinha diretamente à Caixa — não sei se eram 16 ou 20 milhões, mas era um número por aí, que, dir-me-á, não tem nada a ver com os 80 milhões do valor da operação, em três *tranches* —, mas que obrigava a essa compra, porque a situação da Abrantina não era boa, e a uma análise de reestruturação do passivo e do *business plan* da Abrantina. E isso foi feito por nós, casa Banco de Investimento, como acabei de lhe dizer.

Nesse estudo, apontava-se que a Abrantina teria uma dívida à banca na ordem dos 45 ou 46 milhões.

**A Sr.<sup>a</sup> Constança Urbano de Sousa (PS):** — Mais!

**O Sr. Dr. Francisco Bandeira:** — Mais? Pois, eu... E mais 30 milhões a fornecedores contra letras. Isto dava os 80 milhões.

**A Sr.<sup>a</sup> Constança Urbano de Sousa (PS):** — Dava 80 milhões de passivo, sim.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Perguntar-me-á: «Então, e por 16 milhões, justificava-se isso?» Para nós, o racional disso... A essa pergunta, diria: «Se for um risco, o Lena, com quem tinhas a melhor das experiências, é do mal o menos.»

Segunda questão: e o efeito indireto dos fornecedores «pendurados» nas letras da Abrantina, que não receberiam se a Abrantina não pagasse? Qual é o efeito disso? Deve ou não ser uma preocupação do banco? É preciso analisar essa situação. E, só para terminar a questão, creio que a solução desse problema veio com o «atravessar» o Lena nesta operação.

Em relação à questão da Casa Agrícola — saiba-se lá o que é! —, retenho que a Casa Agrícola era provavelmente onde estava o património da família Barroca.

A Sr.<sup>a</sup> **Constança Urbano de Sousa** (PS): — É assim, há vários pontos muito pertinentes. O senhor, que estava naquelas reuniões, podia ler o parecer da Direção de Gestão de Risco, que era mesmo desfavorável...

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Mas depois evoluiu!

A Sr.<sup>a</sup> **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Não evoluiu! Não evoluiu, ele começou por ser desfavorável, passou a ser condicionado e à terceira vez, quando há a redução de garantias, é claramente desfavorável.

Tanto assim é que, na última decisão sobre esse empréstimo, o próprio Conselho Alargado de Crédito tem a necessidade de justificar em ata a razão pela qual foi contra o parecer da Direção... Aliás, com o apetite pela operação que gerou noutros bancos. Era, no fundo, a questão da concorrência.

A verdade é que os elementos eram... Primeiro, não havia nenhum *business plan* para a Abrantina. Esse era um dos pontos negativos que eram apontados pela Direção de Gestão de Risco.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — *(Por não ter ficado registado na gravação, não foi possível transcrever as palavras do orador.)*

A Sr.<sup>a</sup> **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Não foi feito! Pode dizer-se: «Não, foi dispensado, porque seria posteriormente integrada no Grupo Lena.» Mas não foi! No Lena construtoras não foi! E só na reestruturação desse crédito de vários credores, em 2011, é que foi tornada obrigatória e se concretizou a fusão, se quisermos, da Abrantina com o Grupo Lena, que era uma das pré-condições que nunca aconteceu. Não havia garantias sequer!

Mais: o crédito era de tal forma arriscado... Então, porque é que é concedido um crédito desses? Pronto, percebo que... Neste caso, aumentando a exposição da Caixa... Porque é que se expõe, à luz de um critério de um mero gestor diligente? Podia sempre votar contra nesse Conselho ou dizer: «Eu não concordo.»

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, tem de concluir.

A Sr.<sup>a</sup> **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Já concluí.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, só não votei contra porque não fazia a análise que a senhora está a fazer, neste momento.

Eu vi o racional de uma operação que fazia sentido do ponto de vista da expansão e da internacionalização — à semelhança daquilo a que já se assistia nas grandes empresas construtoras do País — de uma empresa do

Centro, de uma empresa que tinha uma relação muito antiga com a Caixa, que tinha para aí 50 operações em vigor, nas diferentes matrioscas que tinha, e que correram sempre de forma exemplar, diria eu.

Já agora, para que não fique nada... Durante algum tempo, no banco de onde provenho, fui diretor regional... «Durante algum tempo», quer dizer... Fui diretor regional e tinha os distritos de Coimbra, Aveiro, Leiria, Guarda, Castelo Branco e Viseu. Ou seja, acompanhei, assisti ao crescimento e tinha boa impressão daquela gente.

Portanto, comprei a operação tal qual ela foi proposta. O facto de haver fornecedores que se safavam daquela forma, o facto de ter sido estudado o *business plan* pela melhor casa... Ó Sr.<sup>a</sup> Deputada, estou convencido, a menos que me prove...

A Sr.<sup>a</sup> **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Posso ler o parecer da DGR!

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Desculpe, estou convencido de que o Caixa Banco de Investimentos ou a Caixa Geral de Depósitos nunca compraram nenhum dos inúmeros prémios que foram ganhando ao longo do tempo.

A Sr.<sup>a</sup> **Constança Urbano de Sousa** (PS): — O único argumento que teria era a concorrência!

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Esse é um! Mas, dessa discussão, provavelmente, nasceram outros, não é?

Portanto, para concluir, repito: não votei contra porque o argumentário utilizado...

A Sr.<sup>a</sup> **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Podia tê-lo feito e registado em ata!

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Pois podia, claro que podia ter feito! Podia ter feito.

A Sr.<sup>a</sup> **Constança Urbano de Sousa** (PS): — *(Por não ter ficado registado na gravação, não foi possível transcrever as palavras da oradora.)*

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Nunca assisti a isso. Também acho que é importante que esta Comissão saiba que nunca assisti a uma decisão que não fosse tomada por unanimidade. Nunca foi necessário votar uma operação. Pronto, vale o que vale. Mas queria dizer-lhe isso.

A informação que eu tinha sobre o grupo, a operação tal qual era apresentada, o facto de ter sido estudada pela nossa banca de investimento e o racional que foi apresentado não me suscitaram nenhuma dúvida suficientemente relevante — porque todas as operações suscitam sempre dúvidas — que me fizesse votar contra. É só isso.

O Sr. **Presidente**: — É agora a vez do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda. Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, cumprimento todos os presentes e todas as presentes.

Dr. Francisco Bandeira, queria ir diretamente às operações que aprovou e tentar compreender o seu racional. Começo pela operação de 50 milhões à Metalgest para comprar ações do BCP.

A minha pergunta é esta: quando aprovou o empréstimo de 50 milhões à Metalgest, sabia que a Metalgest, SGPS tinha uma relação negativa entre os seus recebimentos financeiros, ou seja, dividendos e outros recebimentos financeiros, e os seus encargos financeiros, nomeadamente aquilo que pagava de juros?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Fala-me do EBITDA? Sabia as contas... Certamente vi-as, mas não me recordo, neste momento, como compreenderá, de quais eram. Mas, se o EBITDA do ano era negativo, tive a possibilidade de o constatar.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E também sabia que a única razão pela qual esta SGPS tinha resultados líquidos positivos eram os resultados extraordinários que tinha tido com a venda de uma participação social?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Sim, como decorre da natureza das empresas desse tipo.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Então, se uma empresa não gera fluxos financeiros para pagar o seu serviço de dívida e não tem uma fonte de rendimentos que lhe gere resultados, a única forma de pagar este empréstimo eram, para já, os juros, se as ações dessem dividendos para pagar juros, e, no final do prazo, se as ações fossem vendidas por um valor superior ao valor da compra?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, não necessariamente, porque a Metalgest tinha património que podia ser vendido de modo a criar resultados extraordinários, como resultou... Mais:

podia recorrer a esse património para preferir aquelas ações, se houvesse uma decisão de não vender aquelas e vender outras.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Acho que nenhum banco dá crédito com base em resultados extraordinários, que são, como o próprio nome indica, extraordinários.

Por isso, como nos anos anteriores à concessão do crédito os encargos financeiros líquidos eram negativos, repito a pergunta: a forma de pagar os juros deste empréstimo era se os dividendos do BCP fossem superiores aos juros do empréstimo à Caixa?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Ou se fossem aportados ao empréstimo *cash flows* diferenciados, de origens diferentes, que permitissem esse pagamento. Quer dizer, em circuito fechado, a Sr.<sup>a</sup> Deputada tem absoluta razão.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E houve uma análise de *cash flows* antes da concessão deste empréstimo?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Ó Sr.<sup>a</sup> Deputada! Isso foi em que ano? Em 2006? Não sou capaz de reproduzir se houve ou não discussão, do *A* ou do *B*, se foi ou não foi. Parto do princípio que, para ter sido aprovada, certamente isso foi aflorado.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Digo-lhe, desde já, que não foi. Nem análise de *cash flows* nem uma análise das empresas que faziam parte do património da Metalgest, que nem sequer tinham contas certificadas recentes, nem uma avaliação de mercado das suas participações. Isto, aliás, é uma nota permanente às contas da Metalgest.

Portanto, voltamos ao início. Depende de dividendos para pagar a dívida, depende de resultados extraordinários para reembolsar o empréstimo, que é um empréstimo *bullet* — tem cinco anos e depois, no final, é reembolsado — e, em cima de tudo isto, é aprovada uma garantia de 100% das ações em que se o seu valor descer 0,1 € por ação já está em incumprimento.

Isto não existe em mais nenhum crédito, que nós tenhamos avaliado, na Caixa. Aliás, o parecer de risco diz: «esta operação só deve ser considerada pelo seu valor financeiro». Ou seja, fazer isto ou a Caixa comprar ações do BCP era a mesma coisa. Por isso, pergunto-lhe como é que foi negociado e com quem é que foi negociado este crédito, que tem uma natureza puramente especulativa, porque é um empréstimo para comprar ações que depende do valor das ações.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, não tendo sido eu o administrador que geria esse negócio, não posso dizer se foi o João, o António ou o Francisco quem negociou. Posso dizer-lhe que o diretor dessa área era o Dr. José Pedro Cabral dos Santos e o «peloureiro» dessa área era o Dr. Maldonado Gonelha.

Quanto à pergunta que me faz, ao fim de 13 anos, é impossível eu deter essa informação, ainda que ténue. Não sou capaz! E penso — perdoar-me-á a imodéstia — que ninguém seria capaz de tal detalhe.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — A Direção de Risco apontou todos estes riscos. Leu o parecer da Direção de Risco, na altura?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, certamente! É certamente que esse parecer do Risco foi confrontado, defendido pelo Risco e analisado/contraditado pela área comercial, e que, a determinada

altura, o presidente do Conselho e o «peloureiro» identificaram a síntese disso, talvez, e decidiu-se naquele sentido. Ponto final!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E o que é que o levou a aprovar este crédito?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Eh pá, provavelmente, porque fiquei convencido do que ouvi na altura. Hoje, não sou capaz de reproduzir exatamente o que ocorreu.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas qual era o argumento? Qual era o racional de um crédito desta natureza, que depende do valor de um ativo financeiro?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Certamente, a situação financeira do dono da empresa proponente; provavelmente, a experiência que se detinha da capacidade de gerar resultados extraordinários na Bolsa;... Provavelmente, um conjunto de coisas que eu não sou capaz — repito, não sou capaz — de reproduzir exatamente, e também não quero estar aqui a fazer um exercício de contorcionismo para explicar o que eu, de memória, não sou capaz de ter a certeza.

Portanto, não foi um negócio de que eu tenha tido conhecimento factual. Eu não vi com os pés, não conhecia... Ouvi o que se disse, da minha experiência, da bondade da exposição dos meus colegas... O negócio de crédito é, em primeiro lugar, um negócio da banca e de confiança. Se diziam que o homem tinha dinheiro... Eu não fui lá contar o dinheiro do homem!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas também não exigiu nenhuma prova de avaliação de património. É que não há nenhuma, para além de umas contas genéricas, com várias notas do Risco a dizer que não estão certificadas.

A Caixa esbanjava milhões com este tipo de malha de análise? Era assim que as decisões eram feitas?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — A Caixa não esbanjava milhões e, sobretudo, não esbanjava, intencionalmente, milhões. Desculpa que lhe diga isto, Sr.<sup>a</sup> Deputada, mas não gosto dessa expressão «esbanjar», pois dá a impressão de que estávamos ao serviço de terceiros. Não. Aquela operação teve o racional que teve, convenceu os decisores da altura, com um facto, creio, mais do que suficiente para se aprovar.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Também acho que teve um racional, mas o que acho é que esse racional era especulativo e não cabe a um banco, muito menos a um banco público, estar a fazer operações especulativas, e isso leva-nos à segunda operação da Fundação Berardo, no valor de 350 milhões, para refinarçar uma posição noutra banco. Foi o que o Sr. Berardo nos disse aqui! O Banco de Portugal começou a ter problemas com o facto de o BCP estar a ser financiado por acionistas próprios e então o Sr. Berardo mudou o seu financiamento para a Caixa.

Aprovou um refinanciamento da Fundação Berardo ao BCP no valor de 350 milhões?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, eu não sei, não tive acesso ao parecer técnico do Risco e da área comercial. Não me recordo... Enfim, ouvi a questão do refinanciamento, mas não me recordo que isso

tenha sido referenciado ou apresentado na exposição como um fator para aprovar a operação. Disso não me recordo.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas sabia que era esse o intuito.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — O de refinanciar? Não, não sabia. Do que me posso recordar hoje, não sabia.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas sabia que era para comprar ações do BCP?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Do PSI20. E a prova, Sr.<sup>a</sup> Deputada, é que foram chamados à reposição dos rácios valores de outras ações, que foram completadas, e a venda de outras participações, como sabe.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — A única coisa que sei é que esta operação serviu para refinanciar ações do BCP e que, mais tarde, quando foi necessário, Berardo deu ações da Mota-Engil, que também tinha, para refinanciar, mas que eu não sei se foram compradas com este dinheiro.

Que nós saibamos, este dinheiro serviu para refinanciar uma posição no BCP, não foi para comprar ações do PSI20, que, aliás, nem sequer foram dadas como penhor. O único penhor que foi dado foram as próprias ações compradas nesse momento.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — S.<sup>a</sup> Deputada, se me recordo, havia uma imposição por parte da Caixa de criar um *cap* de aquisição de uma ação de determinada empresa cotada no PSI20, neste caso o BCP, não

sei se era de 70% ou de 75% do valor, e que cada compra tinha de ser validada pela Caixa.

Portanto, se fossem compradas com a utilização dos 350 milhões— como só foram utilizados 260 ou 270, admito que não tenha sido e, portanto, que a percentagem esteja toda encostada ao BCP, mas não sei, seguramente que não sei, nem isso foi racional na decisão — não estariam dadas de penhor à Caixa.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Na verdade, o Risco estava com medo que este empréstimo servisse para uma posição significativa no BCP, como, de facto, veio a servir, e, por isso, recomendou que as ações a comprar ficassem dependentes de um aval, de uma autorização, da Caixa. Acontece que não foi isso que ficou no contrato final. O que ficou no contrato final é um cabaz geral em que cabe ao devedor, a Berardo, escolher onde investe.

Tem noção de quando é que se desistiu dessa cláusula de salvaguarda, que tinha sido pedida pelo Risco, de aprovação prévia das ações a comprar?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Não, não tenho, Sr.<sup>a</sup> Deputada, não é possível ter. No entanto, tenho ideia de que a questão da fiança estava inicialmente prevista. Coexistiu a ideia da fiança ou da Fundação, se as contas fossem verificadas, no momento zero.

Na altura — não sei se é assim ou se não é, estou a falar do recordatório que tenho —, o que se provou foi que, dado que apareceram as contas da Fundação, certificadas, e que ela tinha uma autonomia financeira que, a parecer do Risco, se justificava que se aceitasse como mutuário e não necessitasse do aval pessoal, acho que essa alínea do Risco foi cumprida a 100%.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — O que estamos a falar é sobre autorização para comprar ações e não de autonomia financeira. Não foi essa a questão que coloquei, mas disse-me que não sabia porque é que foi alterada essa cláusula, o que nos leva à última operação, de 38 milhões. Esta operação não teve parecer de risco. Não pediu parecer de risco para esta operação?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Penso que não. Permita-me o seguinte racional: esta operação foi enquadrada... Já aqui tive oportunidade de explicar a minha interpretação dessa... Era uma utilização da conta corrente aprovada, de 350 milhões. Essa, sim, tinha parecer de risco! Se condicionava...? Tinha ido ao Risco e tinha sido sujeita a aprovação.

Pela razão que há pouco expliquei, da indisponibilidade de estender o aval à operação dos 270 milhões utilizados, essa operação dos 38 milhões fez-se parando a possibilidade de utilizar a conta corrente disponível, de 70 milhões ou coisa parecida, e fazendo aquela dos 36 milhões, com aval. Portanto, o risco estava assumido pelos 350 milhões e aproveitou-se a oportunidade para reduzir, pelo menos, 35 ou 40 milhões a essa exposição de risco e, como tal, não fazia sentido ir à Direção de Risco.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Esclareça-me o seguinte: se a Caixa estava contratualmente obrigada a dar os 38 milhões de crédito, como é que obrigou Berardo a dar um aval pessoal?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — No processo negocial... Desculpe, mas penso que, há pouco, lhe dei todos os condimentos relativamente a essa negociação. Foi, um bocado, assim: a valorização das ações vinha, de tal maneira, em queda, ao que se contra-argumentava «mas

vai subir»... Então quando subir perde o aval, paga e acabou! Se não sobe é que é um problema. Sr.<sup>a</sup> Deputada, como, até aí, estava tudo em dia e já tinha havido *covenant* a não cumprir e, portanto, uma chamada a repor o rácio — e foi repostado —, com toda a modéstia e experiência, que não adjetivo, que acabou por ser melhor do que a solução de deixar utilizar.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas o que é que a Caixa usou como arma de negociação nesse processo negocial?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — A de que tinha de ser. Tinha de ser! A negociação é assim, se não for assim... «Ah, mas eu vou para tribunal!», imagine que foi este o racional, dizendo: «A Caixa depois responde, em tribunal, mas o senhor precisa do dinheiro para amanhã!».

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — O que quer dizer que a Caixa poderia não ter dado esse crédito, caso contrário...

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Não, não poderia, como sabe.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — O que eu sei é que é feito um novo contrato para 38 milhões, que não tem a ver com o anterior, e que há cláusulas, nomeadamente de autonomia financeira, que, se fossem revistas em 2008, dificilmente se continuariam a verificar. Por isso, se a Caixa ameaçou que não dava os 38 milhões para conseguir aval, também conseguiria não dar os 38 milhões.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, tenho grande apreciação pelo seu rigor, mas dizer que essa operação não tem nada a ver com a dos 50 milhões é não ter... Ou eu não me consegui expressar, do

ponto de vista do racional daquela operação, ou tem tudo a ver com aquela operação! Portanto, à contrapartida, dizer: esta é a evolução, se continuar a baixar o senhor vai ter de dar uma garantia real, mas agora faz isto e nós... Se o problema dele era não dar com efeitos retroativos, então esquecemos isto! Dá agora, para o futuro, não mexe na outra... Temos uma cláusula específica que o impede de tocar na conta corrente enquanto não pagar esta na totalidade.

Vai-me desculpar, mas dizer que não tem nada a ver ...!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — O que estou a dizer é se negoceia com Berardo dizendo que ou faz isto ou não lhe dou o crédito, quer dizer que o não dar crédito também é uma possibilidade, e é uma possibilidade tão real que obrigou o Sr. Berardo a dar um aval. E como o Sr. Berardo, normalmente, está bem aconselhado juridicamente, para ter dado o aval foi porque achava que a possibilidade de não ter crédito era real. Por isso, pergunto: por que é que deu o crédito?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Essa não era a apreciação que o Conselho de Administração tinha relativamente à possibilidade ou não possibilidade de parar aquela utilização. E foi por isso, como eu disse há pouco, e talvez também por alguma avaliação que se faria na altura da capacidade negocial, que fui indigitado pelo Conselho de Administração para ir negociar com o Sr. Berardo o aval. Não há mais nada.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — No final de 2008, ou seja, escassos seis meses depois desta última operação, a Fundação Berardo entra em incumprimento de juros, isto é, deixa de pagar juros

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Em novembro de 2008.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Em novembro de 2008. Olhamos para as contas da Fundação Berardo e esta tinha proveitos financeiros nesse ano de 11 milhões e investimentos financeiros líquidos de 1000 milhões de euros, o tal património que nos disse ainda agora que servia precisamente para executar quando fosse necessário e que era uma garantia tácita, independentemente da garantia do rácio.

A pergunta é: em novembro de 2008, por que é que não executou a Fundação Berardo quando ela tinha investimentos financeiros líquidos registados de 1000 milhões de euros?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Não se executou porque — e a banca faz isso sempre, eu diria — se encontrou uma solução alternativa de reforço de garantias reais para colmatar essa questão. Essa disponibilidade permitiu a reestruturação desse empréstimo, que era partilhado por outros bancos. É que, repare, o que seria no sistema o efeito de uma execução nessa situação...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Por isso mesmo é que lhe disse há bocado que o património não servia de nada porque, depois, na verdade, não se vai executar.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Não estou de acordo com essa avaliação.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — É muito irónico como a mesma coisa serve contrariamente.

Há pouco, esse património era razão para dar o empréstimo; agora, como o património é muito, é razão para não executar o empréstimo, porque tem um impacto sistémico. Mas isto continua.

Em dezembro de 2008, essa reestruturação aumentou as garantias reais, e nem assim se sustentaram os rácios durante muito tempo. Mas, como sabe, não são apenas os rácios que contam, porque houve um cumprimento de facto de juros. Em dezembro de 2008 houve uma reestruturação em que se deu mais uma carência de 18 meses e uma concessão de 7.5 milhões para pagar juros. Empréstou-se mais dinheiro ao Berardo para pagar juros porque não se quis executar logo em 2008.

Para começar, a pergunta é se teve um parecer do Risco para fazer esta reestruturação em 2008.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Não tenho qualquer recordatório sobre isso, nem dessa operação de 7.5 milhões, confesso. Não estou a dizer que não tenha participado nessa decisão mas não tenho recordatório disso.

Relativamente à questão do património, quando dá garantias reais está a pôr o seu património ao serviço do empréstimo. Portanto, nessa perspetiva, vai-me desculpar mas utilizou o seu património ao serviço do empréstimo, independentemente de tudo o resto superveniente, que não conheço.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — O que acho estranho é olhar para as contas da Fundação e ver que esta, em 2008, não tinha só este património, e deu-se ao luxo de investir 153 milhões na Coleção Berardo. Tinha 153 milhões para investir na Coleção Berardo mas não tinha dinheiro para pagar os juros à Caixa, a Caixa aceita este incumprimento e reestrutura a dívida, dando mais 18 meses e ainda 7.5 milhões de euros.

Passam-se dois anos desta reestruturação e em outubro de 2010 há novo incumprimento de juros. Por que é que desta vez não se executou o contrato?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Eu aí seria um pouquinho... Não lhe sei responder. Não sei responder, isso não passava por mim, como sabe. Mas há um racional e, provavelmente, isso obedeceu a esse racional, que é o que ocorre sempre. Quando se está num negócio tripartido, a execução do mesmo negócio em que as garantias servem três bancos tem de ser acordada, tem de haver sintonização dos bancos para isso. Certamente que isso ocorreu e demorou algum tempo, não sei.

Mas, Sr.<sup>a</sup> Deputada, é como eu disse: o responsável por esta área vai estar aqui na sexta-feira e saberá explicar-lhe isso. Não estou a eximir-me de responsabilidade, estou a eximir-me de prestar um esclarecimento pelo conhecimento que não tenho.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Há pouco disse-me que o património da Metalgest e da Fundação Berardo contribuiu para a sua avaliação destes créditos, porque, no limite, o património, mesmo não sendo líquido e não gerando *cash flows*, podia ser vendido, gerando essa liquidez.

O que lhe estou a dizer é que a Fundação tinha esse património financeiro líquido e até tinha proveitos financeiros, mas ainda assim isso não serviu de nada para pagar o crédito. Portanto, queria que compatibilizasse esse seu argumento.

É que num momento me diz que o património de Berardo está afeto aos créditos e por isso é que eles são dados, e depois, quando pergunto por que é que não se executou, há sempre uma boa razão para nunca se

executar o património. A verdade é que nunca se executou o património da Fundação Berardo enquanto houve património nessa Fundação.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, o caso concreto de que me está a falar nunca se traduziu numa operação, nunca foi a Conselho Alargado de Crédito para decidir isso. O acompanhamento é feito pela direção que acompanha o cliente mais o seu peloureiro, que defendem o modelo de ataque ao incumprimento, seja por execução, seja por renegociação. Se a renegociação se traduz numa operação de crédito, vai a conselho, se não se traduz, segue.

Não tive conhecimento no dia seguinte, no mês seguinte ou nos oito dias seguintes — e quando digo eu quero dizer os elementos do Conselho que não tinham esse pelouro — que estava em incumprimento. Isso não é assim e a Sr.<sup>a</sup> Deputada sabe que não é assim.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Para terminar, diria que o que eu sei é que, sempre que é perguntado por que é que se deu um crédito com garantias irrisórias como estas, todos os administradores apontam para o património das empresas e nem uma vez o património das empresas foi executado enquanto existia. Nem uma vez! E todo esse argumento desaparece quando chega o momento de discutir a execução das dívidas. Está sempre lá quando discutimos a concessão dos créditos, mas quando discutimos a execução das dívidas não há uma única vez em que se tenha ido ao tal património que serviu para justificar a concessão dos créditos.

Isto não é uma pergunta, é uma conclusão, até porque já ultrapassei largamente o meu tempo.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Mas, Sr.<sup>a</sup> Deputada, sempre direi que a avaliação que se fez, e que consta do *dossier* certamente, da garantia

dada a *posteriori* não valia 10 tostões. Tinha duas avaliações, e era qualquer coisa da área dos 500 milhões e mais.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Não cobria o crédito.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Pois, está bem.

O Sr. **Presidente**: — É agora a vez do CDS-PP. Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Cecília Meireles.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sr. Presidente, queria começar por cumprimentar o Dr. Francisco Bandeira.

Sr. Doutor, já iremos à garantia Coleção Berardo, mas começo pelo princípio, até porque o ouvi dizer aqui que nestas coisas de concessão de crédito o mercado é soberano.

Tendo-o ouvido dizer isto e queria referir que a minha conceção é um pouco diferente, porque acredito que o mercado em concorrência livre e justa funciona bem mas acho que o mercado bancário é sempre entendido de forma um tanto *sui generis*, porque é entendido como um mercado que é soberano para tomar decisões mas, depois, não é soberano para arcar com as consequências das decisões.

De facto, se o mercado tivesse sido soberano, quer a Caixa Geral de Depósitos, quer muitos destes bancos já não estariam hoje vivos, teriam entrado num processo de insolvência porque, pura e simplesmente, estas perdas teriam levado à sua insolvência.

Ora, é precisamente por se entender que há nisso um risco sistémico que foi preciso o Estado — no caso todos os contribuintes portugueses — entrar nas perdas destes bancos e, no caso, da Caixa Geral de Depósito.

Portanto, as perguntas que lhe faço não têm a ver com o funcionamento do mercado, têm a ver com o facto de estas perdas não terem sido absorvidas pelo mercado mas pelos contribuintes portugueses.

Para muitos empresários, para quem, de facto, o mercado funciona, quando eles são soberanos para tomarem decisões, depois, se elas correrem mal, também são soberanos para sofrerem as suas consequências. Não foi o caso dos bancos nem foi o caso dos gestores bancários.

Começo pelo princípio, perguntando o seguinte: estive na Caixa de agosto de 2005 a janeiro de 2008, como vogal do Conselho de Administração e, depois, assumiu o lugar de Vice-Presidente. Gostava de saber quem o convidou pela primeira vez para a Caixa Geral de Depósitos e depois para o cargo de Vice-Presidente.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, eu disse isso na minha introdução, ou seja, que em 2005 fui convidado pelo Sr. Ministro Teixeira dos Santos.

Quem me convidou para Vice-Presidente foi o Sr. Ministro Teixeira dos Santos, como só ele podia ser.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Ao longo deste período em que estive na Caixa fazia a articulação entre o Conselho de Administração da Caixa e a tutela?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — A articulação é feita, em princípio, no dia a dia, chamemos-lhe assim, pelo presidente.

No nosso caso, para além do dia a dia, tínhamos reuniões periódicas, eu e o Presidente do Conselho de Administração, não sei se de 5 em 5 meses, se de 6 em 6 meses, se de 4 em 4 meses, não sei exatamente a periodicidade, que se traduziam num almoço que fazíamos ora nas

Finanças, ora na Caixa, a quatro, ou seja, o Secretário de Estado, o Ministro, o Presidente e o Vice-Presidente da Caixa, em que tratávamos de assuntos de estratégia, de capital e necessidades de capital, de dividendos, de assuntos relativos ao BPN, e nunca — repito, nunca! — nessas reuniões em que estive presente houve alguma orientação «micro», chamemos-lhe assim. Foram sempre reuniões a quatro.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Compreendo, mas no âmbito destas discussões mais «macro» alguma vez discutiram, por exemplo, o facto de a Caixa Geral de Depósitos ter concedido crédito de forma abundante para aquisição de ações do BPN, desculpe do BCP.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Também!

*Risos.*

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Isto foi discutido?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Nunca, que me recorde. Nunca, nem em Conselho.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas do ponto de vista estratégico não era importante ter discutido isto?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Não sei se era ou não importante, não sei se na altura tinha a dimensão— porque isso não tinha sido discutido — dessa visão estratégica que está a dar à aquisição das ações do BCP.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — A visão estratégica pode subdividir-se em duas vertentes: uma é a ideia de estratégia do banco público enquanto banco financiador de operações de aquisição de ações garantidas apenas pelas próprias ações, lado A, e, lado B, a outra, o papel do banco público numa estratégia de tomada de poder no BCP. O que pergunto é se algum destes pontos de vista, algum dia, foi abordado.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Nenhum ponto de vista foi abordado sobre a aquisição de ações do BCP ou outro tipo de ações, enfim, essa matéria.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E que indicações eram transmitidas pela tutela no toca à estratégia que a Caixa Geral de Depósitos devia seguir?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Basicamente, duas ou três: reforço da posição da Caixa no financiamento às empresas,...

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Desculpe?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Reforço da presença da Caixa no financiamento às empresas, e dentro estas às PME (pequenas e médias empresas); apoio à internacionalização com a adequação quer de meios de capital, quer de linhas de crédito, sejam elas concessionárias ou outras, para geografias que iam ao encontro da política em que o Governo apostava como mercados prioritários para Portugal. Lembro-me da Tunísia, de Marrocos, para além dos tradicionais PALOP.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Então, posso concluir que deste elenco que hoje conhecemos de devedores que geraram grandes perdas para a Caixa Geral de Depósitos nenhum se enquadrava nestas orientações estratégicas dadas pela tutela, porque nenhum era uma PME?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Nós não tratávamos de assuntos relacionados com operações de crédito. Nunca assisti a nenhuma reunião...

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Já percebi, já disse isso. Mas o que também disse foi que a orientação que tinha da tutela era de reforço da presença da Caixa Geral de Depósitos no financiamento às empresas, sobretudo às PME. Ora, todas estas operações, que foram as maiores geradoras de perdas, não se incluem nesta orientação estratégica.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Não, não se incluem. O que significa que, não havendo objetivos específicos para essa missão de financiar, podia servir para dar músculo aos empresários portugueses para tomarem uma participação nas empresas que estavam a ser vendidas. Podia ser, mas nem isso.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Tais como empresários portugueses através de uma empresa chamada «Selenis», não é verdade?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Podia ser, podia ser. Mas não foi, como lhe disse.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sr. Doutor, aquilo que conseguimos consultar nas atas, a que tivemos acesso, de 2005, é que, logo

após a sua chegada à Caixa, creio, em agosto de 2005, houve uma troca de pelouros com o Dr. Armando Vara. Isto foi assim?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, deixe-me também...

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Pode explicar-me como é que funcionavam os pelouros?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Era exatamente isso que ia dizer. Se for verificar, o número de administradores do Conselho de Administração imediatamente anterior era superior em dois ao seguinte. Portanto, saíram quatro e entraram três ou saíram cinco e entraram três, enfim, poderemos ver isso em detalhe noutra altura. Mas o que aconteceu foi que eu, o Dr. Armando Vara e o Dr. Santos Ferreira, porque é disso que se trata, entrámos, de novo, no Conselho, em agosto de 2008. E os que tinham saído eram, sobretudo, da área comercial, da área de agências e da área de empresas. Eu, de todos, era o único que tinha experiência na condução de uma rede, da rede comercial, da rede de agências.

Então, num primeiro tempo — e daí, talvez, a confusão —, devido a essa experiência, eu fiquei responsável pela Rede de Agências, e só, só em matéria comercial propriamente dita.

Passados nove meses, um ano, dois anos, não sei ao certo, mas passado não muito tempo, percebeu-se que eu tinha experiência em conduzir a rede de agências — e conduzir negócios à distância é uma coisa que, às vezes, não é fácil —, mas não tinha a experiência de conduzir uma rede de agências tão grande. E a Rede de Agências da Caixa era — e, infelizmente, digo «era» — a maior rede de agências do sistema financeiro.

Então, rapidamente se percebeu que eu não conseguia e não tinha sinergia que justificasse estar perto das agências, dada a dispersão geográfica. Ora, o que fizemos, num segundo tempo — até pela circunstância de eu ser residente em Coimbra, ter a família em Coimbra e ter um grande conhecimento (e quando digo «grande» não estou a qualificá-lo, estou só a quantificá-lo) das empresas do norte —, foi repartir a nossa preocupação geográfica a meio, tendo eu ficado responsável por todo o negócio de retalho a norte — e o negócio de retalho, como referi na minha intervenção inicial, abrangia a Direção de Empresas Norte e as Direções de Particulares Norte e Centro, o que corte ali, mais ou menos, pela área de Caldas/Castelo Branco — e tendo o Dr. Armando Vara ficado responsável pelas agências do sul e ilhas e de Lisboa e pela Direção de Empresas Sul.

Foi esta a única alteração em termos de corte, aliás, não chegou a ser um corte, foi uma questão meramente física.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E quanto à Direção de Participações Financeiras, não há um momento em que passa do Dr. Armando Vara para o Dr. Carlos Santos Ferreira e, depois, volta para o Dr. Armando Vara, coincidindo com estas reestruturações?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Não digo que não, mas não tenho... Pensava que estava a falar da partilha entre mim...

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E também estava, porque é coincidente no tempo, acontece tudo ao mesmo tempo.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Não sei... Talvez o facto... Certamente não era por acaso que, anteriormente, havia nove

administradores e, depois, passou a haver sete. É que, depois, começou a mostrar-se difícil de, fisicamente, estar em toda a parte.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Quando estive cá na Comissão de Inquérito do BPN, em 12 de junho de 2012, disse que presidia ao Conselho de Crédito e que tinha outras funções, pois era também presidente do Conselho Alargado de Crédito. Isto era assim?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Presidente, não. O que eu devo ter dito — e, se não disse, foi algum *lapsus linguae*, porque é rigorosamente verdade — foi que o vice-presidente, em princípio — e acho que é em princípio e no fim, acho que foi em todos os casos —, preside ao Conselho de Crédito. Já o presidente do Conselho Alargado de Crédito é o presidente do Conselho de Administração. Lembro à Sr.<sup>a</sup> Deputada que têm assento no Conselho Alargado de Crédito todos os administradores — e são quatro, se bem me recordo... Portanto, nos impedimentos do Sr. Presidente, era eu que presidia no Conselho Alargado de Crédito; nos meus impedimentos no Conselho de Crédito, era habitualmente o terceiro.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — É que ouvi aqui várias declarações suas em que dizia «porque eu coordenava os Conselhos de Crédito e os Conselhos Alargados de Crédito da Caixa Geral de Depósitos» e, de facto, eu não tinha ideia de que isto funcionava assim.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Funciona assim, como referi.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Quanto ao BPN, consegue dizer-me quando é que assumiu funções no BPN?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Em novembro de 2008.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Muito bem.

De facto, no processo de nacionalização do BPN, a Caixa concedeu cerca de 4200 milhões de euros ao BPN com garantia do Estado, sendo que 2000 milhões de euros foram para financiar levantamento de depósitos e de recurso a clientes, 1700 milhões de euros terão sido para compor capitais e cerca de 500 milhões de euros terão ido para a concessão daquilo que posteriormente (ou, pelo menos, assim foi noticiado) a Parvalorem terá classificado de crédito novo, isto é, crédito a novos clientes.

Isto foi assim?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Não.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Então, gostava que explicasse.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, relativamente ao BPN, não sou capaz de reproduzir... Mas sou capaz de reproduzir algo que certamente, aliás, está... Nós fizemos muito pouco crédito novo. Nós tivemos de fazer a reexpressão das contas, logo no ano de 2008, o que mostrou haver ali, digamos, um buraco — e chamamos-lhe «buraco» por comodidade, mas podemos chamar-lhe outra coisa —, um desfasamento de 1.7, 1.9, aliás, penso que, na primeira intervenção, referi que iríamos ter ali algo que rondava os 2000, 2.2.

Depois, a Parvalorem (que teve o trabalho de levar os *peers* para a frente) chegou a fazer uma queixa-crime (chamemos-lhe assim) sobre essa ideia de que, primeiro, a Caixa empurrava o que era mau para o BPN e, segundo, a Caixa emprestava dinheiro ao BPN para financiar *xp*... Espero

que também saiba, uma vez que sabe isso, qual foi a conclusão do Ministério Público. Sabe, não sabe?

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sei, foi arquivamento. Mas isso não significa que eu também não queira saber se estes factos correspondem à verdade ou não, para além do seu interesse ou não criminal. É que obviamente numa Comissão de Inquérito sobre a Caixa tenho todo o interesse em perceber se é verdade que algum dos devedores da Caixa se foi refinanciar ao BPN, pagando a dívida que tinha à Caixa, mas ficando o BPN com esta dívida que, por sua vez, era na mesma garantida com dinheiro do Estado.

Portanto, percebo que, do ponto de vista do Estado, o saldo seja nulo, mas, do ponto de vista de uma Comissão de Inquérito à Caixa, perceba que não é nulo. Por isso, tenho interesse em saber se isto é verdade ou não. E é isso que lhe pergunto.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Eu pensava que o arquivamento era justificativo dessa triangulação que não existiu.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Não, não era, porque diz apenas que...

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Mas eu respondo.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — ... não tem factos, não diz que foi verificar os factos e que...

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Repito, para nós, reestruturações tinham apenas a ver com ou alteração de contas correntes para médio prazo

ou outro tipo de operações para adicionar garantias ou para operações financeiras puras. Nunca a Caixa Geral de Depósitos emprestou dinheiro — que eu saiba, mas não marcava as notas do dinheiro que a Caixa lá punha!... — com o objetivo de fazer financiamentos a empresários devedores ao BPN para deixarem de o ser à Caixa Geral de Depósitos.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — O BPN, neste período que vai de novembro de 2008 até ao fim do ano de 2009, concedeu algum financiamento à Opway?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, não faço a mínima ideia.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Eu passo a explicar e aproveito para lhe fazer uma pergunta sobre um financiamento que foi concedido...

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Mas posso só fazer-lhe uma pergunta?

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Pode, sim!

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Essa empresa Opway...

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Era do Grupo Espírito Santo.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Sim, eu sei.

Essa empresa Opway transitou para o BIC ou ficou na Parvalorem? É indiferente?

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Não lhe sei responder.

Mas talvez me saiba responder — e voltando um pouco atrás — a algo que tem a ver com o seguinte: esta empresa já foi aqui falada, é uma empresa do Grupo Espírito Santo, à qual na Caixa foi concedido um financiamento que se destinou a reduzir a dívida que esta empresa tinha perante o Banco Espírito Santo. Isto, precisamente porque, na altura, o Banco de Portugal achava que a exposição do Banco Espírito Santo ao Grupo Espírito Santo era excessiva. De modo que esta empresa passou à Caixa Geral de Depósitos e, obviamente, veio engrossar o número de empresas que não pagou à Caixa Geral de Depósitos. Tem alguma ideia desta operação?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Não, não tenho. Não tenho nenhuma ideia disso. Até pensava que era algo que tinha a ver com Espanha, com a Opway em Espanha. Pensava eu.

Mais uma vez, não quero «meter foice em seara alheia», não tenho nenhum recordatório disso.

Recordo também que estamos em 2008 ou 2009 — não faço ideia a que data se está a referir —, altura em que provavelmente...

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Estou a referir-me, no caso da concessão de crédito da Caixa Geral de Depósitos, a 5 de junho de 2007.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — A 2007? Ainda pior!

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — No caso, estou a perguntar-lhe se, depois, no BPN, foi concedido crédito a esta empresa, ou não.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Não tenho nenhum recordatório disso. De qualquer forma, diria que, habitualmente, na OPCA (Obras Públicas e Cimento Armado), as garantias eram carta de conforto e aval do BES, se a memória não me traiçoa, ou do Grupo. Portanto, se é em 2007, enfim...

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — O certo é que, em 2008, a exposição da Caixa a esta empresa era de 167 milhões de euros. O certo é que a exposição permaneceu. Assim, volto a perguntar-lhe: tem alguma recordação de, no BPN, ter sido concedido financiamento a esta empresa?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, a insistência faz-me suspeitar de que há. Mas não tenho nenhum recordatório...

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas não suspeite, porque eu nunca parto desses princípios. Quando faço perguntas, são mesmo perguntas.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Mas eu já respondi à Sr.<sup>a</sup> Deputada que não.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Nesse caso, o CDS vai requerer ao BIC e à Parvalorem, em relação a estes grandes devedores, que identifiquem se, de facto, neste período posterior, lhes foi ou não concedido crédito. É a única maneira que temos de chegar aqui a alguma conclusão.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Desculpe, concedido crédito para reembolso na Caixa Geral de Depósitos. Foi essa a questão que me colocou, não é verdade?

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Foi essa a questão que coloquei.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Para conceder crédito, tem de haver uma simultaneidade entre o crédito e... Desconheço por completo.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Vamos apresentar, então, este requerimento.

Passando a um outro tema, Espanha, gostava de colocar-lhe outra questão. Foi presidente não executivo do Banco Caixa Geral, entre janeiro de 2008 e janeiro de 2009. É assim, não é?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Mais preciso: dezembro de 2008.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Exatamente. E quais eram precisamente os objetivos da Caixa neste Banco Caixa Geral?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Gostaria, talvez, de sintetizar quais foram as minhas preocupações durante o ano em que estive lá.

A crise em Espanha anunciou-se primeiro do que em Portugal. Tinha havido uma inspeção ao banco pelo Banco de Espanha, em 2007. Acho que, na primeira vez que vou a uma reunião do Conselho de Administração do banco, é apresentado isso e definiu-se um plano de resposta *item-by-item* ao Banco de Espanha e um acompanhamento no Conselho de Administração relativamente à resposta a essa inspeção.

A segunda grande preocupação era uma constatação que levava dos anos anteriores aos quais fui responsável, na Caixa, pelas empresas norte. Sentia que havia um potencial negócio bilateral que não estava a ser

esgotado. Entendo — entendia na altura e continuo hoje a entender — que a presença num negócio bilateral, isto é, empresas que exportam ou importam de Espanha e empresas que investem em Espanha, era determinante para defender e potenciar a quota em Portugal. Portanto, tratava-se de estabelecer um plano, partilhar, digamos, um pouco essa ambição.

Depois, havia também mais duas preocupações: uma era estender o rácio que tinha começado em Portugal a ser motivo de avaliação pelo Banco de Portugal, sob o critério *standard* e estabelecido. Portanto, foi aí lançada a primeira pedra desse processo e o acompanhamento e, depois, a criação — tem que ver com a minha primeira afirmação — de mecanismos de controlo, avaliação, acompanhamento dos riscos de crédito na exposição, que era muito forte, no banco em Espanha, sobretudo ao negócio imobiliário. Tivemos reuniões com o Banco de Espanha e o nível das moras, com uma evolução positiva, isto é, a degradar-se, mas bastante melhor do que a do sistema financeiro. E, ainda, foi criado o embrião, chamemos-lhe assim, do que veio a ser uma sociedade com vocação imobiliária para acompanhar e dar especialização ao negócio.

Este era, basicamente, o trabalho que, mensalmente se fazia — acho que estive em oito ou nove reuniões ao longo do ano — ao qual se adicionou, também, um mecanismo de medição e de acompanhamento do impacto da deterioração do crédito nos resultados. A Caixa estava num processo de melhoria, de reestruturação...

Lembro que o Banco Caixa Geral era resultante da fusão de três bancos, portanto estava muito exposto na zona mais pobre de Espanha, que era a zona da Extremadura e a zona da Galiza, por isso era necessário incrementar aberturas de agências nas zonas mais dinâmicas da economia espanhola, como Barcelona, Madrid. O acompanhamento desse plano, enfim... E passou-se um ano. Esta é que foi, basicamente, a minha tarefa.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Alguma vez o Banco Caixa Geral acompanhou o processo da La Seda, depois Artenius/Artlant?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Não. Creio mesmo, Sr.<sup>a</sup> Deputada, que corro o risco de estar aqui a dizer algo que não é rigoroso. Peço até que, depois, possam testar isso. Penso que o banco nunca teve nada de exposição à La Seda.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Só queria entender, porque vejo, primeiro, a aquisição, por parte da Caixa, de participações na La Seda, financiamento para que um grupo português adquira participações na La Seda. Afinal, se a estratégia do Banco Caixa Geral em Espanha era de alargamento e de expansão, por que razão isto não foi feito através do Banco Caixa Geral?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — O Banco Caixa Geral tinha um fortíssimo problema, ou seja, não tinha dimensão de capital para suportar... Está a esquecer esse pormenor que não é pequeno e que leva à necessidade, penso que em junho de 2007, de ser criada a sucursal em Espanha, basicamente com dois objetivos: um de *funding* e outro, digamos, de robustez de balança.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E por que razão há, depois, crédito em abundância que passa do Banco Caixa Geral e, também, de outros sítios para a sucursal?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Não é crédito em abundância. Vou explicar o que conheço, não o que não conheço. Há dois tempos ou

três tempos, se me permite. Há um primeiro tempo, em 2007 e 2008, de algumas transferências para a sucursal de créditos gerados, ou não, no BCG, Banco Caixa Geral; gerados ou não significa parquedados ou geridos através de clientes do Banco Caixa Geral.

Há, depois, um período, por volta de 2013, que, no plano de reestruturação da Caixa, se se recorda, há pouco dizia que havia, basicamente, duas preocupações: a preocupação do Banco Caixa Geral em Espanha e a preocupação da Caixa Geral de Depósitos-sede. No que diz respeito ao Banco Caixa Geral, em Espanha, a DG Comp impôs um conjunto de medidas que passavam por 11 ou 12 kpi (*key performance indicators*) que é o que, de resto... São objetivos concretos, números de agências, número de empregados, *cost to income*, custo médio de recursos, custo médio de aplicações, NPE (exposições não produtivas), enfim, tudo o que a vida de um banco abarca. O que levou a Caixa, no seu plano de reestruturação, a criar um programa específico para isso e eu, como diretor da Caixa, na altura, sou convidado a cogerir, em colaboração com o presidente da Comissão Executiva de Espanha, o chamado «PTE 10».

É nessa decisão de 2013, numa altura em que eu ainda não estava em Espanha, que a DG Comp define que ou se cumpre aquilo ou tem de se vender ou desfazer a operação em Espanha. Define, também — não lhe chama este nome que vou dizer, que, aliás, creio que já foi mencionado — que a sucursal seguiria em *run-off*, isto é, para desaparecer, porque uma das limitações que a DG Comp impunha era, também, a questão do *funding*. Por isso, tinha de ser tudo com tal independência da casa-mãe e balizava o custo do *funding* do BCG. E fazia como *run-off*, mas servia um pouco — deu-lhe, pelo menos, essa ambição — como quase um *bad bank* do grupo. É isso que soma as...

Mas, regressando à pergunta que me faz, relativamente à questão das transferências, não da La Seda, é simples. Esse plano de reestruturação

começava a dar os primeiros passos no banco — estou a falar de 2007, em 2012 não estava e nem sequer na fase da reestruturação que começou, como sabem, em finais de 2013 — e já estava definido quantitativamente e linha-a-linha o que mudava, pela Direção-Geral da Concorrência. O que aconteceu foi que...

Referi-lhe que estávamos a crescer em balcões nos sítios, digamos, não habituais. Portanto, os custos de instalação e de expansão eram elevados, depois, as operações grandes que disseram que estavam numa Caixa, roubavam capacidade de responder ao crescimento que era necessário. Portanto, essas operações que consumiam capital e, neste caso, provisões para riscos gerais que afetavam o resultado ou escondiam, digamos, o sucesso que se queria daquela operação, passaram para a sucursal. Do ponto de vista patrimonial, em termos de grupo, é absolutamente...

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Precisamente por isso é que, tantas vezes, tem sido questionado por que razão passou de um sítio para o outro.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — É essa a questão!

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Do ponto de vista do grupo, de facto, continua.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — É esta a explicação, Sr.<sup>a</sup> Deputada. Penso que fui claro.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — É crédito mau, mas continua sempre dentro do grupo?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Desculpe, ainda bem que acrescentou o crédito mau nessa matéria, porque, como dividi em dois grupos, disse que num estava *in* e tenho a recordação de que nenhuma operação que transitava para a sucursal, feita em 2007 ou 2008, tinha mora significativa. Em 2008.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Creio que não é bem isso que diz o relatório da Ernst & Young, mas vou deixar para a próxima ronda.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Se me desculpar, não sei que parte do relatório é, o que importa é referenciar a data em que é... Quando foi transferido — digo com quase 100% de certeza — não havia incumprimento.

O Sr. **Presidente**: — É, agora, a vez do Grupo Parlamentar do PCP. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Sá.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Sr. Presidente, começava por cumprimentar o Dr. Francisco Bandeira.

Queria voltar a um tema, que já foi largamente abordado aqui, relacionado com as operações para compra de ações, em que as garantias são as próprias ações. Já seria suficientemente estranho que um banco emprestasse dinheiro para que as pessoas pudessem especular e jogar na bolsa, basicamente. Mais estranho ainda se torna quando o banco em questão é um banco público. O que temos é um banco público que, durante um determinado período, emprestou largas centenas de milhões de euros a pessoas, para que essas pessoas pudessem especular para a bolsa, para comprarem e venderem ações.

A primeira pergunta que queria colocar-lhe, Dr. Francisco Bandeira, é se considera que este tipo de operações se enquadra na missão de um banco público.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — É a chamada pergunta difícil.

Um banco público é tão mais forte, quanto maior a quota e a sua rentabilidade; cumprirá tanto mais essa natureza de banco público quanto, relativamente ao sistema, for capaz de ter uma participação no mercado que regule — não lhe chame «mão invisível», pois não quero ir por aí — e que seja um fator estabilizador do tipo de operações, das comissões cobradas, etc. Nessa perspetiva, como gostaria que ficasse claro, algumas grandes operações correram mal, mas a perspetiva de quando foram feitas é que eram operações geradoras de resultados, ou melhor, geradoras de lucro e que davam músculo e importância à Caixa como banco público.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Se entendi bem a sua resposta, terá dito — não sei se interpretei bem, irá confirmá-lo com certeza — que estas operações eram admissíveis para a Caixa para que a Caixa tivesse uma posição no mercado e o tal músculo para cumprir a sua missão pública. Foi isto que disse?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Não, não! O que disse, como «operações geradoras de resultados», com a importância que tinham no tal rácio de transformação, com a importância que podia atribuir-se ao facto de serem operações que permitiam que os empresários pudessem ter uma participação portuguesa e a retenção dos dividendos ficarem em Portugal e que de outra forma não ficariam.

Enfim, poderemos equacionar sempre um processo de dizer que também ao banco público não estão vedadas operações que eram cada vez

mais oferecidas, disputadas e valorizadas no mercado. Portanto, não era a missão, mas não era anti missão.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Dr. Francisco Bandeira, perdoe-me a insistência, mas esses objetivos de fortalecimento da posição do banco público não podiam ser atingidos com outro tipo de operações? Por exemplo, financiando a economia real, as empresas — micro, pequenas e médias empresas ou até grandes empresas — que tivessem atividade ligada ao tecido produtivo?

A pergunta mantém-se, e o Dr. Francisco Bandeira tentou evitar dar uma resposta direta: considera que operações de financiamento de especulação bolsista se enquadram na missão de um banco público, independentemente do que acabou de dizer sobre o fortalecimento do banco? E se tornar a referir essa questão, insisto então na pergunta: esse fortalecimento não seria possível se o banco público cumprisse a sua missão de financiamento da economia? Da economia real e não de especuladores e de atividades especulativas?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Percebi perfeitamente. Vou ver se estou à altura da resposta. Do meu ponto de vista, seria exatamente como o Sr. Deputado colocou a questão se esta fosse posta em alternativa, isto é, pelo facto de fazer estas operações, que não sendo a missão não são contra a missão e o fortalecimento do banco, se deixasse de fazer crédito à economia real e às empresas...

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Também era o que faltava, não é?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Pois não, mas permita-me que conclua.

No período de 2005-2011, o crescimento do financiamento às empresas no setor foi de 54,2%. O sistema financeiro financiou, no período de 2005-2011... Isto é, em 2005 tinha um volume de crédito no setor de 95 bi e em 2011 tinha 146 de crescimento. A Caixa Geral de Depósitos cresceu — vou falar por períodos — de 2005 a 2007, 33, 2% no crescimento às empresas e no período de 2007 a 2011 foi de 15,7%. E, portanto, acho que houve um crescimento nas empresas e, já agora, um crescimento virado para dois aspetos: aumento da rentabilidade e redução do risco.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Dr. Francisco Bandeira, é verdade que esses números que referiu coexistiram com o financiamento do banco público de operações de especulação bolsista.

Pergunto-lhe: quem definiu essa estratégia de, para além do financiamento das empresas que referiu, esses números que apontou, ainda financiar este tipo de operações especulativas? Foi uma orientação emanada da tutela, nos tais almoços periódicos que referiu, ou foi uma estratégia definida pelo próprio Conselho de Administração, indo além daquilo que era a sua missão de financiamento da economia, de também decidir financiar aqui alguma especulação lateralmente? Quem definiu essa estratégia ou definiu a possibilidade de se poder fazer esse tipo de operações? A tutela ou o Conselho de Administração?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Eu diria que foram os clientes, quando nos consultaram para fazer essas operações. São os primeiros responsáveis...

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Desculpe interrompê-lo, mas não são os clientes que definem a estratégia da Caixa. Os clientes apresentam-se lá

com as suas propostas e a Caixa decide se financia ou não. Portanto, foi o Conselho de Administração ou a tutela.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Sr. Deputado, eu ia revelar que não foi estratégia, e, portanto, não estava aí. Queria dizer-lhe que nunca assisti a nenhuma orientação emanada pelo acionista ou por outro lado qualquer vindo do acionista, o representante do acionista Caixa ou outro Ministério, porque o Ministério das Finanças é que era o nosso acionista, para dar orientações a favor ou a desfavor destas operações, como nunca se definiu como estratégia crescer nessas operações. Aliás, de resto, Sr. Deputado, permita-me lembrar que quando entrei na Caixa como Vice-Presidente, enfim, quando comecei a ter preocupações mais gerais, percebi que tínhamos 4.6, quase 5 bi de crédito e muito dele vinha de antes de 2005 em ações. Creio que quando saí já estávamos muito perto dos 3, portanto, tínhamos reduzido quase 2 bi ou 1.5 ou 1,8 bi. Não sendo uma estratégia a crescer, também foi alguma estratégia de decrescer.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Vou insistir: acabou de dizer que não recebeu da tutela, das Finanças ou de qualquer outro Ministério, instruções para que a Caixa se financiasse desse tipo de operações. Se não foi a tutela, foi o próprio Conselho de Administração que decidiu fazer esse tipo de operações. Pergunto-lhe se o senhor, como membro do Conselho de Administração no período que aqui já foi referido, aprovou, concordou com esta estratégia de financiar especuladores.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Sr. Deputado, creio que não encontrará uma linha nas atas do Conselho de Administração ou em outro qualquer documento estratégia de consultores ou isto ou aquilo que diga «vamos fazer este negócio em força», ou sem força. Por isso, está agora a

chegar ao ponto de onde eu parti. Quer dizer, sinceramente acho que fizemos essas operações porque como tínhamos uma posição relevante no mercado, como tínhamos liquidez suficiente no mercado, os clientes procuraram-nos...

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Desculpe, permita-me interromper, mas não estou a questionar sobre isso já, estou apenas a dizer que se não tendo sido a tutela a dar orientações nesse sentido, foi o próprio Conselho de Administração que assumiu a responsabilidade de fazer esse tipo de operações, aprovando-as. Pode não ter escrito num qualquer documento que «a partir de agora, além do financiamento das PME, vamos também financiar especuladores», podem não ter escrito, mas o facto é que foram aprovando sucessivas...

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Exatamente!

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — E o senhor, nessa altura, era membro do Conselho de Administração, portanto, é corresponsável, sendo um órgão colegial é solidário com a decisão desse órgão, por essa estratégia, mesmo que não assumida, de financiamento de atividades especulativas na bolsa.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Eu até já disse mais, Sr. Deputado: não é uma estratégia não assumida — está dito. Mas, mais do que isso, quer dizer, nunca participei num Conselho de Administração em que tivesse tido a visão global da exposição ao banco *A* ou à empresa *C* ou financiamento à... Não tive! Como as minhas preocupações do dia-a-dia estavam muito longe disso, só lhe posso dizer que não conheço nenhuma estratégia relativamente a isso e até 2007, com o valor das ações que lhe disse, não conheço que tivesse tocado nenhuma sineta, digamos, que

chamasse a atenção para o nível de exposição demasiado elevado e que tivesse sido tratado em Conselho de Administração.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Podem não ter definido explicitamente essa estratégia, mas concretizaram-na de forma implícita ao aprovarem sucessivas operações dessa natureza. Nesse momento pensa ter colaborado nessa estratégia?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Deixe-me responder de outra maneira, Sr. Deputado, que, aliás, já respondi aqui.

Se eu hoje conseguisse ter apenas o conhecimento que tinha no dia da decisão de cada uma destas operações, não encontraria certamente razão para não fazer o mesmo. O tempo é que mudou e, infelizmente, não foi só para a Caixa nem foi só para os bancos.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Independentemente das consequências que as operações concretas tiveram, não é isso que lhe estava a perguntar, mas se como gestor de um banco público, hoje, olhando para trás, se arrepende ou lamenta ter participado e ter sido conivente com uma estratégia de financiamento de especulação bolsista, ou seja, como gestor público ter contribuído para colocar o banco público ao serviço da especulação, quando nunca deveria ter tido, independentemente das perdas que depois daí pudessem resultar, porque se não tivesse havido perdas e tudo tivesse corrido bem, fazia-lhe a mesma pergunta: lamenta, como gestor público, ter colocado um banco público a financiar especulação?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Lamento ter estado lá, como dizia o outro. Estava lá, no local, não tenho a visão especulativa que está a dar à questão, não tenho! Pode ser defeito meu.

Se me permite, revejo-me num texto, do qual vou ler só uma ou duas linhas. Basta apenas ler uma, que enquadra a importância da Caixa Geral de Depósitos para o País e para os portugueses: «Apesar da má gestão que tem dominado a banca, a Caixa Geral de Depósitos é um dos bancos que tem tido menor destruição de valor». Este documento, que lhe posso ceder no final, é feito por uma pessoa que admiro, por isso o cito, que é, provavelmente, dos economistas mais conhecidos do partido que o Sr. Deputado representa, o Eugénio Rosa, e que fez este documento em 2016. Eu até já costumo dizer que sou mais licenciado em economia do que economista. Mas já fui, há muitos anos, há 40 anos, já fui economista, já sabia umas coisas disso, agora já não sei, perdi-me nestas coisas da banca.

Como ia dizer, essa figura, que estimo, não a conheço pessoalmente, nunca estive com ele, mas habituo-me a acompanhar e a ler a seriedade com que produz informação e a forma como ataca os problemas de raiz, criticando quem tem de criticar. Este caso é um deles e com todo o gosto forneço-lhe o documento. Portanto, revejo-me... Para isto, valeu a pena. Agora, da forma como o Sr. Deputado me coloca a pergunta, gostava de não ter estado cá.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Sobre isto, ainda há um mistério que gostaria de pedir a sua colaboração para o desvendarmos.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Mistério?

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Mistério! O Diretor de Grandes Empresas, a propósito destas operações de que estamos a falar, de compra de ações e garantir as suas próprias ações, disse e frisou, sublinhando explicitamente que ele apresentava as operações, não as defendia. E quando questionado sobre qual era a opinião dele, pessoal, sobre essas operações, se aprovava

ou desaprovava, se as considerava adequadas ou desadequadas, exatamente como perguntei ao Dr. Francisco Bandeira há poucos minutos, ele insistiu nesta formulação que apresentava: dizia qual era a operação, mas não a defendia.

Ora, o Risco também não as defendia. Também ouvimos aqui o Diretor de Risco, que até as criticava e sugeria um conjunto de condicionalismos a essas operações. Portanto, se o Diretor Comercial não defendia, o Risco também não — vamos supor que a área jurídica também não entrava nesse tipo de discussões —, quem é que defendia essas operações? Já colocámos esta questão e as pessoas costumam dizer que nunca eram elas e eu pergunto-lhe se defendia estas operações.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Sr. Deputado, eu vou falar por mim, não vou falar... Porque ouvi também respostas. Vou dizer-lhe que, para mim, a novidade... Vamos lá ver, o aspeto mais ou menos intrigante de tudo isto foi o conhecimento... Eu tenho uma profunda admiração profissional e pessoal, até por alguma trajetória comum do banco onde ambos trabalhámos antes de estarmos na Caixa, pelo Dr. Cabral dos Santos. É um excelente profissional. Foi por ele que, pela primeira vez, ouvi essa questão «eu apresentei, não apresentei» ou «apresentei e não defendi». Eu, que estava nessa reunião, fiquei estupefacto com essa afirmação. E, portanto, já lhe disse que o considero uma pessoa de bem e acho que era assim que ele sentiu, eu é que não me apercebi disso, de certeza. Ele não defendeu a operação. Aliás, ele disse que só tinha estado numa, não é? Que o seu substituto não teria estado. Para mim, quem apresenta as operações, apresenta-as porque as defende ou porque acredita nelas. Quem pode dar a luz verde para serem apresentadas é o administrador do pelouro. Se o administrador do pelouro não quiser aquela operação, não vai aquela operação.

E, sempre que há uma discussão... É que, aqui, nós não vimos algumas coisas, Sr. Deputado: o conjunto de operações que acabaram por não se decidir, o conjunto de operações que, tendo parecer favorável do Risco, correram mal e operações que, tendo o parecer desfavorável do Risco, correram bem, melhor, correram muito bem.

Quer dizer, há aqui um conjunto... Se olhar para isto dois ou três anos depois, já tem uma perspectiva e, então, se olhar para isto 10 anos depois, já tem uma tendência.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Mas, mediante a questão que coloquei, o que está a dizer é que o Dr. Cabral dos Santos apresentava e, ao apresentar, defendia as operações.

Portanto, está a desmentir, basicamente, o que ele disse nesta Comissão de Inquérito, ou seja, que apresentava, mas não defendia.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Com todo o respeito, Sr. Deputado, eu não disse isso.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Então o que é que disse exatamente?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — O que eu disse é que não me apercebi dessa *nuance* reativa e ativa de que o Dr. Cabral dos Santos aqui falou. Não conhecia isso.

Não estou a pôr em causa que ele se sentisse assim, estou a admitir que os presentes, nomeadamente eu, não se aperceberam dessa questão dicotómica, ou porque me tinha levantado... Quer dizer, isso para mim foi novo. Ouvei isso pela primeira vez quando estava com toda a atenção a ouvir o Dr. Cabral dos Santos.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Então, se foi novo... É que, na altura, a ideia com que se ficou é que ele estava a apresentar e a defender as propostas. Foi a ideia que ficou, na altura.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Ouça, o ato de apresentar a proposta... Vamos lá ver, quem é que agenda a proposta? Em termos gerais, é a área, a hierarquia comercial. O que é a hierarquia comercial? É o peloureiro e é o diretor.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Permita-me clarificar a pergunta.

O Dr. Cabral dos Santos apresenta a proposta, o Risco intervém a seguir apresentando os problemas dessa proposta e dizendo «é preciso fazer *A, B e C*» e, a seguir, alguém tem de falar.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Claro!

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Quem é que diz «Não, calma aí, não é assim, o Risco está a ser demasiado cauteloso, porque esta proposta...». Alguém tem de dizer isto. Era o Dr. Cabral dos Santos, era o administrador do pelouro, era o presidente? Quem é que fazia essa defesa e contestava o Risco basicamente?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — O Sr. Deputado não me está a perguntar, naquele caso concreto, se o Dr. Cabral dos Santos falou ou não falou?! Mas, se não falasse, obrigatoriamente, digamos assim, quem tinha de ir a jogo, desculpem-me a expressão, era o seu peloureiro. Ponto. As operações não são filhas de pai incógnito!

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Às vezes parecem!

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Pois, mas isso não é assim.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Noutra questão sobre esta matéria, disse, logo no início, que esteve em quase todas — todas menos cinco — as reuniões...

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Não. O que eu disse foi que estive nas reuniões em que decidiram estes créditos. Em quase todas as reuniões, exceto nas que decidiram cinco créditos. E também disse que nem podia ser de outra maneira. Não podia!

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Esteve num conjunto muito vasto de reuniões.

O Dr. Vasco Orey disse que, nessas reuniões — por vezes acontecia —, quando tentava intervir nas reuniões de Conselho de Crédito, para defender a sua posição, relativamente aos pareceres de risco, que lhe teria sido dito que «os senhores já falaram, agora nós decidimos».

Lembra-se disto ocorrer nessas reuniões?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Quero profundamente acreditar que isso foi algo que se passou antes do mandato iniciado em agosto de 2005. Eu nunca ouvi isso. Eu nunca ouvi isso!

E digo mais: as posições do Dr. Vasco Orey, que tinha por missão enquadrar tecnicamente, do ponto de vista do Risco, uma operação, e que tinha, do meu ponto de vista — como têm todos os analistas de risco —, e nós tentámos melhorar isso, a deficiência de não ter visto com os pés, de não ter ido, não conhecer o cliente, não ter envolvente... É que uma

operação também deve ou pode ser aprovada em função da qualidade do cliente. E, portanto, às vezes, há esse déficit.

Mas repito: se o Dr. Vasco Orey disse isso, é porque ocorreu.

Se alguém disse isso, quero acreditar que não foi numa das reuniões... Não quer dizer que eu tenha estado em todas, estive em muitas, em muitas, mas não estive em todas, tive férias...

Essa é uma afirmação muito forte.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Mas foi proferida aqui pelo Dr. Vasco Orey.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Eu ouvi, eu ouvi!

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Sobre as reuniões periódicas, aqueles almoços periódicos com a tutela, foi-nos dito aqui, pelo revisor de saldo de contas, que enviava periodicamente à tutela, de três em três meses, relatórios referindo a situação e também problemas graves, sérios, com que ele se deparava.

A tutela, portanto, estava informada por via desses relatórios.

Nos almoços de trabalho que tinham o Presidente e o Vice-Presidente da Caixa Geral de Depósitos com o Ministro das Finanças e com o Secretário de Estado, alguma vez os governantes lhes transmitiram as preocupações relativamente àquilo que era reportado pelo revisor oficial de contas?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Não tenho memória disso.

Vou explicar e desculpe-me por consumir mais 2 ou 3 minutos. Ou 1 minuto, o que for.

Todos os relatórios, todos!, do Conselho Fiscal e do ROC — o Conselho Fiscal fazia um parecer e o ROC fazia um parecer sobre o do Conselho Fiscal — eram, relativamente a questões de fundo, limpos, limpos.

Se me permite, admitindo que me fizessem essa pergunta, leio, por exemplo, o que dizem os pontos 7 e 8 do relatório: «Nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir, com um grau de confiança moderada, que os procedimentos do controlo analisados, incorporados no sistema de controlo interno como um todo, não respondem de forma eficaz e adequada em todos os aspetos materialmente relevantes aos objetivos descritos no parágrafo 2» — que é o aviso *xpto*...

E, depois, no ponto 8 diz: «Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior, permito-me apresentar no anexo...» — tal, tal, tal, tal — «... deficiências detetadas no âmbito das ações fiscalizadoras, bem como das ações acordadas com o Conselho de Administração, tendo em vista a sua correção e plano de concretização».

Isto, o Conselho Fiscal... E dizia, progressivamente, se caminhar nos anos, que em determinado ano houve grandes avanços na matéria de não sei quê do controlo interno ou da extensão do ROCI (Risco Operacional e Controlo Interno) às filiais e sucursais, etc.

Portanto, respondendo: não haveria razão para isso ser um tema de discussão, porque os relatórios eram limpos e também, como sabe, os relatórios da auditoria externa são sempre limpos.

Aliás, se me permitem o desabafo, este relatório da Ernst & Young não é simpático para quem trabalhou não sei quantas horas por dia, durante não sei quantos dias, seja ele administrador, seja secretário, seja um quadro mais ou menos qualificado.

A Deloitte esteve mais de 20 anos, talvez, na Caixa Geral de Depósitos, que deve ser a primeira afetada por um contraditório desta... Não têm nada a dizer, não são ouvidos...

Já agora, se me permitem dizer tudo, porque não gosto de ficar com meias palavras, tive curiosidade de saber se este relatório — e eu que o adjectivei da forma como adjectivei, aliás, não fui novo na adjectivação, repesquei e dei o meu estilo pessoal ao que escrevi — tinha uma experiência profunda no setor financeiro que permite ver o que eu não consegui ver. E fui, junto dos relatórios da CMVM (Comissão do Mercado de Valores Imobiliários), ver qual era a experiência no setor financeiro da Ernst & Young.

A única coisa que encontrei — não estou a dizer que não há mais, e que me perdoe a Ernst & Young, mas não estou a fazer nenhuma conclusão — foi que tinha estado no Banif até 2013.

Essa foi a única que encontrei. Não estou a dizer que não havia mais.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Dr. Francisco Bandeira, perguntei-lhe sobre se a tutela se questionava nesses almoços periódicos e o senhor acabou a falar no relatório da Ernst & Young. Começámos num ponto e acabou noutro.

Mas adiante. Faço uma última pergunta muito rápida.

Dr. Francisco Bandeira, em sua opinião, as práticas da Caixa Geral de Depósitos, no que diz respeito à concessão dos grandes créditos, estavam alinhadas com as práticas dos outros bancos que operavam no mercado nacional ou não? E, se não, eram melhores ou piores?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Sr. Deputado, comecei por dizer, na minha intervenção inicial, que a minha experiência e o percurso que fiz profissionalmente me faziam dizer, sem receio de ser contraditado, que o

processo de concessão de crédito na Caixa constituía, pela sua transparência, pela independência, um bom *benchmark* do mercado.

E também disse que a análise que aqui estamos a fazer, e que é preocupante — não posso estar mais de acordo que se veja isso dessa forma —, não é representativa do crédito concedido pela Caixa. É que, se olhássemos para as grandes exposições e para a concessão dos grandes créditos, provavelmente, estes apareciam, mas apareciam diluídos, diluídos no que correu bem na Caixa. Se corresse mal, não tinha os 2,6 bi de resultados que tínhamos tido, nem distribuíamos 1,2 de dividendos, nem consumíamos menos capital do que os nossos *peers*, nem tínhamos menos imparidades absolutas e relativas, não tínhamos um custo...

Estamos a analisar uma amostra que é 0,0013% do crédito concedido na Caixa.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — É que dói!

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — É que dói, estou de acordo. Mas cada coisa tem o seu contexto.

Quer dizer, avaliar a qualidade de gestão de crédito por estes casos parece-me duro.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Então, o que está a dizer é que está alinhado...

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — O que estou a dizer é que a concessão de crédito está alinhada e nas melhores práticas!

O Sr. **Presidente**: — Terminamos, assim, a primeira ronda.

Faremos uma brevíssima interrupção dos trabalhos e retomaremos já de seguida.

*Eram 20 horas e 46 minutos.*

Srs. Deputados, vamos retomar os trabalhos.

*Eram 21 horas.*

Para dar início à segunda ronda, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Conceição Bessa Ruão, do Grupo Parlamentar do PSD.

A Sr.<sup>a</sup> **Conceição Bessa Ruão** (PSD): — Sr. Presidente, cumprimento o Sr. Doutor.

Queria só dizer-lhe que estou impressionada e queria que explicasse como é que o seguinte é possível. O senhor foi entre Vice-Presidente ou Presidente de Conselhos de Administração Executivos, simultaneamente, de sete bancos, sendo não-executivo de três entidades, incluindo a Caixa Geral de Aposentações. Pergunto-lhe: entre janeiro de 2008 e, pelo menos, dezembro de 2009, como é possível estar nestes sítios todos, ao mesmo tempo, com toda a capacidade que demonstra?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, muito obrigado pela pergunta.

Ninguém é bom juiz em causa própria. Nem eu lhe vou falar da capacidade de trabalho ou não que me é imputada. O que lhe quero dizer é que, quando estive, estive na plenitude do que tinha de fazer e convencido de que, em cada cargo desses, na lógica, uns mais da confiança que tinha nos meus n.<sup>os</sup> 2, quando era Presidente ou Vice-Presidente, como me está a

falar de Vice-Presidente... Eu fui Presidente do banco em Angola, Presidente não executivo!

Eu tinha uma reunião, saía daqui no domingo às 11 horas da noite, chegava às 6 ou 7 da manhã a Luanda, regressava à noite, às 7 e meia da manhã, como todos os dias, estava no banco.

A Sr.<sup>a</sup> **Conceição Bessa Ruão** (PSD): — Essas funções, nestes bancos todos, eram por inerência da administração da Caixa Geral de Depósitos?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Sim, sim. Só por inerência, não tinha vencimento, ou acréscimo de vencimento, por qualquer presença dessas. Era por inerência.

A Sr.<sup>a</sup> **Conceição Bessa Ruão** (PSD): — Sr. Doutor, com esta experiência toda, e olhando para o caso que, de algum modo, deixou os portugueses muito melindrados, que é o caso da Fundação Berardo, pergunto-lhe se, na sua mente, face a tudo o que conheceu e face à posição que a Direção de Apoio Jurídico tinha, com gente tão competente, surge alguma situação para a recuperação dos créditos sobre a Fundação, face a todo o *puzzle* que conheceu.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Seria atrevido da minha parte avançar com uma estratégia qualquer de recuperação se não conhecesse a situação patrimonial, quer do proponente, quer do bem dado em garantia.

Não tenho hoje — nunca tive, mas hoje, que estou fora basicamente há sete anos dessa área... Mas há uma coisa, Sr.<sup>a</sup> Deputada, que me permito refletir em voz alta. Aliás, há pouco, no intervalo, partilhava isso: são três bancos envolvidos na construção do processo de constituição e,

depois, no processo, digamos, da alteração de estatutos! Não há possibilidade de agora dizer que os da Caixa não estiveram atentos a isto. Como é possível?! Possível é, porque o foi!

Portanto, pela razão que eu lhe disse inicialmente, não tenho resposta e mesmo que a tivesse seria qualificar mal os meus colegas que agora estão com esse problema em mãos, pelo facto de não detetarem atempadamente essa situação. Não faço ideia, não conheço.

A Sr.<sup>a</sup> **Conceição Bessa Ruão** (PSD): — Só ainda mais uma questão sobre isto. Dada a competência que a Dr.<sup>a</sup> Celeste Cardona afirmou relativamente àquele departamento jurídico, o senhor esteve lá em 2008 e, nesse ano, a Fundação entrou em incumprimento, logo no pagamento de juros. Pergunto: não teria sido possível terem feito alguma coisa? Ninguém decidiu nada, nem em Conselho de Administração houve uma decisão sobre esta matéria?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Não há uma decisão. Penso que o que se podia fazer foi feito.

Entra em incumprimento e percebe-se porquê e a Sr.<sup>a</sup> Deputada vai desculpar-me, mas todos percebemos por que entra em incumprimento. Um banco que desvaloriza 98% é impossível mantê-lo em cumprimento. Isso é que é factual, desvaloriza 98%. Esse é um aspeto.

O que é habitual fazer-se, o que mandam as boas práticas é que se tente resolver o problema. O negócio do banco é o negócio dos juros: primeiro, receber os juros e, depois, receber o capital, se bem que receber o capital já não é negócio, é uma obrigação.

Portanto, o que foi feito pela Caixa — e já há pouco aflorei isso —, e não tendo a Caixa uma exposição maior, fica com 40% das garantias, que,

se não me engano, é a percentagem da exposição maior do outro banco, porque, provavelmente, liderou esse processo.

Portanto, o que posso eu dizer? Fez-se o que se podia, na altura, e pronto! O que é que se pode fazer agora a seguir?

A Sr.<sup>a</sup> **Conceição Bessa Ruão** (PSD): — Sr. Presidente, vamos passar agora para outra área da gestão.

Em cada ano, quem é que definia os pressupostos para a elaboração do orçamento?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — O orçamento era definido e proposto pelo Conselho de Administração ao acionista.

A Sr.<sup>a</sup> **Conceição Bessa Ruão** (PSD): — A quem, desculpe?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Ao acionista.

A Sr.<sup>a</sup> **Conceição Bessa Ruão** (PSD): — Ao acionista? Mas ao acionista a quem?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — O acionista da Caixa Geral de Depósitos é o Ministro das Finanças ou em quem ele delegar. Esse é o único interlocutor relativamente às questões estratégicas da Caixa. É o Ministro das Finanças que se faz representar na assembleia geral por quem entende que deve ser. Neste caso era o diretor-geral ou o subdiretor-geral de Finanças, habitualmente.

A Sr.<sup>a</sup> **Conceição Bessa Ruão** (PSD): — A designação projetos PIN (projetos de potencial interesse nacional) foi uma das apostas do Governo

do Eng.º José Sócrates, Primeiro-Ministro ao tempo. Pergunto-lhe quais foram as indicações que receberam relativamente ao financiamento dos projetos PIN.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Como compreenderá, só posso falar a dois níveis: o que sobre o assunto se falou em Conselho de Administração ou se alguém falou comigo relativamente a um PIN específico ou a um PIN em geral. Nunca se falou em Conselho de Administração nem nunca ninguém falou em prioridade, acarinhamento ou sensibilidade especiais relativamente a isto, que eu tenha conhecimento. Não me espantaria, chamemos-lhe assim e desculpem-me o termo, do ponto de vista dos canais habituais e respeitados nesta matéria, que não tivesse sido comigo, porque no primeiro mandato eu era o último da lista e no segundo não era o primeiro, portanto...

A Sr.ª **Conceição Bessa Ruão** (PSD): — Há bocado, quando falou da distribuição de pelouros, falou da sua experiência na rede de agências e que foi esse um dos pelouros que lhe foi atribuído. Pergunto-lhe qual era a experiência do Dr. Armando Vara para a gestão das agências, que depois lhe foi cometido.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Sr.ª Deputada, percebo muito bem a pergunta, só não tenho forma de lhe responder. Penso que quando foi convidado certamente que tal foi pesado e foi visto; também quando aceitou isso foi pesado e visto. Enfim, não era a minha...

A Sr.ª **Conceição Bessa Ruão** (PSD): — Vamos concretizar.

Dos primeiros pelouros que o Dr. Armando Vara teve na primeira distribuição foi o gabinete de prevenção e segurança, participações financeiras e direção das empresas norte e sul.

Gradualmente, o Dr. Armando Vara foi aumentando os seus pelouros, até que, em 25 de janeiro de 2006, o Conselho de Administração reuniu especificamente para fazer reafecção de pelouros ao Sr. Doutor e ao Dr. Armando Vara.

Nesta data, o Dr. Armando Vara ficou com a direção de particulares negócios de Lisboa, particulares negócios sul, direção de empresas sul, gabinete de prevenção e segurança, direção de comunicação, assessoria de imprensa, comunicação interna e externa e publicidade, sucursais de França, Luxemburgo e Mónaco, direção da banca institucional, acrescido de uma particularidade: ele concentrava todos estes pelouros. O senhor perdeu pelouros, mas houve um reajustamento das direções territoriais, para que elas coincidissem com os vossos pelouros.

A minha pergunta é a seguinte: não teve a noção — ou não a teve o Conselho de Administração — de estar a criar um superadministrador?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Confesso que não sou capaz... Primeiro, a ser isso, não tive a capacidade de ter percebido; segundo, não creio que a análise que faz esteja de acordo com os reais objetivos dessa distribuição de pelouros.

Há pouco, referi à Sr.<sup>a</sup> Deputada qual foi o critério geográfico de atribuição das áreas comerciais. Porque eu, como era de Coimbra — não sei se estava na altura...

A Sr.<sup>a</sup> **Conceição Bessa Ruão** (PSD): — Estava!

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Ah, estava?!

Portanto, eu tinha experiência profissional muito mais no norte — quer em Coimbra, quer no Porto — do que em Lisboa. E entendemos que assim seria mais cómodo e me permitiria cumprir melhor a função em que estávamos investidos, tanto a mim como ao Dr. Armando Vara.

Relativamente ao resto, confesso que há que somar a isso o facto de o Dr. Carlos Costa ter saído ou ir sair. Portanto, os pelouros dele tiveram de ser redistribuídos. Nem me lembrava desse aspeto, mas o que o fez recordar foi quando falou das sucursais.

Portanto, eu não atribuo nenhuma outra razão ao reajustamento de pelouros que não essas.

A Sr.<sup>a</sup> **Conceição Bessa Ruão** (PSD): — Em 18 de outubro de 2006, a McKinsey apresentou ao Conselho de Administração o processo de agilização da concessão de créditos. Dentro das medidas estruturais, aparecia como objetivo que os pareceres de risco, apesar de não desaparecerem, ficariam apenas reservados para operações de grande dimensão e complexidade. Haveria delegação de competências e seriam redefinidos os papéis da direção comercial e da direção de risco e, estou a citar, «dentro das regras e limites aprovados, a rede de comerciais passará a ter toda a margem de manobra para gerir a exposição da CGD».

A minha pergunta é a seguinte: isto não foi a machadada final no rigor da concessão de crédito e um aligeiramento dos procedimentos?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, vou ser muito sincero. Disse algumas que ouvi pela primeira vez. Tem a certeza que isso foi aprovado nesses termos?

A Sr.<sup>a</sup> **Conceição Bessa Ruão** (PSD): — Exatamente! Estou a citar!

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Vou, então, dizer-lhe atrevidamente uma coisa: não recordo nenhuma redução de capacidade da direção de risco, antes pelo contrário. Do meu ponto de vista, ela não deixou de intervir em nenhum setor, nem houve nenhum corte por montante do que inicialmente estava previsto.

Atrevo-me a dizer isto. Já lhe disse que não tenho recordatório e, portanto, provavelmente, em função de o não ter, o que estou é a recordar-me do dia a dia. Antes pelo contrário, se reparar e for ver o número de pessoas que trabalhavam na direção de risco em 2005, portanto, antes dessa decisão, e em 2007, depois, dessa decisão, a ser exatamente assim era natural que tivesse menos gente. E terá mais, de certeza.

A Sr.<sup>a</sup> **Conceição Bessa Ruão** (PSD): — O processo de agilização data de 18 de outubro; uma semana depois, aprovaram o crédito a Vale do Lobo.

Vale do Lobo chegou pela direção de empresas sul, cujo administrador era Armando Vara. Quem é que redigia os despachos nas propostas apresentadas ao Conselho de Crédito?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — O habitual era que o diretor do serviço correspondente elaborasse o despacho, que depois era sancionado, assinado pelo administrador e sujeito a carimbo da Secretaria Geral. Porquê, Sr.<sup>a</sup> Deputada? Não é por nenhuma razão especial nem transcendente, é porque quando a direção x terminava a apresentação das operações passava-a para a direção y. Portanto, o nível de intervenção, discussão e atenção dos administradores, fossem ou não peloureiros, era tal que não permitia estar, ou, então, demoraria muito tempo.

Às vezes, o diretor que estava é que assinava. Assinava, não escrevia. Dizia, com 95% ou 99% de certeza, que era quase sempre o

diretor do órgão apresentante ou o seu substituto. Se o administrador, às vezes, tinha uma reunião e tinha que sair mais cedo, o alternante ou quem estava ali ao lado assinava e não havia problema. No caso concreto do Dr. Alexandre Santos, que tem uma letra absolutamente ilegível, até poderia ter ocorrido o contrário, mas não creio. Portanto, o processo é este.

A Sr.<sup>a</sup> **Conceição Bessa Ruão** (PSD): — Consegue identificar a rubrica do Dr. Armando Vara?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Perfeitamente.

A Sr.<sup>a</sup> **Conceição Bessa Ruão** (PSD): — Então, vou mostrar-lha.

*A oradora mostrou ao depoente um documento.*

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — É, sim, senhora.  
Já agora, mostre-me a letra do despacho.

*A oradora mostrou, de novo, ao depoente aquele documento.*

Confere. É do Dr. Armando Vara.

A Sr.<sup>a</sup> **Conceição Bessa Ruão** (PSD): — Então, o Dr. Armando Vara assinou o despacho, em que diz «autorizo, conforme os termos propostos na ficha devidamente rubricada e delego no Sr. Administrador a possibilidade de aumentar para 2 milhões de euros o valor do crédito...»...

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Diz «delego» ou «delega-se»?

A Sr.<sup>a</sup> **Conceição Bessa Ruão** (PSD): — Diz «delego».

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Está mal, porque o órgão que decidiu não escreve!

A Sr.<sup>a</sup> **Conceição Bessa Ruão** (PSD): — Continuando: «... delego no Sr. Administrador para 200 milhões de euros e a redução de 0,25% no *spread*.»

Portanto, é o Dr. Armando Vara que assina o próprio despacho da sua delegação.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Assina, não é ele que escreve.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, acredite na bondade com que expressei isso. O processo é exatamente como eu lhe disse. Acho que isso tem, do meu ponto de vista, dois erros. Pensava que era só um, mas tem dois erros. O primeiro é o «delego». Não delega nada, quem delega é o Conselho.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Se calhar, era ele quem mandava no Conselho todo!

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Não pense nisso! Em mim só manda quem eu deixo!

Mas continuando: a operação aprovada dos 200 milhões foi, do meu ponto de vista, com a *nuance* do meu recordatório... Portanto, acho que há aí um problema de construção. Não sei se tem a hipótese de ver, só para melhorarmos o nível de à-vontade a ver estas coisas, quantas operações o Dr. Alexandre Santos levou a esse conselho. Provavelmente cinco ou seis. Teve de escrever aquilo ali e mais não sei quê.

A Sr.<sup>a</sup> **Conceição Bessa Ruão** (PSD): — Depois vejo!

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Faça favor e responder-lhe-ei. Bem, não tenho de responder... Admito que seja.

A Sr.<sup>a</sup> **Conceição Bessa Ruão** (PSD): — Nesta reunião de Conselho Alargado de Crédito, que aprovou esta operação, estiveram presentes o Dr. Santos Ferreira, o Dr. Bandeira, a Dr.<sup>a</sup> Celeste Cardona, Armando Vara e Maldonado Gonelha.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Sim, os cinco.

A Sr.<sup>a</sup> **Conceição Bessa Ruão** (PSD): — Os cinco.

Recorda-se mesmo da presença do Dr. Santos Ferreira? Está na ata, é só para confirmar este dado.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, não me recordarei nem acredito que alguém se recorde exatamente que no dia tantos do tantos, há 14 ou 15 anos... Se está aí escrito...

A Sr.<sup>a</sup> **Conceição Bessa Ruão** (PSD): — Estando numa ata, é pressuposto que lá estava.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Se estava numa ata, acho que pode estar. Mas estas coisas ditas assim, sem a vivência, às vezes, podem induzir em erros. Já assistimos aqui, provavelmente, a alguém a explicar que ia à apresentação das operações de que era peloureiro, da direção que era peloureiro, e depois ia à vida dele, dentro daquele processo de confiança e de responsabilização do peloureiro relativamente aos outros

membros do conselho. Não me custará admitir que o Dr. Santos Ferreira estivesse nessa reunião meia-hora ou uma hora e depois, num determinado momento, alguém tivesse dito «olhe, está o Sr. Ministro ao telefone» e ele se tenha levantado. Isso não era anotado, não encontrará isso em nenhuma ata do Conselho de Administração, ou seja, a informação de que se ausentou por 10 minutos. Não. Pode ter-se ausentado por outra razão.

A Sr.<sup>a</sup> **Conceição Bessa Ruão** (PSD): — Relativamente aos adquirentes deste pedido para Vale do Lobo, estavam como adquirentes o Presidente da Escom, Hélder Bataglia, e Presidente da Escom Imobiliária Angola, Luís Horta e Costa, administrador da Escom, administrador da Escom Imobiliária Angola, administrador da Habitat Vitae, empresa de promoção imobiliária, Pedro Neto, administrador da Escom, administrador do BES Investimento. Também estava Diogo Gaspar Ferreira, o homem que era o administrador delegado do *resort* no Algave.

A presença destes administradores todos da Escom e a renúncia em dar garantias pessoais para este financiamento pode fazer presumir que eles eram os testas-de-ferro do grupo BES ao financiamento para Vale do Lobo?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Acho que não pode presumir isso, até porque seriam concorrentes da grande unidade concorrente de Vale do Lobo, que é a área da Comporta. Não me parece de todo isso. É uma construção. Não sei, não faço a mínima ideia. Não conheço nenhum testa-de-ferro.

Também quero dizer-lhe, Sr.<sup>a</sup> Deputada, que, na altura em que essa operação foi decidida, e mesmo muito depois, não conhecia fisicamente nenhum dos sócios dessa empresa e só vim a conhecer mais tarde, aquando de uma apresentação do Diogo Gaspar Ferreira e penso que do Rui Horta e

Costa, não sei se foram os dois, ao Conselho de Administração, e foram lá fisicamente. De resto, nunca os tinha visto e presumo que a vez seguinte a ver o Diogo Gaspar Ferreira foi quando veio aqui.

O Sr. **Presidente**: — É a vez, agora, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Constança Urbano de Sousa.

A Sr.<sup>a</sup> **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Doutor, uma vez que estive em praticamente todos os Conselhos Alargados de Crédito, onde sucessivamente foram concedidos empréstimos à Investifino, de Manuel Fino, para a compra seja de ações da Cimpor, seja de ações da Costa, seja de ações do BCP, gostaria de falar no seguinte: há um empréstimo à Investifino que me causa algumas interrogações, sobretudo sabendo que, em 2009, aquando da reestruturação da dívida da Investifino à Caixa Geral de Depósitos, esta ascendia a mais de 500 milhões de euros.

Houve, portanto, um empréstimo para a compra, nomeadamente, de ações do BCP, que, no espaço de duas semanas, no mês de junho de 2007, foi a Conselho Alargado de Crédito. Numa primeira reunião, é aprovado um empréstimo *bullet* a cinco anos de 153 milhões, que foi subido para 180 milhões na semana seguinte. A garantia era apenas o penhor das ações da Cimpor e do BCP. Isto tudo foi feito não obstante o facto de a Direção de Gestão de Risco alertar para um risco muito elevado associado a esta garantia. A posição na Cimpor era muito relevante, pelo que, se houvesse necessidade de executar a garantia, seria difícil escoar no mercado uma posição tão relevante. Sugeri os avais pessoais de Manuel Fino e do seu filho sem que estas condições tivessem sido atendidas. Houve, ainda, uma informação que deveria, pelo menos, ter feito soar as luzes vermelhas sobre

o Grupo Manuel Fino. A Direção de Gestão de Risco era da opinião que o montante de financiamento, 180 milhões de euros, um montante bastante elevado, era excessivamente elevado para a aparente pouco expressiva dimensão e valia do grupo, cujo único ativo à época eram ações da Cimpor e do BCP, portanto, só dois tipos de ação, sem património imobiliário, sem atividade operacional relevante e sem que se conhecesse o património pessoal, se quisermos, dos acionistas. Um caso em que não se conhece um qualquer aval é de muito pouca valia.

Como é que a aprovação deste empréstimo em particular é explicada à luz de um elementar dever de diligência?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — A Sr.<sup>a</sup> Deputada falou-me na data dessa operação, para me contextualizar...

A Sr.<sup>a</sup> **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Foi em junho de 2007. É um empréstimo entre muitos outros que a Caixa Geral de Depósitos...

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Era só para ver onde estava.

A Sr.<sup>a</sup> **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Foi este especificamente, em que um dos seus objetivos era a compra de ações do BCP.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, confesso que não me recordo minimamente. Aliás, este é o grupo de que menos me recordo e vou dizer-lhe até que, se tivesse de pôr um ponto de interrogação numa das coisas da proposta, poria na elevada idade do Sr. Manuel Fino. Felizmente, ele está aí, fino, continua fino e continua a ser uma referência empresarial. Acho que fizeram um trabalho brutal na Cimpor e, provavelmente, o que

me disse da falta de património imobiliário e tal é, talvez, no sentido em que pôs tudo o que tinha e não tinha dentro da Cimpor. Isso não sei.

Em relação aos contornos dessa operação, confesso que não sou capaz... Havia, de certeza, algum «racional». Em relação à questão da execução, repare que a Caixa acabou por se chamar à posse sem ser necessário executar através de uma dação em pagamento das ações da Cimpor...

A Sr.<sup>a</sup> **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Amortizou parcialmente a dívida!

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Pois, foi o que foi negociado!

Portanto, confesso que não... Mais uma vez, infelizmente, vou ter de lhe dizer que não tenho, neste momento, nenhuma recordação e peço-lhe sinceramente que perceba porquê. Não é só por ter ocorrido há 12 anos. Não tinha nenhum contacto com o Fino. Quer dizer, ouvi falar de uma coisa, já lhe disse qual foi a minha restrição. O que eventualmente perguntei sobre essa operação satisfiz-me. Provavelmente, o presidente e o vice-presidente estavam de acordo.

A Sr.<sup>a</sup> **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Vou falar-lhe numa outra operação, que também foi aprovada num Conselho Alargado de Crédito. Não é de um elevado montante quando comparado com o montante das outras operações, estamos a falar de cerca de 25 milhões de euros, mas é uma operação em relação à qual não consigo encontrar nenhuma lógica. Trata-se de um empréstimo concedido a um fundo chamado Promovest...

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — De Emídio Mendes.

A Sr.<sup>a</sup> **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Sim, de Emídio Mendes, do grupo Riviera, um empréstimo concedido contra um parecer claramente desfavorável da Direção de Gestão de Risco, que invocava, quanto a mim, razões absolutamente óbvias: um risco muito elevado do cliente, por várias razões que até se vieram a verificar, pois ele, pouco depois, entrou num processo quase de falência; o seu elevado endividamento; o facto de grande parte do seu património estar condicionado a projetos de licenciamento, ou seja, mesmo os terrenos que lhe eram dados em hipoteca eram terrenos que ainda iam ser adquiridos, ainda era preciso que houvesse licenciamento, que fossem organizados, para ter qualquer valor.

Mas aquilo que é mais impressionante é o facto de este empréstimo se destinar a tomar a posição creditícia do BES num projeto imobiliário que estava embargado, em Coimbra. Mesmo que não estivesse embargado, mesmo que tivesse alguma possibilidade de concretização, havia muitas dúvidas quanto à comercialização, porque era um projeto de grande dimensão e a Caixa também já estava a financiar muitos projetos naquela zona — estamos a falar nos Jardins do Mondego —, isto tudo não obstante os relatórios semestrais da Deloitte, já nesta altura, a alertarem para a elevada exposição da Caixa ao financiamento de projetos imobiliários.

Qual é a lógica de tomar a posição creditícia do BES num projeto que já estava à partida condenado?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, desse projeto, tenho mais qualquer coisa de racional por uma razão simples: como era do centro do País,...

A Sr.<sup>a</sup> **Constança Urbano de Sousa** (PS): — De Coimbra!

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — ... a Direção de Empresas Norte, a partir de determinada altura, passou a acompanhar, sendo que a proposta foi da Direção de Empresas Sul, se verificar, e pelo facto adicional e importante — importante não para a decisão, mas *a posteriori*, quando vim a tomar conhecimento disso — de eu próprio ser de Coimbra, portanto, obrigatoriamente, conhecia essa operação.

Primeira questão: a operação estava embargada, disse a Sr.<sup>a</sup> Deputada. Responderei que o empreendimento tinha estado embargado, já não estava embargado. Dir-me-á «mas voltou a estar» e direi «dois anos depois, ou ano e meio, não posso agora precisar». E por outra razão: o processo, foi o Ministério Público que o pôs contra a câmara. Penso isso.

A Sr.<sup>a</sup> **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Depois, para anular a licença de construção!

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — É isso que estou a dizer. Nessa fase, já tinha havido a decisão e, na decisão, não estava embargado.

A Sr.<sup>a</sup> **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Estava em processo judicial!

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Já tinha sido desembargado. Pelo menos, é o que constava...

A Sr.<sup>a</sup> **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Já estava desembargado!

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Deixe-me perceber. Quer dizer, a pergunta que me fez e me enquadró foi sobre o «racional» da concessão de crédito. A reestruturação é porque se tinha dado crédito, certo?!

Portanto, a primeira questão é: não estava embargado; a segunda questão é: tinha um valor interessantíssimo de garantia, o *loan-to-value* era para aí 170 ou 160, não posso agora precisar, mas era, provavelmente, dessa ordem de grandeza; a terceira questão é: tinha uma localização ótima na cidade de Coimbra, junto ao rio Mondego; a quarta questão, e não desprecienda, é: era considerado um excelente projeto urbanístico.

Questão ainda por racionalizar é a de pagar ao BES ou substituir o BES no financiamento desse projeto. A operação do BES tinha o racional de que, como íamos ficar com a hipoteca e era bem garantido, então, que fique toda do lado de cá. Porquê? Porque o nosso objetivo não era financiar a obra do Sr. Emídio Mendes, era arranjar 200, 250 ou 150, não sou capaz agora de dizer, de potenciais créditos à habitação. Não podemos esquecer que a Caixa Geral de Depósitos era o primeiro banco de particulares deste país, tinha 37% ou 38%, se a memória não me traiçoa, de quota no crédito à habitação e 35 mil milhões de euros envolvidos no crédito à habitação.

Portanto, o racional era fazer com que pudéssemos evitar... Como sabe, Coimbra é uma cidade de serviços e 80% ou 90% das pessoas que iam comprar naquele local seriam clientes da Caixa — não sei se teriam a Caixa como primeiro banco ou não, mas seriam clientes da Caixa — e quem faz o crédito à habitação fica com uma relação com o cliente, fica com os cartões, fica crédito automóvel, fica com tudo. Assim, era dever da Caixa salvaguardar os potenciais compradores nessa matéria. Esse é o racional.

Agora, dir-me-á: «mas o parecer do risco diz que havia uma grande exposição...»

A Sr.<sup>a</sup> **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Dizia várias coisas. Se quiser, posso ler.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Primeiro, há uma grande exposição ao Sr. Emídio Mendes e um projeto deste tipo é muito menos dependente do Sr. Emídio Mendes do que o final da construção e a venda do crédito à habitação. Para mim, o que aí era mais sensível, confesso, era dizer que em Coimbra já havia muita construção...

A Sr.<sup>a</sup> **Constança Urbano de Sousa** (PS): — E o embargo da obra ainda existia.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Não, era que existia em Coimbra muita construção. Não é essa.

A Sr.<sup>a</sup> **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Também.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Mas aí é o tal problema que eu há pouco dizia: às vezes, faltou ao Risco dar esse salto — via com os pés.

Quem percebia o que tinha sido o investimento do Amorim, na Praça Heróis do Ultramar, e o facto de haver 25 mil estudantes, que são o principal mercado imobiliário em Coimbra, fazia com que esse não fosse um problema. Estou seguro que se não tivesse havido o que houve subsequentemente, tinha-se vendido tudo e tinha sido um excelente negócio para a Caixa e para o Sr. Emídio Mendes.

A Sr.<sup>a</sup> **Constança Urbano de Sousa** (PS): — E também a reduzida margem de segurança, na medida em que o financiamento proposto

correspondia, segundo a Direção de Gestão de Risco, a 88% do PVT (valor presumível de transação) daqueles lotes.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Não tenho essa informação, tenho 160 ou 170...

A Sr.<sup>a</sup> **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Aqui está 88% do PVT e não fui eu que escrevi isto.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Do terreno, provavelmente, mas aquilo já estava construído e, portanto, esse valor...

A Sr.<sup>a</sup> **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Posso fazer-lhe uma pergunta?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Pode, pode.

A Sr.<sup>a</sup> **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Está construído?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Está, dois terços.

A Sr.<sup>a</sup> **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Ah, dois terços E estamos a falar há quantos anos? Dois terços de um magnífico empreendimento que ia ser todo vendido e que ainda teve muitos problemas e muitos litígios posteriores, em tribunal, por causa do seu licenciamento.

O Sr. **Presidente**: — Queira concluir, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Constança Urbano de Sousa** (PS): — A verdade é que não foi concluído na íntegra e que este crédito também gerou uma imparidade — pequena, se comparada com as outras, mas «grão a grão enche a galinha o paparão».

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Exatamente. Nessa parte não posso estar mais de acordo.

Deixe-me que lhe diga que não conheço — não estou a dizer que não exista —, da informação disponibilizada na altura aos tomadores de decisão, algo que antecipasse que não ia ser concluída a obra.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada tem algo...

A Sr.<sup>a</sup> **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Quando vejo aqui espelhados uma série de argumentos que me parecem ...

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, vai ter mesmo de concluir.

A Sr.<sup>a</sup> **Constança Urbano de Sousa** (PS): — ... e depois se conclui que, em relação ao financiamento para aquisição, «a CGD não deve intervir nestes projetos», eu teria pelo menos alguma cautela. A verdade é que interveio e a verdade é que perdeu dinheiro com eles.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Tudo isso é verdade, Sr.<sup>a</sup> Deputada, exceto que se tivesse sido concluído, e não o foi por razões que a Caixa não tinha como saber que iam ocorrer. Como é que a Caixa podia saber que ia haver um processo do Ministério Público contra a Câmara porque supostamente o diretor urbanístico da altura tinha feito não sei o quê, não sei o quê?!

A Sr.<sup>a</sup> **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Mas já existiam litígios em tribunal!

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Como?

A Sr.<sup>a</sup> **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Já existiam litígios.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Não tinham a ver com isso, como a Sr.<sup>a</sup> Deputada sabe.

Para que não fiquem dúvidas, direi o seguinte: a questão que a Sr.<sup>a</sup> Deputada está a trazer é a questão de dois lotes, aparentemente, de construção, que não foi feita onde por causa de um litígio com a sociedade de porcelana, que levou ao embargo e que desembargou...

A Sr.<sup>a</sup> **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Mas outros ficaram embargados.

O Sr. **Presidente**: — É agora a vez do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, queria esclarecer algumas coisas sobre três créditos diferentes que, para mim, não ficaram muito claras.

A primeira é relativa ao crédito de Vale do Lobo, que é aprovado no dia 27/07/2006, o primeiro, de 170 milhões. Para mim, não é claro por que é aprovado em Conselho de Crédito e não em Conselho Alargado de Crédito, uma vez que falávamos de uma operação no valor de 170 milhões de euros.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, não faço a mínima ideia. Não tenho outra forma de lhe responder. 170 milhões tinha de ir a Conselho Alargado de Crédito.

Será uma operação que não era de crédito? Seria para outra coisa qualquer? Digamos que para verificação disto ou daquilo? Tinha a mesma forma o financiamento? Era igualzinha a operação? Só se alterou dos 170 para os 194 ou para os 200 milhões de euros?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Como sabe, o financiamento foi sendo alterado e depois vai para Conselho Alargado de Crédito, mas tendo já a chancela do «visto» do Conselho de Crédito. E no Conselho de Crédito havia uma vertente do empréstimo que era de 170 milhões de euros e depois uma outra vertente de capital e suprimentos a decidir, que veio a ter a configuração final. Daí a minha pergunta: por que é que vai a Conselho de Crédito e não a Conselho Alargado de Crédito.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Não sei responder. Se não houvesse outras razões, a segunda operação teria sido um acréscimo, um aumento do valor do empréstimo, que passava de 170 para 194 ou para 200 milhões de euros.

Não estou a perceber como é que se chega a 170 milhões e também posso garantir à Sr.<sup>a</sup> Deputada que não tive acesso a essa decisão. Ou não foi disponibilizada pela Caixa ou eu não a consegui ver. Portanto, não sou capaz de responder.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Foi a primeira de todas.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Estranho, não é?!...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — O segundo crédito estranho é o financiamento à Selenis para o aumento de capital da La Seda. Queria perguntar-lhe, na discussão que tiveram sobre a Selenis e este financiamento, quem era o grupo acionista da Selenis.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Não lhe sei responder exatamente. Sei que era o Matos Gil, ou teria alguma coisa a ver com o Matos Gil, sei que a decisão da Caixa de acompanhar o aumento foi tomada no Conselho de...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — De participações e investimentos?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Conselho de Investimentos, de que eu não fazia parte, como pode verificar.

Portanto, poderá ter tido aí origem, mas não sou capaz de agora responder. Certamente terá.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas quando há pouco detalhou o processo de reforço de garantias que nunca chegou a existir, essa negociação foi feita com o Grupo Matos Gil?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, penso que disse que esse conhecimento decorre de eu ter... Certamente que a Sr.<sup>a</sup> Deputada se está a esquecer do que eu disse na altura, quando falei sobre isso.

Basicamente, eu disse que fiquei admirado quando ouvi aqui dizer que tinham sido oferecidas garantias à Caixa e que a Caixa não as queria. Portanto, investiguei o que que teria ocorrido e é só por isso que tenho

informação diferente da que habitualmente dou acerca de coisas desse tipo. Indaguei e, felizmente, verifiquei que não é verdade. É só por isso...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Isso eu já desconfiava. A minha única dúvida é se o ponto de negociação entre a Caixa e a Selenis era, de facto, o Grupo Gil ou se alguma vez existiu outro.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Penso que não. Nunca ouvi essa referência. Não estou a dizer que não mas que nunca ouvi essa referência, nem tinha de ouvir.

Vamos lá a ver: quando a operação é para decidir ninguém vai dizer quem é o ponto de referência da negociação. Não, fala-se da empresa que é proponente e mutuária e fala-se das condicionantes. Ou, então, eu estaria distraído, o que também não é difícil...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Isso torna mais difícil a minha questão seguinte.

Uma das questões do empréstimo à Selenis é uma *ownership clause*, em que o devedor, basicamente, fica obrigado a não vender a empresa antes de pagar o empréstimo, pelo menos sem a autorização da Caixa.

A Selenis entra em incumprimento de juros em janeiro de 2009, mas só em agosto de 2010 — mais de um ano depois — é que a Caixa vai executar este empréstimo à Selenis. E quando vai executar o empréstimo — e isto está escrito num parecer — descobre que a Selenis tinha sido vendida e que o seu acionista já não era o Matos Gil, era outro acionista qualquer. Há quem diga que era um «testa de ferro».

Teve conhecimento deste «percalço»? Na verdade, não lhe quero chamar assim, porque isto foi uma completa falta de acompanhamento...

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Isso é mais do que percalço!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — ... por parte da Caixa, bem como do incumprimento do Grupo Matos Gil do contrato.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Não tenho explicação para isso. A questão não foi posta nos termos em que acabou de pôr e eu já a tinha ouvido falar sobre isso.

A *ownership* era sobre uma percentagem determinada do Sr. Matos Gil...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Não tenho aqui à mão, mas o que o *ownership* diz é que é razão para incumprimento do contrato...

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Não, o que eu queria saber é se a *ownership* é sobre uma entidade ou sobre uma pessoa. Diz obriga-se...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Neste caso, é sobre a alteração da estrutura acionista.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Mas em que percentagem? Se alguém tem 65%...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Era qualquer alteração.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Era qualquer alteração?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sim, mas confirmo-lhe até ao final da audição para não incorrer em erro.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Não precisa. Era só para ver se isso abria alguma porta para perceber alguma coisa...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Aliás, pelo facto de a Caixa ter descoberto um ano depois, o próprio parecer manifestava alguma estranheza face a esse facto.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Espanha, Espanha...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Tenho uma última pergunta: alguma vez discutiu algum crédito em particular com algum membro de qualquer dos Governo em particular?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Penso que na minha primeira intervenção terei dito qualquer coisa do género disto: nem com nenhum membro do Governo nem com qualquer membro do gabinete de qualquer membro do Governo. Um assunto em particular, «aprova ou não este crédito», nunca me foi posta essa questão.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Nunca recebeu pressões para isso?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Não, nunca.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, aquelas escutas conhecidas sobre o Autódromo do Algarve, em que terá recebido, alegadamente, pressões ou telefonemas, não só do Secretário de Estado Laurentino Dias como de Costa Pina, são falsas?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Pressão, não.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Pressão ou contactos.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — A Caixa fez algum financiamento, Sr.<sup>a</sup> Deputada?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — A Caixa tinha um financiamento do Autónomo do Algarve...

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Tinha! Mas a partir daí fez algum financiamento?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Repare, não lhe perguntei se fez operações de crédito com base em pressões.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Mas é importante. Como quem andou pela área do turismo sabe — e a Sr.<sup>a</sup> Deputada Cecília Meireles sabe isso melhor do que eu —, havia uma corrente nessa área que achava que dali vinham não sei quantos milhões, e justificavam que aquilo é que era bom.

Portanto, admito que o Secretário de Estado do Desporto, à altura o Dr. Laurentino Dias, me tivesse telefonado, mas não...

Mais uma coisa, Sr.<sup>a</sup> Deputada: deixe-me que lhe diga que, com toda a transparência que aqui defendi, e defendi convictamente, o processo de decisão da Caixa não permite que uma pessoa que não tenha sequer o pelouro — se tiver o pelouro, ainda pode induzir trazer o pelouro, trazer a operação para cima da mesa para decidir —, sem que isso transparecesse às

peessoas presentes, aos tais mais de 10, bastante mais de 10, de que se tratava ali de qualquer coisa à pressão.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Repare, o que estou a procurar perceber é se, em algum momento, algum membro do Governo, tal como o Dr. Laurentino Dias, terá feito.

Não estou a condicionar a minha pergunta...

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Eu não disse que fez, eu não disse que fez.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Eu não estou a condicionar a minha pergunta ao resultado da pressão. Eu não estou a dizer que essa pressão surtiu efeito.

O que estou a perguntar é se, tal como aconteceu neste caso — e nem sequer estou a avaliar, porque há inúmeras razões para o acionista entrar em contacto com o banco público —, quero perceber, além deste crédito, em particular, do autódromo do Algarve, do qual temos conhecimento, porque foi apanhado, feliz ou infelizmente, em escutas, entretanto divulgadas, se existem outros, de outros casos de pressão ou tentativa de contacto, por parte de membros do Governo ou de gabinetes ministeriais.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, mantenho a resposta que dei do início. Nem me recordava que terão ligado sobre isso.

Se terão ligado, eu estava desligado, relativamente a isso.

Acredite que não havia pressão de nenhum dos dois. Até porque o Dr. Carlos Costa Pina era presença nessas tais reuniões Caixa/acionista e nunca, Sr.<sup>a</sup> Deputada, nunca o tema de um negócio foi discutido da forma que levaria à sua aprovação ou à sua recusa.

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Cecília Meireles, do Grupo Parlamentar do CDS-PP.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sr. Presidente, de facto, na minha relativamente breve passagem pela Secretaria de Estado do Turismo, lidei com muitos destes problemas, destas coisas que, no passado, tinham sido moda e vistas como grandes investimentos mas, infelizmente, na época em que lá passei só eram vistas como grandes problemas. Este era, de facto, mais um, de entre muitos que havia para resolver ou para não resolver, mas cujos recursos já tinham sido consumidos e que, portanto, não estavam disponíveis para a economia.

No meio disto tudo, acabei por não perceber. Disse-nos, aqui, na resposta à primeira pergunta que lhe fiz, que tinha reuniões — de cinco em cinco meses, de três em três, quatro em quatro, não se lembra bem — periódicas com a tutela.

Gostava de saber, para além destas reuniões, se tinha mais contactos com membros do Governo. Tem recordação de mais contactos com membros do Governo?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Contactos?

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Com membros do Governo.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Sim. A Sr.<sup>a</sup> Deputada foi membro do Governo, sabe que nas visitas que se faziam ao estrangeiro, em que ia um membro da Caixa, do BCP ou não sei quê... Contactava, falava... Mas isso...

Repito-lhe o que disse, não... Quer dizer que, aproveitando essa situação, se tenha posto uma pressão para aprovar isto ou aquilo.

Nunca tive nenhuma pressão, nem para aprovar, nem para recusar. Que me lembre!

Não me lembrava absolutamente de nada disso do autódromo. Não me lembrava.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Tenho ainda uma pergunta sobre a Fundação Berardo, ou, melhor dizendo, sobre a Fundação José Berardo. É que, em boa verdade, há duas Fundações Berardo, há uma Associação José Berardo e há uma Fundação Museu Coleção Berardo.

Em relação a estes créditos da Metalgest e da Fundação José Berardo, em que houve reforços consecutivos, creio eu, 11 reforços de garantias, pergunto se alguma vez, em algum destes momentos, se executou alguma destas garantias ou se tentou executar ou a Metalgest ou a Fundação José Berardo.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Não percebi a questão, porque o reforço de garantias era chamar o Sr. José Berardo, ou a sua equipa, à Caixa, e dizer-lhe «ou traz mais ou...» e ele, em 11 vezes, trouxe. O que significa que tinha e que não estavam empenhadas.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E nunca chegou.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Não percebi.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Nunca chegou! Ele, de 11 vezes, reforçou, mas nunca foi suficiente para cobrir as perdas. Tanto não foi, que as garantias ainda existem e as perdas lá estão.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Naquele momento, ficaram cumpridos.

Penso que o relato do primeiro incumprimento é novembro de 2008. E, em novembro de 2008, até ao final de 2008, é negociada a garantia real pelos três bancos que eram financiadores do Sr. Berardo.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E, na negociação, esta garantia real — só para eu perceber — é o penhor dos títulos de participação na Associação Coleção Berardo? É isso?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Sim senhor.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Durante esta negociação, ninguém levantou a questão de se estar a aceitar como penhor não a coleção mas os títulos de participação da Associação que era dona da Coleção?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, esse processo negocial nunca foi ao meu conhecimento nem ao conhecimento do Conselho de Administração.

Aliás, penso que foi uma entidade externa que assessorou o grupo dos três bancos nesse negócio e, portanto, eu queria acreditar que houvesse um filtro que não permitisse esse tipo de...

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Qual foi essa entidade externa?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Um gabinete de advogados.

Não sei exatamente. Está a faltar-me o nome, mas como não tenho sequer 10% de certeza, não arrisco dizer, para não...

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Ainda que a garantia real fossem as obras propriamente ditas, alguém levantou a questão de que as obras tinham de estar expostas e de que havia um contrato de comodato entre o Estado e a associação?

Ou seja, era uma garantia que não podia ser alienada durante um longo período de tempo. Portanto, em boa verdade...

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, não sei como lhe hei de responder depois de lhe ter dito que não estive presente numa negociação dessas, em nenhuma negociação dessas. Portanto, não lhe sei responder. Se calhar, alguém levantou essa questão, não faço a mínima ideia. Só que essa questão morreu em quem a levantou. Quer dizer, não foi um problema que tenha trespassado para o Conselho, seja ele de Crédito, seja o Conselho de Administração, a menos que tivesse havido um problema que se tivesse ali levantado, porque não estávamos a garantir o que queríamos garantir e, portanto, isso teria vindo.

Assim, provavelmente, não, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Faço uma última pergunta.

O Sr. José Berardo disse aqui que falou com vários administradores da Caixa e disse até que tinha estado em almoços com o Presidente da Caixa. Gostava de perguntar se teve algum contacto com o Sr. José Berardo que tenha a ver com estes créditos.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, já expliquei na primeira ronda — penso que o mais pormenorizadamente que é possível

numa circunstância dessas explicar — que fui indigitado pelo Conselho de Administração na qualidade de Vice-Presidente para ter uma conversa com o Sr. José Berardo de modo a tentar obter a garantia da fiança na operação, para não utilizar a conta-corrente aprovada e disponível.

Foi a única vez em que estive com o senhor...

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Era isso que ia perguntar. Mas, antes disso, não?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Diria que foi a primeira e a última.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — É tudo, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Terminamos, assim, a segunda ronda.

Pergunto se algum Sr. Deputado pretende colocar questões na terceira ronda.

*Pausa.*

Registo apenas a inscrição do Sr. Deputado Duarte Marques.

Tem, então, a palavra o Sr. Deputado Duarte Marques, por 2 minutos e sem paragem de tempo.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Sr. Presidente, penso que não se pode acabar esta audição sem perguntar sobre um tema que é importante e sobre o qual o Dr. Francisco Bandeira pode ter informação relevante para esta Comissão — por um lado, porque isso permite definir, também, um padrão de comportamento da Caixa e da sua relação com o acionista e, por

outro, porque é um assunto que já esteve sob investigação e que é importante para perceber a atuação da Caixa Geral de Depósitos —, que tem a ver com a questão da Sonae e da OPA, ou tentativa, sobre a Portugal Telecom.

Gostava que nos contasse quais foram, nessa altura, as iniciativas em que participou, de que teve conhecimento e se, de alguma forma, a decisão sobre a posição da Caixa Geral de Depósitos foi ou não foi articulada com o acionista e com a tutela.

De que forma é que isso se passou?

Atenção que não estou a fazer nenhum juízo de valor sobre se o acionista devia ter sido ouvido ou não, porque, para mim, isso não é uma questão.

Gostava que contasse a esta Comissão o que é que testemunhou disso, ou se, pelo menos, houve uma indicação do acionista.

Coloco uma outra pergunta: qual era a importância, para o Conselho de Administração da Caixa, o Conselho de Crédito e os administradores, de um projeto de investimento considerado PIN pelo Governo? Isso era um sinal político?

Não estou a falar de pressão. Aqui, um sinal político do Governo pode ser legítimo. Era um sinal político para a Caixa olhar com outros olhos para aquele investimento. Sim ou não?

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Como sabe, faz parte...

A Sr.<sup>a</sup> **Conceição Bessa Ruão** (PSD): — Sr. Presidente, pretendo inscrever-me para a terceira ronda.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, há pouco, perguntei quem se queria inscrever para fazer perguntas na terceira ronda e a Sr.<sup>a</sup> Deputada não se manifestou.

Tem a palavra, Dr. Francisco Bandeira.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Sr. Deputado Duarte Marques, vou fazer um esforço. Como sabe — faz parte do elenco que a Sr.<sup>a</sup> Deputada Conceição Bessa Ruão listou —, fui, durante algum tempo, administrador da PT em representação da Caixa Geral de Depósitos. Não era nesse tempo, fui-o de 2008 para a frente, substituí o Dr. Armando Vara nesse Conselho e era o Dr. Jorge Tomé que assegurava, digamos, o dia a dia.

Portanto, isso foi antes. Primeiro, não conheço, nunca foi referida, nem em Conselho de Administração nem fora do Conselho de Administração, alguma interferência política do acionista da Caixa para votar a favor ou contra esta decisão de participar ou não participar, melhor, de votar ou não votar favoravelmente a OPA.

Não tenho o pormenor do que aconteceu, mas tenho um pormenor que talvez seja relevante lembrar. Se não estou enganado, a liberdade de voto foi tal que não foi uma decisão unânime do Conselho de Administração.

Estou convencido de que houve dois membros do meu Conselho de Administração que se abstiveram, penso mesmo que foram o Dr. Norberto Rosa e o Dr. José Ramalho.

Portanto, se houvesse uma orientação, acho que as pessoas não teriam esse grau de liberdade. Se houvesse essa pressão, quer dizer...

Não sei se tinha ou não tinham o mesmo grau de liberdade, mas, pelo menos, foi um ato que mostrou que as pessoas decidiram de forma livre.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Isso revela pouca autonomia por parte da Caixa!

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Eu, por acaso, não acho nada.

Eu chamei-lhe... Mas recuei, foi um excesso de linguagem. Relativamente a isso, não sou capaz de lhe contar mais.

Quanto à segunda questão que colocou, a questão do projeto PIN, vou dizer-lhe que a importância do projeto PIN é, ao limite, e se se trata de um investimento estrangeiro — como presumo que sejam os dois que possam estar em causa, o da Pescanova e o da La Seda, portanto a Artlant...

O da Pescanova, enfim, foi um PIN cofinanciado pelos quatro principais bancos do sistema financeiro, em igual parte, e correu mal por duas razões fundamentais: por uma questão de maneio dos alevins do pregado e outra por uma brutal — brutal! — falcatrua nas contas da Pescanova Espanha, que apanhou, diria, 90% ou mais do sistema financeiro, porque tiveram elevadíssimas perdas.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Já se sabia!

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Nessa altura não se sabia.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Já havia notícias sobre isso!

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Desculpe, nessa altura não se sabia.

Sejamos rigorosos, nessa altura, a Pescanova estava... Foi a Pescanova que veio assinar o contrato.

O Sr. Tábuas não estava preso nem tinha nenhum problema, portanto a Pescanova estava no seu esplendor.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Não sei se era entre o esplendor de outra coisa, mas estava...

Relativamente a isso, há esse primeiro aspeto.

Eu, pelo menos, não conhecia, mas não estou a dizer que não.

O segundo aspeto é muito importante, o aspeto de que um PIN quase sempre traz um aporte de capital, seja pelo ICEP ou AICEP, seja pelo fundo de não sei quê, por isso é interessante olhar para isso porque, para um mesmo ativo, a exposição é menor.

O terceiro é o facto de a minha história profissional vir de um banco que representava a EFTA (Associação Europeia de Comércio Livre), em Portugal, que trabalhava e era o banco credenciado pelo Banco Mundial e, portanto, habituámo-nos a olhar para os projetos com os olhos do projeto. Estou a falar-lhe do Banco de Fomento, primeiro o Banco de Fomento Nacional e, depois, Banco de Fomento Exterior.

Portanto, digo-lhe sinceramente, se, relativamente a mim, tivesse sido posta a questão, ligaria muito mais à valia do projeto do que a qualquer outra sua designação. Penso que a Caixa, não sendo indiferente certamente a um PIN onde o Estado mete 100 ou 80 milhões, não faço ideia, não seria de certeza determinante para a aprovação de um projeto. Pelo menos, tenho para mim como verdade.

*Pausa.*

Agora, queria responder à Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês Domingos, pois, a determinada altura, foi utilizado o meu nome numa resposta que o Eng.º Faria de Oliveira lhe deu sobre uma operação que terá sido feita a uma

determinada senhora, filha de um determinado senhor. Estamos equacionados.

Estando aqui, não queria perder a oportunidade de responder a essa dúvida. É uma dúvida que, mais do que o caso concreto, se é ou não financiado, o ato de financiar, a ser verdade a informação que deram à Sr.<sup>a</sup> Deputada, punha em causa a honorabilidade e o dever de diligência...

O Sr. **Presidente**: — Dr. Francisco Bandeira, não está a responder à Sr.<sup>a</sup> Deputada, está a fazer um esclarecimento a esta Comissão.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Isso! Isso!

O Sr. **Presidente**: — Dou-lhe autorização para fazer um breve esclarecimento relativamente a uma matéria. Não vamos é entrar aqui numa resposta...

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Só gostava de esclarecer isto porque foi aqui utilizado o meu nome. É em defesa do meu bom nome!

O Sr. **Presidente**: — Podia tê-lo feito no início da sua declaração.

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Não me lembrei.

O Sr. **Presidente**: — Vou dar-lhe a palavra para que, rapidamente, faça esse esclarecimento.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Foi o Eng.<sup>o</sup> Faria de Oliveira!

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Eu disse, eu disse!

O ato de decidir aquela operação é que, do meu ponto de vista, punha em causa... Ora bem, aquela operação foi decidida descentralizadamente na Caixa Geral de Depósitos pelo diretor regional e pelo diretor de financiamento imobiliário, o chamado «escalão 4», portanto não subiu à administração. Tinha exatamente estes contornos: o financiamento foi pedido por 229 000 € e a idade máxima que podia atingir... Socorro-me de uma pequena nota que fiz, para ser absolutamente rigoroso. O financiamento foi contratado a 11 de setembro de 2009, pelo montante de 229 000 € para uma avaliação de 650 000 €, isto é, um *loan-to-value* de 35,2%. O prazo era a 49 anos, até que a pessoa completasse 80 anos de idade, o que estava absolutamente de acordo com o normativo. A taxa praticada é uma taxa mais do que boa para o banco, na altura — estamos em 2009 —, com a Euribor a 3 meses mais 0,85. A taxa de esforço — a senhora tinha, e tem, presumo, rendimentos suficientes — era apenas de 15%. O risco de operação interna que foi dado era de 3, a prestação mensal inicial era de 580 €. Em 2016, amortizou antecipadamente 100 000 €, tendo passado a ter uma prestação de 230 €.

Penso que não foi a Caixa que forneceu a informação sobre essa operação, quero crer que não, mas do que também vi, num jornal, quem ouviu esta declaração noutra sítio fez umas contas simples. Como não sabia da prestação antecipada, fez as contas em função da prestação nova de 230 e do pedido inicial de 229 e dava-lhe quase até aos 100 anos, como a senhora bem disse.

Portanto, não foi assim, a operação é esta e cumpriu todos os cânones do normativo da Caixa e foi uma operação boa para a Caixa, de preço...

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Afinal, encontramos aqui uma operação boa para a Caixa!

O Sr. Dr. **Francisco Bandeira**: — Há muitas! Há muitas!

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Dr. Francisco Bandeira.  
Agradeço a sua presença.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, boa noite a todas e a todos. Amanhã retomamos os trabalhos às 16 horas e 45 minutos, porque temos dois pontos para aprovar antes da audição.

Está encerrada a reunião.

*Eram 22 horas e 8 minutos.*

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.